

Capítulo 4 – A Reforma Agrária no concelho de Avis

No seguimento da revolução política de 1974 e perfeitamente integrada no processo legislativo descrito no capítulo 2, a Reforma Agrária no concelho de Avis assumiu uma intensidade que a distinguem do distrito de Portalegre e até mesmo de grande parte dos concelhos dos restantes distritos da ZIRA. A explicação mais frequente para este fenómeno encontra-se na estrutura de propriedade e na consciência política dos trabalhadores destes núcleos tradicionais de resistência ao Estado Novo, onde o Partido Comunista Português tinha grande implantação¹:

“Vasco Gonçalves – O que a minha observação mostrou foi que aquela gente do Alentejo estava mais politizada que os trabalhadores doutras áreas. No norte são mais individualistas, enquanto no sul são mais solidários. Isso está ligado à estrutura da propriedade: enquanto no norte há a pequena propriedade individual, no Alentejo aquelas herdades eram exploradas por grupos de trabalhadores”.

“Dr. Joaquim Miranda da Silva – Foi um movimento que não foi homogéneo, que teve a sua evolução mais rapidamente no concelho de Avis, no da Ponte de Sor, também em Campo Maior.

– E qual é que terá sido o motivo da adesão dos trabalhadores?

Dr. Joaquim Miranda da Silva – Foram os antecedentes. Porque já tinha havido lutas anteriores mesmo antes do 25 de Abril. Já havia organização, outra consciência política que não havia noutros locais. Havia um maior sentido de unidade entre os trabalhadores. Não havia tantos pequenos agricultores, ou o peso do pequeno agricultor não era tão grande. E a clivagem era muito mais acentuada. Todas essas razões de natureza social foram determinantes para que em alguns concelhos as coisas avançassem mais depressa. Por vezes no mesmo concelho a situação não é exactamente a mesma de freguesia para freguesia. Quantas foram as pessoas de Benavila que foram presas antes do 25 de Abril? Muitas. É evidente que havia ali já uma consciência política muito forte”.

Ou então no mito do *perfil sociológico do operário agrícola alentejano*, salientado por vários autores e também patente nas entrevistas:

“Pezarat Correia – Desenvolveu-se o sentimento do proletariado agrícola, coisa que não existia no norte. E havia todo um sentimento de um passado social em que o alentejano estava muito habituado a uma vida de luta. Havia o problema do trabalho sazonal. O trabalhador só tinha trabalho num período de tempo. No resto do tempo muitas vezes só trabalhava em meios urbanos, em zonas operárias onde tinha contacto com o meio operário. Depois havia a luta pelo emprego permanente e, como eram trabalhadores assalariados, tinham um

¹ A Reforma Agrária foi mais abrangente no eixo Évora, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Avis, “onde os patrões eram mais duros, a riqueza mais ostentatória, o Partido Comunista Português mais organizado e o exército, através da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, mas interveniente...”, Gabriel Cunha e Raul Marques – *A UCP 1º de Maio (Uma opção agrícola que urge preservar!)*, exemplar policopiado, Seminário de Geografia Agrária de Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1987, p. 11.

sentimento de proletariado. Há uma série de características sociológicas da área que fizeram com que se criasse o sentimento do proletário rural”.

Mas outras explicações também me foram expostas por pessoas de diversos grupos sociais e que se podem resumir no ressentimento geracional contra um grupo ostensivamente diferente, que personificava tudo o que de negativo acontecia aos mais desfavorecidos. Mesmo entre o grupo dos proprietários ficou claro o sentimento de *justiça social*, de *merecimento*: os *maus* lavradores *mereciam* ser ocupados, os *bons* não.

“Manuel Varela – Está mal. Deviam fazer isso, mas às propriedades mal administradas. As bem administradas, que davam muito que fazer ao pessoal, e que pagavam bem, deixavam-nas estar nas mãos dos donos! (...) Eles chegaram lá e ocuparam aquilo tudo. Isso está mal, eles deviam dar o exemplo. O que o proprietário não explora como deve ser, a gente ocupa. Agora, quando eles não eram capazes de fazer tão bem, não deviam ir lá mexer”.

Como se viu no capítulo 1 da primeira parte, estas considerações já tinham sido feitas pelos teóricos em diversos períodos da História de Portugal. Por isso os grandes proprietários de Avis fizeram questão de salientar as qualidades dos seus antepassados e as suas próprias, no sentido de mostrar a “injustiça das ocupações”, assim como apresentaram a fidelidade dos seus *criados* como prova do excelente tratamento que estes recebiam nas suas *casas*. A somar a isto tudo estão presentes as palavras *vingança*, *inveja* e *cobiça*.

“– O que os levou a avançar? Foi o Partido Comunista?

LMGC – Eu não concordo com nenhuma dessas teorias. Eu acho que esses tipos não são comunistas, são uns invejosos. O maior defeito deste país é a inveja.

– Eles pensavam que iam ficar ricos?

LMGC – Exactamente”².

“Charuto – Andava tudo: este queria uma herdade, aquele também queria outra, as herdades já não chegavam para tanta gente!”

Já vimos como alguns trabalhadores queriam ver os *ricos* a trabalhar como eles³. Apesar de ter havido uma evolução na sociedade avisense, com a promoção de uma nova “classe média”, a polarização social ainda era muito forte e as relações entre os proprietários e os trabalhadores retratavam a enorme distância que se mantinha entre os dois grupos⁴. Apenas em alguns casos se verificaram as solidariedades entre classes que noutros concelhos foram

² Entrevista a Luís Manuel Godinho de Carvalho, Galveias, 18/2/1999.

³ Uma caseira contou-me que ouviu umas mulheres a dizerem que queriam ver uma das proprietárias a cair paredes como elas tinham feito a vida toda, entrevista em Avis, 11/6/1998.

⁴ João Garin escreveu que a culpa era de alguns “dinossauros” e que “a simples presença desses reaccionários arrastando-se pelos campos impedia que as feridas da memória sarassem”, *op. cit.*, p. 35.

muito mais importantes, como descreveu Afonso de Barros e Oliveira Baptista⁵. A maioria dos trabalhadores permanentes manteve-se no seu local de trabalho, sem quaisquer hipóteses de contrariar o movimento que arrebatou todo o concelho. Isto distinguiu Avis de outros concelhos como por exemplo Arronches, onde as fontes orais fizeram questão de me acentuar que as propriedades dos lavradores locais não tinham sido ocupadas, pois a população gostava deles e eles trabalhavam as suas terras, e davam emprego, etc. Nesse concelho só ocuparam as herdades de pessoas do concelho vizinho, neste caso da família Telo da Gama, de Campo Maior, que em Arronches possuía 17 herdades. Em Avis foi a razia total.

4.1 – Ocupações e expropriações

A estrutura da propriedade deste concelho não sofreu grandes alterações ao longo de dois séculos: em 1778 Avis tinha 152 herdades, em 1836 tinha 169, em 1975 tinha 166 (herdades que foram ocupadas). Até os nomes se mantiveram: 136 herdades tinham em 1975 o mesmo nome que em 1836 e 64 tinham o mesmo nome que em 1778⁶, o que indicia que a grande mudança tenha ocorrido nos finais do século XVIII e início do século XIX. O Recenseamento Agrícola de 1968 diz-nos que o concelho de Avis tinha nesta data 501 explorações agrícolas, das quais 371 (74%) tinham uma área até 20 ha e ocupavam 4% da área cultivável do concelho, enquanto 130 (26%) explorações tinham mais de 20 ha e ocupavam 96% da área (ver anexo 13). Estes valores não variam muito até 1975, quando 71% da área cultivável do concelho foi ocupada. Como se pode ver nos anexos 15 e 16, dos 60.555 ha do concelho de Avis, 40.665,7670 ha pertencentes a 73 proprietários (ou grupos de proprietários) e correspondentes a 166 prédios rústicos foram incorporados em seis Unidades Colectivas de Produção que se constituíram no concelho. Os 166 prédios tinham uma média de 340 ha, mas cada proprietário tinha uma média de 583,4453 ha. Este valor apresenta-se distorcido pelo facto de apenas dois proprietários deterem quase 6.800 ha; quatro deterem

⁵ Afonso de Barros escreveu que os trabalhadores permanentes tinham salários mais altos do que os eventuais e portanto tinham mais a perder ou menos a conquistar com as ocupações. Além disso, na maior parte das vezes achavam-se “ligados a um mesmo patrão, por vezes há considerável número de anos, ligação esta que podia ultrapassar o mero plano profissional e consubstanciar-se em relações de compadrio, no facto de habitarem em casa cedida pelo patrão, em outros benefícios pessoais”, por isso houve casos em que “os permanentes entraram no movimento arrastados pelos eventuais e, por vezes, sob a ameaça de se verem excluídos das ocupações realizadas sob o impulso destes últimos”, *op. cit.*, p. 76. Também Oliveira Baptista descreveu esta situação: “desenhavam-se linhas de fractura ente os trabalhadores permanentes e temporários; os permanentes (para defenderem o emprego em que executavam em geral os trabalhos menos duros) tomavam, por vezes, o lado dos patrões nos conflitos sociais”, “Economia do latifúndio – o caso português”, in Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*, p. 359.

⁶ *Livros de Décimas de Avis e seu termo*, ver Maria Antónia Pires de Almeida – “Os senhores e os seus rendeiros...”

propriedades acima dos 1.500 ha, totalizando 10.323 ha; e apenas oito deterem prédios acima dos 1.000 ha. Entre estes grandes latifundiários salienta-se o facto do maior ser uma empresa agrícola, dois deles serem fundações, outro ser um conjunto de herdeiros e quatro serem particulares. Os restantes 65 conjuntos de proprietários ocupados (89%) tinham uma média de 416,3586 ha, mas o maior grupo, os 39 proprietários que detinham prédios entre os 100 e os 500 ha, tinha uma média de 268,1858 ha⁷. A maioria dos proprietários (52%) detinha apenas um prédio rústico, enquanto os restantes tinham a sua actividade agrícola dispersa por duas (19%) ou três (12%) herdades. Um dos proprietários da freguesia do Ervedal possuía 16 courelas, mas que totalizavam apenas 258 ha.

O início do processo acompanhou o movimento comum a todo o Alentejo: manifestações, greves, colocações obrigatórias de pessoal...

“Alzira Bonito – Depois havia aquelas palavras de ordem: ‘Abaixo a reacção’, depois passava-se ao ‘mata-se’ e ‘esfolá-se’... Nesse Verão de 74 as pessoas começaram-se um tudo-nada já a agitar. Mas de resto comecei assim a ter, não era bem medo, sentia-me mal. Porque eu comecei a ver que as pessoas estavam a mudar a maneira de ser. Andava tudo doido”.

A intimidação começou, os *slogans* repetiam-se, os cães de guarda começaram a aparecer envenenados nos montes e nas casas da vila, sobretudo os pastores alemães e os rafeiros alentejanos, simbólicos e efectivos guardas das propriedades que durante gerações dificultaram os roubos. As novas elites instalaram-se no poder e começaram a dominar toda a vida social e económica do concelho. Ainda no Verão de 1974 as actividades agrícolas prosseguiram normalmente. Alguns agricultores, face à propaganda de incentivo à Reforma Agrária e às medidas legislativas que começaram a ser tomadas, reforçaram os investimentos nas suas herdades, numa tentativa de mostrar trabalho e evitar o estigma do “subaproveitamento”. No dia 13 de Novembro de 1974 foi assinada a Convenção Colectiva de Trabalho para o concelho de Avis e em 15 de Março de 1975 foi publicado no *Boletim do Ministério do Trabalho* um regimento especial para os vencimentos dos pastores do concelho de Avis, que os distinguiu dos restantes trabalhadores rurais em salário e regalias sociais. Na presença dos representantes das Forças Armadas e do Ministério do Trabalho, celebrou-se na Casa do Povo um acordo entre os representantes das entidades patronais, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e da “classe dos pastores” de Avis. Esta medida enquadra-se no

⁷ Na Andaluzia em 1932 o processo de Reforma Agrária afectou proprietários com extensões de terra muito superiores: 39 proprietários, cada um com mais de 5.000 ha; 159 com propriedades entre os 2.000 e os 5.000 ha; 330 entre os 1.000 e os 2.000 ha e 685 entre os 500 e os 1.000 ha, Juan Muñoz, Angel Serrano, Santiago Roldan – *op. cit.*, p. 191.

movimento de instituição de regalias e segurança social igualitária, mas é reveladora das diferenças de estatuto e de remuneração necessárias e reconhecidas por todos em meio rural⁸. As hierarquias centenárias entre os trabalhadores rurais não podiam ser abolidas e especialmente os ganadeiros distinguiram-se pela luta que travaram para a preservação dos seus direitos, como o provilhal e salários diferentes. Os argumentos resumiam-se ao facto dos pastores trabalharem necessariamente muito mais horas por dia do que os trabalhadores rurais e não poderem cumprir as 8 horas, fins-de-semana e feriados normalmente cumpridos por todos os outros.

O cumprimento dos contratos colectivos de trabalho não era novidade para os patrões agrícolas de Avis⁹. O excesso de pessoal que lhes foi imposto é que levou a situações de sobrecarga de despesas que se tornaram incompatíveis com os rendimentos reais da agricultura. Se houve descapitalização das explorações agrícolas, esta não resultou de qualquer tipo de sabotagem económica ou de desinvestimento. Pelo contrário, foi provocada pelas despesas extraordinárias a que as colocações obrigatórias de pessoal e o impedimento da venda de gado obrigavam.

“Dr. Eurico Pais – O que me prejudicou muito não foi obrigarem-me a meter mais pessoal porque eu tinha pessoal a mais. O que me prejudicou muito foi que eu tinha 29 vacas quando foi o 25 de Abril e proibiram-me de vender as velhas. E quando me chegaram a autorizar a vender, eu já tinha mais de 100. E eu fui obrigado a investir também sem querer. E isso encravou-me, arranjou-me dívidas, quando os juros estavam altíssimos”.

“F. V. Couceiro – Aquilo das colocações obrigatórias era um estratagema simplesmente para tirar o dinheiro aos agricultores e ocupá-los depois quando já não tivessem nenhum. Houve muita gente que pensou que talvez assim se evitasse que isto fosse à frente, e andaram a aguentar até que deixaram de pagar porque já não tinham dinheiro e nessa altura eles, com essa desculpa, ocupavam. O princípio das ocupações foi assim. Esse meu irmão mais velho ainda pertenceu a uma comissão que era formada por agricultores, trabalhadores, e pelo MAP, e iam às herdades ver quanto pessoal é que se deveria distribuir para lá. O meu irmão foi para lá exactamente para evitar que se fizessem essas distribuições. Ninguém pode obrigar uma casa a ter trabalhadores só para os sustentar. Isto é uma empresa agrícola, e não é um financiamento aos trabalhadores agrícolas. Se alguém tem de fazer isso é o Estado, como faz agora, que dá o subsídio de desemprego a quem não tem emprego”¹⁰.

“LMGC – Na altura puseram-nos aqui uns homens e umas mulheres. O meu pai disse-lhes que não havia trabalho para lhes dar e que eles podiam ir, mas ‘ficam aí sentadinhos, não

⁸ Segundo Teresa Almada, este contrato colectivo de trabalho para os pastores de Avis foi assinado no dia anterior à sua publicação, assim como o dos trabalhadores de gado de Setúbal, *op. cit.*, p. 135.

⁹ Já os cumpriam pelo menos desde o Decreto-lei n.º 49.212, de 28/8/1969.

¹⁰ Entrevista citada. O Dr. Carlos Vacas de Carvalho também salientou que “para acabar com o desemprego a nível nacional, forçou-se a agricultura a absorvê-lo”, entrevista no *Monte Branco*, freq. Valongo, Avis, 6/6/1998.

fazem nada, não estragam, não fazem nada’. O meu pai não lhes pagou e foi ocupado, foi a sequência lógica. Eles impunham primeiro pessoal, para estrangular economicamente a pessoa, depois ocupavam a seguir. Nas do meu Tio Asdrúbal foi diferente. Ele era considerado um homem bom, mas depois ocuparam na mesma...”.

Grande parte dos proprietários nem sequer recebeu trabalhadores, pois, como já foi referido, o concelho de Avis apresenta consideráveis extensões de floresta, na qual não há necessidade de mão-de-obra, pelo menos em regime de permanência. E outros tinham mesmo pessoal suficiente.

“– Mas o *Padrão* apresentava partes incultas, ou estava todo cultivado?

Dr. José de Carvalho – Não senhora, veio cá várias vezes o Zé Luís de Avis, com o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Avis, corria a herdade toda e dizia: ‘Não pode ser, a gente não pode pôr aqui pessoal, os homens têm tudo feito’. Aqui nunca encontraram trabalhos para fazer. Eles tinham um *encabeçamento* de homens por ha. Aqui havia pessoal a mais, como toda a vida houve. Nesta casa houve sempre uma certa protecção aos trabalhadores de Figueira e Barros. O meu pai e o meu avô, de Inverno, nas crises de mão-de-obra, mandavam um grupo de mulheres e homens para a herdade de *Cardoso* alindar e fazer filas de pedra por baixo das oliveiras para lhes pagar o salário, para que não houvesse crises de trabalho”.

Independentemente de todas estas considerações o processo legislativo estava a desenrolar-se, a primeira ocupação dera-se no distrito de Beja ainda em 1974 e da manifestação de Beja no dia 2 de Fevereiro de 1975 saiu um movimento imparável do qual os líderes de Avis não quiseram ficar para trás. Depois das ocupações em Évora nos dias 2 e 3 de Fevereiro, em Avis a primeira ocupação realizou-se no dia 13, numa pequena propriedade chamada *Caniceira* e que serviu de exemplo para o alegado “subaproveitamento”.

“Dr. Eurico Pais – A primeira ocupação em Avis foi uma terra que não prestava, uma terra que não tinha valor nenhum, não estava lavrada, porque era uma terra onde iam os rebanhos pastar e mais nada. Eles ocuparam-na, começaram a lavrá-la, e depois desocuparam-na sem mais nada”.

Era uma herdade de pasto, propriedade de Alzira Lopes Varela e de seu irmão, Arnaldo Lopes Varela, arrendada. Mas de tal forma “não prestava” que rapidamente foi abandonada pelos ocupantes, não chegando sequer a integrar a lista de herdades da Cooperativa *1º de Maio* à data da sua constituição¹¹. Seis dias depois foi ocupado o *Rabaço*, uma herdade com 572,5950 ha (e uma pontuação de 116.368,9750), pertencente a mais uma

¹¹ Escritura pública de constituição da Cooperativa de Produção Agrícola Primeiro de Maio, SCARL, realizada no Cartório Notarial de Avis em 9/11/1976, ver anexo 12. A referência a esta herdade encontra-se num carta escrita pela proprietária em 25/2/75 a “pedir justiça” para a “invasão da propriedade agrícola”, Arquivo do Governo Civil de Portalegre. Gonçalo Ribeiro Teles comenta estas situações a que chama “confusão”: “são ocupadas herdades que, de seguida, depois de destruído o equilíbrio da exploração agro-pecuária, ficam votadas ao abandono ou são de novo entregues aos antigos donos”, *op. cit.*, p. 56.

das já referidas senhoras absentistas que viviam de rendas por incapacidade de se dedicarem à lavoura e que possuía mais 9 herdades no concelho da Ponte de Sor com um total de 3.522 ha. Margarida Vaz Monteiro de Matos e Silva Camossa Saldanha, residente na Ponte de Sor, era herdeira do Capitão Vaz Monteiro, o maior proprietário do concelho vizinho. Os seus parentes, também herdeiros do mesmo, exploravam as terras directamente e, no conjunto, detinham 2.614 ha no concelho de Avis (além do que possuíam na Ponte de Sor), que foram ocupados entre Agosto e Outubro de 1975. Perante o facto consumado da ocupação do *Rabaço*, a proprietária doou esta herdade à Misericórdia de Ponte de Sor que, por sua vez, a arrendou no dia 27 de Junho de 1975 ao Instituto de Reorganização Agrária¹². Em 15 de Setembro do mesmo ano a mesma foi expropriada pela Portaria nº 560/75 e entregue oficialmente para exploração à pré-cooperativa que viria a ser a *1º de Maio*.

No dia 21 de Fevereiro deu-se a ocupação da Fundação Abreu Callado em Benavila¹³, apoiada directamente pelo Governador Civil de Portalegre, Dr. Florindo Hipólito Sajara Madeira, cuja visita no dia 25, acompanhado de representantes das Forças Armadas e com direito a discurso da varanda da sede da Fundação, reforçou a tomada de posição dos trabalhadores.

“Alzira Bonito – Foi numa noite de 6ª para sábado. Isto estava fechado. E tinha um guarda do portão. Veio um grupo de homens, veio um senhor, que não trabalhava na Fundação, mais dois ou três funcionários aqui da Fundação. Quando eu me apresentei ao trabalho na 2ª feira, o portão estava fechado, tinham que mo abrir para eu entrar”.

“uma procissão de homens cacicados e armados saídos da Casa do Povo – e, num ápice, a sede da dita Fundação era ocupada. Ocupada e imediatamente liderada por uns quantos, na maioria estranhos à casa agrícola e às lides campestres (...) oportunistas na quase totalidade, ditadores falhados e poços de ódio acumulado. Raros de boa fé (...) Primeiro acto: saneamentos! Pessoal de escritório (o mais à mão) chamado à presença dos invasores e a frase seca, orgulhosa, vomitada: ‘considere-se despedido!’ (...) Veio o delírio da era gonçalvista, e Benavila foi, como todo o concelho de Avis, um expoente da chamada reforma agrária”¹⁴.

“Bartolomeu – Eu tive oportunidade como técnico, de acompanhar alguém da comissão paritária que foi nomeado pelo Ministério da Agricultura, que visitou todas a herdades que a fundação tem e todas foram dadas como subaproveitadas no relatório da comissão
– A decisão de ocupar a fundação teve a ver com quê?

¹² Teresa Almada – *op. cit.*, p. 180.

¹³ Logo no dia 1º de Maio de 1974 “o povo benavilense e os trabalhadores da Fundação Abreu Calado” tinha-se reunido e decidido sanear o Conselho de Administração daquela Fundação, mas aparentemente esperaram ainda 9 meses. Nessa data foi também proposto e aceite extinguir a Casa do Povo e usar o edifício para formar um Sindicato para os Trabalhadores Agrícolas e outras reuniões do Povo, artigo de Laura Tapadas sobre Benavila, *O Avisense (mensagem regional)*, Junho de 1974.

¹⁴ Testemunho de um habitante de Benavila, citado por Jorge Morais – *op. cit.*, p. 108.

Bartolomeu – Os trabalhadores, tanto da fundação como os de fora, estavam organizados politicamente. E houve várias reuniões, houve abaixo-assinados...

– Quem é que tomou a iniciativa para essas reuniões? Foi um representante de algum partido?

Bartolomeu – Sim, foram representantes políticos, neste caso o Partido Comunista.

– E participava muita gente nessas reuniões iniciais?

Bartolomeu – Eram realizadas com a população, com os quadros que estavam envolvidos a nível das freguesias.

– A ocupação foi pacífica, ou houve problemas?

Bartolomeu – Foi pacífica. Houve depois um despacho do Ministério dos Assuntos Sociais que nomeou uma comissão para administrar a fundação, e com a função de, no prazo de um ano, alterar os estatutos, o que não se chegou a realizar.

– Nessa comissão que foi nomeada, o senhor estava incluído?

Bartolomeu – Eu estava incluído.

– E eram todos técnicos como o senhor?

Bartolomeu – Não, só havia um técnico com curso de regente agrícola, os outros eram todos trabalhadores, ligados à pecuária, às máquinas. Tinham muita experiência”.

Ficou bem explícito no testemunho do Eng. António Raimundo Bartolomeu, funcionário da Fundação e líder da sua ocupação e da comissão *ad-hoc* criada para a gestão inicial (mais tarde presidente da câmara de Avis), a iniciativa do Partido Comunista Português na ocupação desta instituição de solidariedade social que pertencia aos próprios trabalhadores, mas cuja administração era contestada por parte dos trabalhadores mais antigos e por alguns novos. Entre este último grupo salienta-se a participação de jovens que tinham cumprido o serviço militar na guerra colonial, entre eles o próprio Bartolomeu, na altura com 30 anos. As herdades da Fundação Abreu Callado, com mais de 3.500,000 ha, dos quais 1.728,7000 ha no concelho de Avis, deram origem à *Cooperativa 21 de Fevereiro*. O processo não foi pacífico. Foi mesmo contestado por grande parte dos trabalhadores que se sentiram intimidados desde o primeiro momento. Isto fica claro no testemunho de uma funcionária administrativa da Fundação, casada com um dos ocupantes e filha e nora de trabalhadores da *casa*:

“Alzira Bonito – Aqui era mais o medo. Por exemplo eles apresentavam-se com espingardas às costas, mas nunca apontaram espingardas a ninguém. Mas impunham respeito. Eu entrava ali ao portão quando vinha trabalhar e as espingardas metiam respeito. Eu tinha 20 e poucos anos e tremia sempre! As condições de trabalho aqui no escritório ficaram muito más. Eu deixei de atender telefones.

– Porquê?

Alzira Bonito – Porque como eu era considerada reaccionária não podia mexer no telefone, eles é que passavam o dia inteiro ao telefone. As cartas tinham todas: ‘Saudações democráticas’! Eu tinha começado por escrever cartas que acabavam: ‘A bem da Nação’ (...) O feitor não foi afastado, ficou cá, mas deixou de exercer as funções de feitor porque deixou de existir feitor. As pessoas não andavam bem.

– Mas ninguém reagiu então à ocupação?

Alzira Bonito – Quem tentasse reagir sofria consequências, depois de terminarem o trabalho não lhes davam trabalho. Uma pessoa a trabalhar uma vida inteira aqui na Fundação começaram a mandá-lo para outras herdades. O meu pai foi um dos que sentiu muito. O meu pai foi colocado numa herdade que eles tinham ocupado e ele nem nunca lá tinha ido, era muito longe. Então nesse trabalho ia à 2ª f. de manhã e só vinha ao sábado à noite. Dormia lá, tinha de lavar comida para toda a semana. O monte estava abandonado. Como o meu pai não era apoiante deles, era considerado da reacção, então foi desterrado. Eu dirigi-me a um senhor que na altura fazia parte das comissões e que por acaso era tio do meu marido, e perguntei-lhe porque é que tinham mandado o meu pai, uma pessoa que tinha que ter uma alimentação diferente, tinha de tomar medicamentos a tempo e hora, e perguntei-lhe porque é que tinham mandado o meu pai para a herdade do ‘Não vás lá’. A resposta desse senhor, que pertencia à comissão: ‘Então, querias que eu pusesse o tê pai aqui no escritório?’”.

“Os lugares de destaque (feitores, encarregados, manajeiros) eram retirados a trabalhadores com muitos anos de casa e cedidos a amigos e colaboradores, numa luta acesa pelos assentos almofadados da hierarquia da Fundação (...) espancaram-se pessoas, ameaçaram-se mesmo os neutrais, baniram-se leis, achincalharam-se as autoridades (mesmo a venatória!), invadiram-se e saquearam-se casas, encurrallaram-se situações profissionais, prostituíram-se e violaram-se espíritos sob a ameaça do desemprego e da fome...”¹⁵.

“Foi nomeada uma comissão para a Fundação Abreu Calado, sem os trabalhadores terem conhecimento das pessoas ou dar sequer a sua opinião (...) Ultrapassou-se, neste caso e mais uma vez, a vontade dos trabalhadores rurais que aí labutavam há vinte e mais anos, e afastando-se alguns que eram imediatamente substituídos por aqueles que se sabia iriam antecipadamente dizer sim à comissão, e deste modo participar nos objectivos ditatoriais de comissões impostas...”¹⁶.

Se para alguns o clima era de terror, para outros era de euforia. Grande parte da população do concelho viveu aqueles tempos em festa:

“Alzira Bonito – Quando a Fundação foi ocupada em 75, nesse 1º de Maio de 75 fizeram uma grande festa lá em cima nas instalações da escola profissional. E a adega é ao lado. Na herdade dos *Testos*, que é em Arraiolos, havia lá veados. E eles foram buscar um veado ou dois, mataram-nos e comeram-nos. Havia carne com fatura. Matavam porcos debaixo de uma azinheira, isso lembro-me eu, cortavam aos bocados...”

¹⁵ *Ibidem*, p. 109.

¹⁶ Intervenção do Deputado Miranda Calha, do PS, *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 29, 8/8/1975, p. 736.

– Mas houve casos de matarem touros reprodutores?

Alzira Bonito – Pois, matavam tudo nessa altura. Por exemplo, havia uma quantidade de porcos, em vez de os venderem, faziam estas festas assim, matavam e comiam. Eles de noite comiam e bebiam com fartura. Eles uma noite esqueceram-se de levantar a mesa. Um dia eu entro e vejo aquilo tudo, restos de queijos, chouriços, os copos de vinho”¹⁷.

As celebrações do segundo 1º de Maio foram grandiosas principalmente em Avis, onde José Luís Correia da Silva, na qualidade de presidente da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, organizou os festejos na herdade do *Rabaço* e anunciou que

“brevemente, no âmbito do plano de reforma agrária, a ocupação de herdades abrangerá mais alguns milhares de hectares, o que foi também motivo de regozijo. O programa integrou uma confraternização no monte da herdade do *Rabaço* entre trabalhadores rurais, um almoço e várias outras iniciativas”¹⁸.

Este discurso referia-se à ocupação da jóia da coroa do que viria a ser a UCP *1º de Maio*: a herdade de *Camões*, com quase 4.000 ha. Depois do *Rabaço*, onde José Luís tinha nascido e trabalhado, junto com a sua família (e onde veio a morrer com 59 anos), *Camões* e as restantes herdades da freguesia do Maranhão (*Covada Nova* e *Momporcão*, além de *Monte Mato*, no Alcórrego) representaram a possibilidade de viabilização de todos os objectivos propostos para a constituição de uma cooperativa agrícola. No dia 19 de Maio saíram de Avis os tractores com reboques carregados de trabalhadores aos gritos¹⁹, empunhando bandeiras e cantando as já conhecidas palavras de ordem. Só nesse dia ocuparam 4.858 ha.

“Jerónimo Vieira Lopes – Estavam lá cerca de 100 mulheres a berrar que nem uma mulas! E o José Luís ia a guiar o tractor que levava o reboque com as mulheres todas. O *General!* Mas foi uma ocupação pacífica, passaram por mim e pela minha irmã no caminho e cumprimentaram-nos. (...) o José Luís sempre me tratou bem, tivemos relações comerciais

¹⁷ Não podemos deixar de lembrar o *Triunfo dos Porcos*: “In a very little while the animals had destroyed everything that reminded them of Mr. Jones. Napoleon then led them back to the store-shed and served out a double ration of corn to everybody, with two biscuits for each dog (...) It was a few days later than this that the pigs came upon a case of whisky in the cellars of the farmhouse. (...) That night there came from the farmhouse the sound of loud singing...”, George Orwell – *op. cit.*, pp. 13, 72.

¹⁸ *Vida Rural*, nova série, nº 1, de 10/5/1975, p. 21.

¹⁹ A importância simbólica dos tractores nas primeiras ocupações foi salientada por Oliveira Baptista, ao afirmar que o tractor “passou a ser o transporte das gentes da Reforma Agrária, para o trabalho, para as manifestações, para as festas. O penoso calcorrear dos caminhos do latifúndio foi substituído pelo tractor...”, “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares. Dez anos de factos, debates e projectos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Fev. 1986, p. 418. Por este motivo, os tractoristas “tiveram muita importância no movimento das ocupações e nas comissões de trabalhadores. O tractorista, dado o facto de andar com o reboque cheio de trabalhadores – o que era absolutamente proibido antes do 25 de Abril, e que, a par com a lei da caça foi uma das conquistas revolucionárias mais apreciadas – transforma-se numa das figuras essenciais da revolução. Foi nestes homens que se apoiou a logística do PC para concentrar as suas ‘tropas’ onde fosse necessário, para organizar comícios e manifestações até ao centro de Lisboa. (...) Só no início da década de 80 entrou de novo em vigor a proibição de transportar pessoal nos reboques (por razões de segurança evidentes)”, Olivier Balabanian e Guy Bouet – *op. cit.*, p. 235.

durante o período das ocupações, pois eu tive de comprar e vender alguns produtos à cooperativa *1º de Maio*”²⁰.

No dia 30 de Maio houve nova saída triunfal, iniciando uma vaga diária de ocupações que se prolongou por todo o Verão, acompanhada pelas forças militares da região. A festa continuou com grande algazarra quando no dia 5 de Junho foram ocupados o *Monte Branco* e o *Carrascal*, na freguesia de Valongo. Estas propriedades pertenciam a Artur Teles Barradas de Carvalho, na altura com mais de 70 anos e cuja neta e respectivo marido, licenciado do Veterinária, administravam directamente a casa agrícola. Depois de problemas ligados à colocação obrigatória de pessoal e mesmo de máquinas agrícolas que lhes foram impostas em número exagerado e cujos alugadores se recusaram a sair após o trabalho acabado, logo que a ceifa acabou e a debulha estava para iniciar a propriedade foi invadida por um grupo de mais de 100 pessoas, maioritariamente mulheres aos gritos e lideradas pelo mesmo José Luís que participou em todas as ocupações, até as das freguesias e concelhos vizinhos²¹.

“Dr. Carlos Vacas de Carvalho – Quando ocuparam as propriedades até foi um alívio, pois já estava com tantas dívidas e o peso era tanto, que eu já não aguentava a pressão. Estava a tornar-se insuportável. Dívidas, salários que era obrigado a pagar a trabalhadores em excesso e que não faziam nada, eu estava completamente desautorizado. Só digo que foi um alívio quando analiso a situação friamente, passados estes 20 anos. Na altura não achei nada”²².

“– Então o sr. participou na ocupação do *Monte Branco*?

Lagarto – Ocupei sim senhora.

– E como é que foi a ocupação?

Lagarto – Foi bem. São as tais coisas que os portugueses fazem muito fácil. E fez-se muito fácil porque naquela altura não... pronto, não havia ninguém que mandava. Era as tropas é que *mandavam*, nem a guarda mandava.

– As tropas, quem? O MFA?

Lagarto – Pronto, era as tropas, bem sei eu o que isso é...

– Mas quando foi propriamente a ocupação: alguém o foi chamar para ir lá?

Lagarto – Não, eu andava lá a trabalhar.

– O sr. nessa altura achava que estava a ser bem pago, ou achava que ganhava pouco?

Lagarto – Nessa altura a gente ganhava pouco, só que a ilusão da Reforma Agrária...

– E eles disseram-lhe que iam dar mais dinheiro?

Lagarto – Isso já foi os ocupantes da propriedade.

– Então o que é que lhe disseram para o senhor ir ocupar a propriedade? Disseram-lhe que ia ser dono da terra?

²⁰ Entrevista ao proprietário da vizinha herdade da *Covada Velha*, que não foi ocupada, Évora, 16/9/1998.

²¹ Segundo Laura L. Graça, a sua herdade em Portalegre foi ocupada pelos próprios trabalhadores, a conselho da proprietária, “antes que os de Avis lá chegassem”, entrevista em Lisboa, 10/1/2001.

²² Entrevista com o Dr. Carlos Vacas de Carvalho, *Monte Branco*, freg. Valongo, Avis, 6/6/1998. A sua mulher, Rosa Maria de Carvalho, chegou a vender cordões de ouro da família para pagar as jornas desta herdade antes das ocupações.

Lagarto – Que aquilo que era nosso, e o que se lá criava e o que se colhia que era dividido pelos trabalhadores, e a terra era de quem a trabalhava, e o dinheiro era de quem o embolsava, e assim é que foi a ocupação (risos).

– E no dia da ocupação, disseram-lhe para vir participar? Quem é que o chamou para a ocupação?

Lagarto – Fomos nós os trabalhadores que reunimos *cáqueles* que *queriem* ser mais espertos cá gente, e pronto e fomos todos na cantiga...”

Os proprietários ficaram impedidos de entrar no monte. Só quatro meses depois puderam ir à sua casa tirar algumas mobílias. Entretanto a proprietária começou a ver as suas roupas e mobílias a serem usadas por outras pessoas, sem nada poder fazer.

“Cravidão – Pois, não sei se era daí, ou do *Monte Branco*, que foram roubados os talheres de prata. E mais tarde, logo a seguir, houve aí um grande banquete com o Álvaro Cunhal, em que serviram esses talheres de prata. As casas de um modo geral foram saqueadas. Quando ocupavam uma propriedade, uma das primeiras coisas que faziam era saquear o monte”.

“– E eles acreditaram que iam ficar ricos?

Eng. Barrocas Dordio – Exacto. Ainda hoje ali na aldeia se diz, sabe-se, que parte do mobiliário que estava na *Defesa de Barros* foi parar às casas dessas pessoas. O mobiliário aparece em todo o lado, aparecem peças em todo o lado. Portanto não há dúvida que houve quase uma pilhagem”.

No final do dia 5 de Junho de 1975 já tinham sido ocupados 7.837,7200 ha. E até à data da saída da Lei Oliveira Baptista, no dia 29 de Julho de 1975, foram ocupados 19.116,1450 ha, correspondentes a 57% do total da área ocupada no concelho de Avis, enquanto no total da ZIRA neste período foram ocupados apenas 12% e no distrito de Portalegre 17% (ver anexo 7). Estes meses de Verão foram os mais intensos, quando o maior número de propriedades foi ocupado: entre 30 de Junho e 21 de Agosto foram ocupadas 60 propriedades, completando 26.000 ha. Depois de um intervalo no mês de Setembro, os últimos 7.500 ha (22%) foram ocupados entre 30 de Setembro e 1 de Novembro²³, o que correspondeu a uma ocupação de 67% da área total do concelho e a 71% da respectiva área cultivável.

As terras de cada proprietário eram ocupadas em bloco, mesmo quando se encontravam dispersas geograficamente, seguindo aliás a regra que foi aplicada nas portarias

²³ Estes valores correspondem a prédios rústicos cujas datas de ocupação são conhecidas. Houve cerca de 7.000 ha cujas datas de ocupação não foram apuradas, as quais suponho que também se distribuam por este período cronológico.

de expropriação e depois nas desocupações. Houve também a preocupação de não deixar sair as colheitas²⁴:

“Dr. Eurico Pais – O *Paínho*, por exemplo, quando o ocuparam, 3 ou 4 dias depois estavam a colher tomate a dizer que o tinham semeado eles e que tinham feito aquilo tudo”.

A herdade do *Paínho*, com 850 ha, pertencia a Asdrúbal Braga, um dos mais antigos lavradores de Avis. Já com 76 anos na altura da ocupação (que foi no dia 2 de Julho), tinha sido a vida toda um dos maiores empregadores do concelho. Conhecia pessoalmente os seus trabalhadores e era respeitado por eles. Contudo os sentimentos em relação a ele variavam: já vimos como Caetano “Espanhol” ficou ofendido quando este patrão lhe pediu o dinheiro que lhe emprestara 10 anos antes. Por outro lado, Luísa Leão, a *Mascote*, disse que Asdrúbal até se “comia”. Segundo outra trabalhadora rural, a *Mascote* tinha uma dívida de gratidão para com este senhor que muito a tinha ajudado ao longo de toda a sua difícil vida. Por isso, nas vésperas da ocupação ela teria feito um telefonema anónimo a este senhor para o avisar e aconselhar a retirar os seus objectos pessoais do monte. Boatos... O sobrinho e herdeiro de Asdrúbal Braga, actual administrador do património da família, descreveu a ocupação do seguinte modo como uma autêntica feira:

“LMGC – O pessoal entrou com os tractores, com aquela feira toda montada...

– E as mulheres...

LMGC – Sempre na frente, sempre na frente...

– E o Pezarat Correia?

LMGC – Ele fornecia-lhes apoio. Com costas quentes é fácil”.

Cada ocupação era planeada rigorosamente e contava com a participação de uma população motivada por processos cuidadosamente arquitectados pelos dirigentes partidários e sindicais que dominaram a vida da região nesse período. José Luís Correia da Silva, com o seu já descrito carisma entre a população local, mobilizou multidões para agir de uma forma que nunca lhes tinha passado pela cabeça²⁵. Mas tinha passado pela cabeça deste pequeno

²⁴ Ver discurso de Oliveira Baptista e de José Soeiro no capítulo 2. Um proprietário ocupado chegou mesmo a pôr a cooperativa do Ervedal em tribunal a exigir o pagamento dos cereais ceifados nesse Verão de 75 antes da ocupação das suas terras. O tribunal de Fronteira deliberou que a cooperativa devia pagar o cereal a este proprietário, o que nunca chegou a acontecer. No dia do julgamento tanto ele como o advogado e o Juiz foram ameaçados pela multidão armada de ferros e fizeram-lhes mesmo uma espera na estrada para Avis, atravessando um tractor na estrada, entrevista a Joaquim Paula Varela Pais, Ervedal, Avis, 7/12/1998.

²⁵ “Os trabalhadores alentejanos olham para as terras dos proprietários. Nunca tinham pensado nisso. As suas lutas, há dez, vinte ou trinta anos, tinham outros motivos: os salários, os horários, a alimentação.... Numa palavra, o emprego. Nunca a terra. Nunca tinham ousado e, aliás, não a saberiam cultivar sozinhos...”, António Barreto – *Anatomia de uma Revolução...*, p. 213. Isto porque, como afirmou Villaverde Cabral, “as tentativas para incrementar a pequena exploração em terras de sequeiro esbarraram num muro intransponível (...) o facto, raramente admitido pela literatura agrária progressista, de nunca ter havido no Alentejo real ‘fome de terra’ ou, mais exactamente, forte pressão social pela posse da terra”, *op. cit.*, p. 67.

rendeiro que aspirava a grande agricultor. E que tinha por trás um partido que o incentivou e lhe deu o suporte ideológico e prático para avançar, tudo devidamente sustentado por uma legislação radical e pela participação activa dos militares da brigada de ocupações de Vendas Novas, que confirmavam e davam um suporte institucional e jurídico à acção empreendida. Além do mais havia a experiência adquirida com a tropa e a guerra colonial:

“José Luís – A malta que avançava era malta que também tinha uma certa estratégia da própria guerra”.

“Pezarat Correia – Dependeu muito dos indivíduos que estavam à frente, que eram os mais dinâmicos dos grupos que comandavam as ocupações.

– Então acha que a personalidade carismática do líder local...

Pezarat Correia – Teve muita importância na maneira como aquilo foi conduzido. Eu creio que quando o PCP tinha um controlo mais rigoroso sobre os núcleos locais, aquilo conseguia ser feito de uma forma mais ordenada e mais moderada.

– Foi o caso de Avis?

Pezarat Correia – Por exemplo”.

“– Quem é que tomava a iniciativa aqui em Valongo? Recebiam ordens de alguém?

F. V. Couceiro – Era a cooperativa *1º de Maio* é que mandava aqui na zona toda.

– Então era o José Luís mesmo?

F. V. Couceiro – Era, era.

– E o Zé Luís recebia ordens de quem?

F. V. Couceiro – Lá do partido dele, com certeza.

– Terá sido o PC centralmente, ou terão sido aqui as células que se organizaram sozinhas?

F. V. Couceiro – Não, isso... O processo foi igual no Alentejo inteiro, isto era um coisa organizada superiormente. Tinham os *testas-de-ferro* aqui, noutros sítios tinham outros, isto era tudo organizado”²⁶.

Era “tudo organizado” por “eles”, uma entidade algo abstracta mesmo para os ocupantes e para os dirigentes das restantes cooperativas do concelho:

“Claudino – *Eles* começaram a impulsionar isto, começaram a pensar que tinham de ir para as terras e ocupar as terras...

– Mas quem é que dizia para irem ocupar? Era tudo planeado?

Sofia – Os sindicatos é que vieram mais. E os militares.

Claudino – Os sindicatos e acho que vieram também uns membros do Partido Comunista. A dar informações”.

No caso de Avis o papel do líder foi determinante para o sucesso do movimento. Como escreveu Sidneu Tarrow,

“Because social movements seldom neither possess selective incentives or constraints over followers, nor are bound by institutional routines, leadership has a creative function in

²⁶ Esta é também a posição defendida por José Cutileiro quando afirma: “Tal como em 1911 e 1912 o estímulo para acção veio de fora...”, *op. cit.*, p. 409.

selecting forms of collective action. Leaders invent, adapt, and combine various forms of contention to gain support from people who might otherwise stay at home”²⁷.

De facto, para além do papel fundamental da legislação e da acção do Partido Comunista Português, no que diz respeito à propaganda, à organização sindical e à orientação geral do movimento da Reforma Agrária, que fica perfeitamente claro na simultaneidade das intervenções nos lugares-chave do Alentejo, é incontornável a atribuição de grande parte da responsabilidade à criatividade do líder local e a sua capacidade agregadora e de mobilização popular²⁸, que contribuíram para que em Avis as ocupações de terras tenham tido como características a precocidade e a abrangência, uma vez que foi ocupada quase a totalidade dos bens expropriáveis do concelho. A militância de José Luís no PCP originou uma completa identificação entre a personagem e o partido, e os intervenientes de ambos os lados acabam por ter tomadas de posição semelhantes:

“Mascote – Foi o partido que teve a ideia, não tenhamos dúvidas”.

“Dr. José de Carvalho – O Zé Luís foi um joguete nas mãos do Partido Comunista.

– Acha que não foi ele o mandante?

Dr. José de Carvalho – Não, senhora.

– Então quem é que lhe dava as ordens?

Dr. José de Carvalho – Quem lhe pagava. O Partido Comunista. Encontraram nele um colaborador”.

“José Luís – Aí há uma situação que é preciso ter em conta: não houve um plano a dizer ‘Vamos ocupar’. Houve um ponto de orientação que se tinha de fazer a Reforma Agrária. Mas depois os próprios trabalhadores, em cada região, em cada local, é que tomaram a sua iniciativa própria.

– A nível de concelho?

José Luís – A nível de concelho, a nível de freguesia, a nível local. Não nos foi dito assim: ‘hoje tem de se fazer isto’.

– Mas havia a orientação do partido por trás?

²⁷ Sidney Tarrow – *op. cit.*, p. 20. Laura Graça também salientou a iniciativa do PCP, “mas não o Dr. Cunhal em Lisboa, mais os dirigentes locais, os líderes carismáticos cheios de iniciativa”, entrevista em Lisboa, 10/1/2001. Pedro Hespanha, ao descrever uma comunidade no distrito de Portalegre, também diz que os dirigentes das UCP locais tinham uma autoridade quase carismática, “La ‘Déproletarisation’ de la Réforme Agraire”, *Portugal 1974 – 1994, Peuples Méditerranéens*, n° 66, Jan.-Mar. 1994, p. 129. Por outro lado, António Barreto nega este aspecto do líder carismático, pois afirma que a RA “decorreu de uma centralidade política: “Contrastando ainda com as revoltas camponesas, que geralmente produzem os seus próprios líderes carismáticos, a revolução agrária do Alentejo apenas teve por dirigentes funcionários do Partido Comunista, militares, intelectuais e funcionários públicos”, *op. cit.*, p. 332, o que não deixa de se aplicar ao caso de Avis, pois José Luís Correia da Silva era um militante do PCP. No entanto, o mesmo autor afirma que apesar da decisão política ser tomada ao nível do topo, “a execução era em grande parte deixada ao movimento social e à periferia”, o que aliás estava previsto na própria legislação, que continha “apelos explícitos à acção das massas, à participação dos trabalhadores e dos sindicatos”, *ibidem*, p. 287.

²⁸ Ver Max Weber e os tipos de autoridade num grupo corporativo: uma relação agregadora pode originar de um acordo voluntário, ou de uma imposição de fora e subsequente aquiescência. No caso de Avis houve claramente o segundo caso, *Basic Concepts in Sociology*, trad. e introd. H. P. Secher, Peter Owen, London, 1962, p. 111.

José Luís – Havia a orientação para ocupar as propriedades, as propriedades de mais de determinada dimensão e que estivessem subaproveitadas.

– E na altura das ocupações vieram pessoas de fora, ou foram as pessoas de cá?

José Luís – Não, aqui não vieram pessoas de fora.

– Foram os de cá que fizeram tudo?

José Luís – Foram os de cá que combinaram. Só que aquilo era assim: a gente, os trabalhadores ocupavam uma propriedade e depois telefonavam para o Governo Civil e vinha uma componente das Forças Armadas que vinha confirmar a ocupação da terra para ter uma acção jurídica”²⁹.

Quanto ao papel das tais *massas de trabalhadores descontentes*, da *acção directa dos trabalhadores agrícolas*³⁰, ou da *iniciativa popular espontânea*, sem dúvida que a sua motivação era grande, como ficou demonstrado na primeira parte³¹. Sobretudo porque, apesar de já terem conquistado algumas regalias sociais, o grupo dos trabalhadores rurais tinha pouco a perder e muito a ganhar caso se concretizassem as promessas de “ficar dono das terras”.

“For people whose lives are mired in drudgery and desperation, the offer of an exciting, risky, and possibly beneficial campaign of collective action may be a gain”³².

A propaganda, os comícios, as palavras de ordem contra os *fascistas* e a *reação*, serviram directamente para criar um ambiente de exaltação, mas também de intimidação contra quem quer que fosse que estivesse contra o movimento. A isto James Scott chamou “social dynamite”³³.

²⁹ Vítor Louro também confirma a importância de uma forte organização local para o arranque da RA, ver “Vítor Louro: ‘Os trabalhadores têm as terras nas mãos mas não querem ser seus donos’”, in Manuel Beça Múrias (coord.) – *op. cit.*, p. 45.

³⁰ Ver capítulo 2, citações de Vale Estrela – *op. cit.*, p. 246.

³¹ Acrescento ainda o comentário de um médico de Lisboa, mas nascido no Ciborro (Montemor-o-Novo): “dizem que os alentejanos são preguiçosos, mas eu gostava de ver muitos de Lisboa a passar um dia inteiro à torreira do Sol do Alentejo, a operar uma ceifeira-debulhadora... Depois de tantos anos de trabalho duro, se eu fosse trabalhador rural e me prometessem ficar dono da terra, eu também teria andado nas ocupações!”

³² Sidney Tarrow – *op. cit.*, p. 21.

³³ James C. Scott – *op. cit.*, p. 4.

“Alzira Bonito – Eram *latifundiários* e eram *reaccionários*. E eram *fascistas*. Eram as palavras que a gente começou a ouvir. Para mim eram palavras novas, porque eu nunca tinha ouvido falar. Depois vinham pessoas que eu não conhecia, de outras herdades, de outros lugares. Eram pessoas estranhas, vinha tudo ajudar os *camaradas* para isto ir para a frente. Recordo-me que há duas raparigas que andavam na altura em Lisboa na universidade. As raparigas começaram-se a aperceber, durante os discursos, que *ai de quem abrisse a boca*. Uma comentou que era de perguntar às pessoas que aqui estavam se as pessoas estavam esclarecidas e se tinham consciência de que isto já era dos trabalhadores antes. Ela estava aqui no pátio a ouvir um na varanda a falar. Comentou isso e ela teve de sair daqui. Começaram a gritar-lhe que ela era reaccionária. ‘Abaixo a reacção!’ Eu estava ali perto!”.

“F. V. Couceiro – Eles, moralmente, não sentiam força para ocupar. Compreendiam que aquilo também não podia ser. Agora quando aquilo se junta em grupo, aquilo é incontrolável. Um manda uma boca, outro manda outra boca, ‘ele é fascista, ele era assim, ele fazia assado, ele fez isto, ele fez aquilo’, e aquilo enfurecia as pessoas”.

Criou-se um controlo social. Os gritos que se davam nas manifestações, as palavra de ordem que se repetiam, a observação do vizinho, a imitação, e a atenção a quem não participava de modo tão esfusante, tudo isto fazia parte de um ritual característico que foi estudado por diversos autores, como por exemplo Michelle Perrot³⁴. E além disto tudo havia as festas que acompanharam as primeiras ocupações e as visitas de pessoas ilustres do partido ou do governo que legitimavam todo o processo:

“Cravidão – Aqui em Avis, queriam ir ocupar a propriedade X... Então o Zé Luís chamava os trabalhadores, era mais um passeio que iam dar. Iam porque ele pagava-lhes o salário, não iam trabalhar. No fim ainda matavam uns borregos, umas galinhas, aquilo que lá havia. Matavam uma vaca. Isto, *Com festas e bolos é que se enganam os tolos!* (...) Essas festas do 1º de Maio, todos os anos matavam um porco ou dois, o que fosse necessário. E bico livre para toda a gente, desde que fosse do partido. Avis passou a ser a Meca do Alentejo.

– Vinha gente de toda a parte?

Cravidão – Vinham de toda a parte, vinham visitar e apoiar a RA no Alentejo.

– Quem é que vinha?

Cravidão – Geralmente simpatizantes do Partido Comunista. Chegavam a vir 5 e 6 camionetas ao domingo. Depois, houve uma grande campanha contra os intermediários. Acabaram com os intermediários todos. E o Zé Luís vendia azeite, vendia carne de borrego, vendia queijos, vendia aquilo tudo que produziam a um preço simbólico. E dizia: ‘Vêem? Se não houvesse os intermediários, vocês lá em Lisboa não pagavam a carne por tanto...’ Há depois também os propagandistas que se aproveitam disso”³⁵.

– Quem é que compunha essas excursões: eram simples curiosos?

Pezarat Correia – As CRARA: Comissões Revolucionárias de Apoio à Reforma Agrária. Que eram constituídas por engenheiros agrónomos, por contabilistas que iam lá aos fins-de-semana fazer a contabilidade das Unidades Colectivas de Produção. Eram principalmente ligados ao PCP.

³⁴ Michelle Perrot – *op. cit.*, vol. 2, p. 616.

³⁵ Isto lembra Paul Veyne – *Le pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique*, Seuil, Paris, 1976.

– E era o PCP que organizava essas excursões?

Pezarat Correia – Eram os sindicatos, através da Intersindical. O Soeiro, que era o principal dirigente do PCP em Beja. (...) Eram peregrinações constantes ao Alentejo”.

“Alzira Bonito – Uns tinham curiosidade de ver o que era isto. Ainda organizaram visitas de pessoas do Norte, de Viseu... Vinham de manhã e abalavam à tarde, convencidos que os comunistas é que fizeram isto tudo. Mas estava já tudo *fêito, nã é?*”

“Vasco Gonçalves – Fui a Avis várias vezes, até me ofereceram umas peles de carneiro que eu depois ofereci às minhas filhas. Conheci o José Luís, tinha uma boa opinião dele. Eu sei que ele não era propriamente um assalariado rural...”³⁶.

À medida que o processo evoluía, foi diminuindo a necessidade de tão grandes movimentações de pessoas. Depois da enorme mobilização popular das primeiras ocupações, a partir de Julho de 1975 estas tornaram-se prosaicas, quase caricatas, como foi o caso da ocupação do *Montinho*, do Dr. Joaquim Mendes Vieira Lopes Coelho, no dia 2³⁷; do *Sobral* pertencente à tia do anterior, D. Maria Teresa Varela Lopes Presado³⁸; ou do *Monte Padrão*, de António Teles Godinho de Carvalho³⁹:

“– Nas ocupações mesmo, quem é que ajudou? Foi o sindicato, foi o MFA?

Caetano – Foi o sindicato, as tropas, foi isso tudo. Além foi mais o Zé Luís. Eu trabalhava aqui no celeiro da Fundação. E quando foi aí às 5 horas, diz-me ele assim: ‘Queres vir mais eu?’ ‘*Adonde?*’ ‘Vamos ali ao *Montinho*, tomar ao *Montinho*’. E fui mais ele, cheguei lá, tomei aquilo! Quando chegámos os operários que lá andavam ainda não tinham despegado.

– Foi ele que disse que o sr. é que ficava à frente?

Caetano – Foi. Cheguei lá e ele disse lá para a malta que lá andava a trabalhar: ‘Rapaziada, isso acabou lá para o patrão, e agora somos a gente!’

– Eles não resistiram?

Caetano – Não *resistirem*, não.

– Então não levaram tropa?

Caetano – Fomos só eu sozinho e o Zé Luís. Só os 2, chegámos além, *andavam* lá os pedreiros...

– Não precisaram de levar carros, nem...?

Caetano – Não levámos nada”.

³⁶ Entrevista citada. No dia 15/6/1976 Vasco Gonçalves visitou a *1ª de Maio* e em Abril de 1980 “o Companheiro Vasco almoçou e confraternizou com grande número de trabalhadores...” com a esposa e o Almirante Rosa Coutinho, *O Amigo. Mensageiro Regional Avisense*, Junho, 1980, p. 1. Também António Bica, o Secretário de Estado da Agricultura, visitou as herdades de *Camões*, *Rabaço*, *Carapeto*, *Brás Varela*, da *1ª de Maio*, em 15/10/1975, acompanhado por um representante da Região Militar Sul. No seu discurso afirmou que “onde havia desemprego há trabalho para todos”. Dias depois, em 19/10/1975, realizou-se o *1º Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas*, na Escola Rural da Fundação Abreu Calado, em Benavila, iniciativa da comissão distrital do PCP, com vista a dinamizar o processo da Reforma Agrária, com a participação de Pezarat Correia, *Diário de Notícias*, 20/10/1975, p. 9 e Teresa Almada – *op. cit.*, p. 244. Vítor Louro, na sua qualidade de Secretário de Estado da Estruturação Agrária, visitou Avis em 2/7/1976, onde se reuniu com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre e das comissões de trabalhadores das UCP do distrito.

³⁷ Esta herdade tem apenas 76 ha. A área total deste proprietário era de 338,2000 ha.

³⁸ Com 233,5252 ha, ocupada no dia 15/7/1975. Esta proprietária tinha um total de 364,5000 ha e era viúva do atrás descrito Dr. Presado.

³⁹ O *Padrão* era a sede da casa agrícola deste proprietário que possuía 1862.9875 ha distribuídos pela freguesia de Figueira e Barros, no concelho de Avis e o vizinho concelho de Alter do Chão.

“Claudino – Os patrões estavam preparados para qualquer coisa, que chegavam lá 3 ou 4 trabalhadores e diziam: ‘Vimos ocupar isto’ e eles agarravam neles e iam-se embora. Aqui no *Sobral*, que era do Sr. José Lopes, foi um rapaz de bicicleta à frente, disse lá ao rendeiro – aquilo já não estava por conta dos patrões, estava arrendado – ‘Vimos ocupar isto, vêm lá outros atrás, e a gente vem ocupar isto’. Meteu-se no carro e foi-se embora, já tinha tirado as coisas, as alfaias, já tinham tirado os valores. Deixaram as terras, não as levaram porque não tinham para onde as levar”.

“Dr. José de Carvalho – Foram picados e levados pelo Partido Comunista. A ocupação do Padrão, que foi no dia 11 de Agosto de 1975, não teve a colaboração de um único empregado do Padrão. Foi ocupada pelo Zé Luís de Avis e pela malta de Vendas Novas. Às 7 e meia da manhã, os meus pais não estavam cá, porque andavam com medo do que se passou aqui à volta, das ocupações, dos roubos, do caso dos Vacas de Carvalho, então foram-se embora e eu fiquei sozinho.

– Foram para onde?

Dr. José de Carvalho – Em princípio foram para a casa deles de Fronteira. E eu fiquei aqui no monte com o meu irmão, que me veio dar uma ajuda. Nesse dia às 7 e meia da manhã entrou por aqui uma carrinha com dois engenheiros da RA.

– Mas já estavam à espera que ele viesse?

Dr. José de Carvalho – Tinha de ser. Era a ordem.

– Mas há a teoria de que foi o povo que se levantou espontaneamente...

Dr. José de Carvalho – Coitadinho do povo! Então se o povo se revoltou, porque é que nenhum trabalhador do *Padrão* veio às ocupações? Quem vinha era a turba-multa! Era o carro da RA com os engenheiros...

– Gente de fora?

Dr. José de Carvalho – Do Partido Comunista.

– E no dia da ocupação?

Dr. José de Carvalho – Eu estava sentado ao fundo deste passeio...

– E estava armado?

Dr. José de Carvalho – Estava, com uma carabina que eu tinha de caça grossa.

– E estava mesmo disposto a matar alguém?

Dr. José de Carvalho – Se eu quisesse matar alguém, tinha-os morto todos. Atirando como eu atiro, com as armas que eu tinha...

– Então aqui foi pacífico?

Dr. José de Carvalho – Completamente pacífico, porque vinha no *Diário da República*. Quando chegaram os engenheiros mostraram-me o *DR* e atrás deles vinha uma *GMC* de Vendas Novas com *G3*, uns 20 ou 30 indivíduos fardados de tropa, de cabelo comprido e com barbas, que vinham dar protecção aos engenheiros da RA. Disseram-me: ‘Bom dia Sr. Dr., nós somos da RA de Campo Maior, de Elvas’. ‘Posso levar as minhas coisas? A casa de habitação fecham-na?’. ‘Sim, senhor. Nós só podemos tomar conta da parte agrícola’. ‘E a ficha de ocupação e o inventário?’ ‘Nós depois mandamos’. E eu fui-me embora”.

Mas não deixaram de ser “dolorosas”:

“Dr. Eurico Pais – Para mim a ocupação mais dolorosa foi exactamente a desse João David Ferreira, que foi um indivíduo que herdou aquilo de um estranho, que era um padrinho. Os direitos de transmissão são tanto maiores quanto menor é o laço de parentesco. Herdar de um estranho significa pagar uma taxa alta de imposto sucessório. O João David Ferreira pagou e

endividou-se para o pagar. Tinha acabado há pouco tempo de pagar a dívida que tinha arranjado para herdar. Estava a começar a investir, já tinha uma lavoura muito mais intensiva do que devia ter. Tinha terras arrendadas além das dele, onde tinha rebanhos e outras coisas, tinha bastante gado.

– E empregava muita gente?

Dr. Eurico Pais – Empregava bastante gente. Mais que o normal. Ele tinha a terra toda explorada, estava a investir, a arranjar nascentes, a criar regas de aspersão, a criar novos sistemas de rega e de exploração. Quando foi ocupado estava lá, estava com o dinheiro para os pagamentos do fim-de-semana, tinha o dinheiro dentro de uma lata, tiraram-lhe a lata da mão... Tiraram-lhe o dinheiro todo, não lhe deixaram dinheiro para a gasolina para ele ir embora.

– Mas ele não morava no monte?

Dr. Eurico Pais – Ele tinha a mulher médica, directora do Hospital de Santarém. E ele vinha ali todos os dias. Ficava lá dias e dias e voltava a Santarém.

– E nesse dia ele estava presente?

Dr. Eurico Pais – Estava presente e roubaram-lhe o dinheiro da mão, uma vergonha. O homem a seguir a isso teve uma trombose e veio a morrer, o que é uma tristeza. Tinha ainda um filho a lutar no Ultramar, na Guerra, o filho mais novo dele estava lá como oficial.

– E o senhor não teve possibilidade nenhuma de resistir?

Dr. Eurico Pais – Quem encabeçou aquilo foi um homem de confiança dele, um rapaz do Ervedal. O empregado dele é que encabeçou a coisa. Eram sempre os infiltrados que faziam isso. O principal encarregado dele, o gajo que trabalhava com as máquinas mais novas, o homem que ganhava mais na casa dele.

– Mas não era o feitor?

Dr. Eurico Pais – Ele não tinha um feitor, o feitor era ele, ele é que trabalhava, ele é que mandava. Mas era o principal, o encarregado. Foi esse que encabeçou a ocupação. É um grande malandro, fez esta gracinha”.

A ocupação da exploração agrícola deste Dr. João David Ferreira realizou-se no dia 18 de Julho de 1975 e incluiu as suas herdades e ainda as que ele arrendava, como por exemplo uma na freguesia de Cabeção, concelho de Mora, cuja proprietária ainda se zangou com ele por ter deixado lhe pagar a renda... O mais pequeno prédio rústico ocupado no concelho estava também sob sua exploração e foi ocupado por motivos simbólicos: era uma quinta de 5,600 ha, apenas com um monte e uma horta, mas que tinha sido a sede da lavoura de um dos maiores proprietários do concelho um século antes, José Valentim Varela, que ali tinha construído uma exploração agrícola exemplar e multi-facetada, o retrato perfeito da lavoura alentejana do início do século XX, tal como fora descrito por José da Silva Picão⁴⁰.

As primeiras portarias de expropriação foram publicadas do *Diário da República* em Setembro de 1975. No dia 19 foram expropriados 25 prédios rústicos do concelho de Avis com um total de 12.180 ha, o que correspondeu a 34% do total. Nos dias 17 e 19 de

⁴⁰ José da Silva Picão – *op. cit.* Ver descrição deste lavrador em Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder...*, pp. 62, 110, 133-136, 146.

Novembro outros 12.148 ha foram abrangidos pelas portarias, restando os últimos 32% para os meses de Março a Agosto de 1976⁴¹. No total foram expropriados 117 prédios rústicos que somavam 35.660 ha e que correspondiam a 59% da área total do concelho e a 62% da área cultivável⁴². Todos eles já haviam sido ocupados há vários meses⁴³, o que constituiu um factor decisivo para o atraso nas entregas das reservas aos proprietários de Avis. Os pedidos de reserva eram feitos sobre terras expropriadas. Uma vez que a quase totalidade das terras de Avis já tinha sido ocupada e incluída em pré-cooperativas na altura da publicação das portarias de expropriação, nenhum dos proprietários de Avis teve a possibilidade de pedir a reserva a que tinha direito na sua propriedade antes da ocupação efectiva. Por esse motivo, apenas as herdades que não foram legalmente expropriadas, e portanto tinham sido alvo de ocupação ilegal, é que foram entregues até Fevereiro de 1977, como foi o caso das herdades da Fundação Abreu Callado e de sete outros prédios rústicos que não atingiam a pontuação mínima para expropriação e que correspondem a 6,6% da área total desocupada (ver anexo 18). Este foi mais um factor que distinguiu o processo de Reforma Agrária em Avis, pois no total da Zona de Intervenção da Reforma Agrária a terceira fase das ocupações, que correspondeu ao período de Outubro a Dezembro de 1975, portanto já depois da saída das portarias de expropriação, foi a mais activa. Só neste período foram ocupadas 63% das terras em toda a ZIRA e 78,6% no distrito de Portalegre⁴⁴, o que certamente deu tempo a alguns proprietários para entregarem os seus processos de pedido de reserva.

Todo o ambiente das ocupações e do Verão de 75 no Alentejo foi muito influenciado por um fenómeno a que um trabalhador rural de Benavila chamou *alusionismo*.

⁴¹ Ver anexo 7. Portarias n° 560/76, de 17/9/1975; n° 680/75, de 19/11/1975; n° 139/76, de 12/3/1976; n° 363/76, de 12/6/1976; n° 411/76, de 10/7/1976; n° 478/76, de 3/8/1976; n° 505/76, de 10/8/1976; 509/76, de 12/8/1976.

⁴² António Barreto apresenta o valor de 65,6% para a área expropriada no concelho de Avis, *op. cit.*, p. 229. Trigo de Abreu apurou a expropriação de apenas 111 prédios no concelho de Avis, *op. cit.*, p. 414 e Maria João Costa Macedo apurou 116 prédios com uma área de 32.209ha, *op. cit.*, p. 248. Michel Drain e Bernard Domenech apresentam dados de 33.452 ha, que correspondem a 62,5% do total da área do concelho, *op. cit.*, p. 133. Os autores acrescentam ainda dados relativos às terras nacionalizadas pelo decreto-lei n° 407-A/75, de 30/7/1975 (referente às nacionalização das terras situadas em perímetros de aproveitamentos hidroagrícolas levados a efeito através de vultuosos investimentos públicos) e refere que no concelho de Avis estes casos verificaram-se apenas na freguesia do Maranhão, onde houve 13 lotes nacionalizados com uma área de 5.145 ha e uma média de 395,8 ha, *ibidem*, p. 155.

4.2 – Os hipotenizados!

Sem dúvida que as precárias condições culturais dos trabalhadores rurais de Avis foram aproveitadas por uma certa elite devidamente doutrinada para o efeito pelo Partido Comunista Português, por via dos seus dirigentes sindicais na região. Foram feitas promessas que não tinham qualquer viabilidade de serem cumpridas, o que contribuiu para a criação de uma ilusão de poder que convenceu uma população inteira da validade de uma actuação absolutamente inédita, mas certamente atraente. O que levou “um certo número de gente, até então honesta e trabalhadora, a cometer um extenso rol de crimes e felonias, puníveis à luz de qualquer código penal de qualquer país minimamente civilizado, desde o homicídio ao assalto à mão armada, passando pelo roubo descarado até à delapidação do património alheio...?”⁴⁵. João Garin faz a pergunta e responde logo que foi o PCP que induziu tudo isto. Porém é necessário acrescentar que a única forma possível para este partido o conseguir foi com a promessa de bens materiais⁴⁶, o que levou Lagarto a considerar que foi hipnotizado por uns ilusionistas certamente mais “espertos” que ele:

“Lagarto – Eu só me filiei no PCP já dentro do 25 de Abril. Depois houve aquela coisa de *alusionismo*...

– De ilusionismo? O que foi o ilusionismo?

Lagarto – Pois, *hipotenizam* as pessoas.

– Hipnotizam as pessoas? Quem é que o hipnotizou?

Lagarto – Esses que *queriem* ser mais espertos! Os que *queriem* ser mais espertos *hipotenizavam-nos*, *ê nem sê dezer* a palavra bem, as pessoas e pronto, a gente, como julgava que era verdade as pantomiças que eles pregavam, então vá, vá para aqui, talvez seja melhor.

– E quem é que o hipnotizou?

Lagarto – Ora aquilo, *ê* nem sei bem quantos são; *erem* todos: os que *queriem* ser mais espertos *enganarem* sempre os mais parvos. E eu como me tinha por mais parvo naquela altura, deixei-me ir na cantiga! Mas também foi pouco tempo. Apenas que *ê comecê* a ver as coisas a mudarem para trás, disse logo: ‘Alto! Isto *nã* é o que as pessoas dizem. Isto cada um quer-se amañhar’.

– Mas como é que eles o hipnotizaram, foi com comícios, com manifestações?

Lagarto – Foi essas duas coisas, foi comícios, foi manifestações (agora a falar mais alto, empolgado), ‘isto é tudo nosso!’; e ‘isto é desta maneira’, e ‘os lavradores o que querem é assim’, e ‘*venhem* para cá’, e ‘a gente paga-lhes isto’...

– E eles iam lá ao sítio onde o senhor andava a trabalhar?

⁴³ Ver anexo 7: em 99 herdades nas quais se apuraram as datas de ocupação e de expropriação, houve 1 que teve a portaria de expropriação 18 dias depois da ocupação. Mas a grande maioria (20), teve uma diferença de 4 meses. Entre 1 e 4 meses houve 52 e entre 7 e 18 meses houve 47 herdades apuradas.

⁴⁴ António Barreto – *op. cit.*, p. 216.

⁴⁵ Palavras de João Garin acusando directamente o PCP, no *Jornal do Agricultor*, 21/12/1979.

⁴⁶ “Always bear in mind that people are not fighting for ideas, for the things in anyone’s head. They are fighting to win material benefits, to live better, and in peace, to see their lives go forward, to guarantee the future of their children...”, palavras de Amílcar Cabral, citadas por Margarida Fernandes – *op. cit.*, p. 53.

Lagarto – *Nã* senhora; a gente à *nôte*, *diziem* que às tantas horas há um comício, ou na Casa do Povo, ou ali num largo *qualqueri*...

– E o senhor ia?

Lagarto – E a gente íamos, então, a gente julgava que era verdade.

Inácio Ramalho – Aquilo ‘era tudo nosso’... O dinheiro é que foi a mola real disto tudo”.

“– Então porque é que acha que esta gente toda entrou nessa histeria colectiva?

Dr. Luís Pina – Porque eram pessoas desinformadas. E aqui no Alentejo as pessoas que viviam completamente fora da cidade e do mundo, viviam o seu dia-a-dia no trabalho rural e sempre a serem matraqueados por aquele tipo de ideias”.

“Dr. José de Carvalho – Eu tinha aqui trabalhadores que davam vivas ao Marcelo Caetano na véspera da revolução, porque lhes tinha dado o benefício da Segurança Social. E no dia a seguir à revolução davam vivas ao Partido Comunista porque lhes tinha dado a terra. Eles convenceram-se estupidamente que eram os donos de tudo. Ainda que não concordassem, vinham com medo de perder o emprego. O problema do Alentejo foi sempre o medo. Era o medo de perder o emprego no tempo do patrão, era medo de perder o emprego do outro patrão. Trabalham para alguém, querem é a estabilidade”.

João Garin usou a expressão “cobiça pelos bens alheios”⁴⁷. Manuel de Lucena falou em “ressentimentos”⁴⁸. A própria imprensa mais radical de esquerda entendeu a falta de consciência por parte dos trabalhadores ocupantes do alcance do movimento em que estavam a participar:

“Aquando da época das ocupações registou-se um avanço dos trabalhadores nem sempre consciente. Efectivamente, havia uma vanguarda que avançou conscientemente e outros que foram arrastados por essa vanguarda. Criou-se uma situação ilusória de que se poderia fazer uma reforma agrária a nível do Alentejo sem se alterar as estruturas a nível nacional”⁴⁹.

Definitivamente os trabalhadores foram aliciados por um grupo um pouco mais esclarecido (de novo *em terra de cegos*...) que lhes prometeu que ficariam donos das terras. Com tudo o que eles achavam que isso implicava: ser patrão, não trabalhar, ficar rico. Só isso justifica o clima de euforia e os actos de vandalismo praticados. O gado era *fascista*, os *coches* e carruagens antigas eram a lembrança dos grandes senhores, tudo o que lembrasse o passado era *reaccionário* e tinha de ser destruído⁵⁰. Até as máquinas agrícolas...

“Dr. Eurico Pais – Tive conhecimento da destruição que houve no *Painho*, principalmente de viaturas de tracção animal antigas. Foram queimadas e venderam as partes de ferro para o ferro-velho. Como sei de alguns animais machos de raça apurada, que estavam para procriação, que foram abatidos pura e simplesmente porque eram fascistas também”.

⁴⁷ João Garin – *Reforma Agrária*..., p. 43.

⁴⁸ Ver capítulo 2 e Manuel de Lucena – “A revolução portuguesa...”, p. 567.

⁴⁹ *Revolução* (PRP), 24/3/1977, p. 4.

⁵⁰ “imaginando o novo, mas ainda destruir o que está velho”..., Oliveira Baptista – *Portugal 1975*..., p. 62.

“Charuto – Partiram aquilo tudo, roubaram aquilo tudo. *Braz Varela* estava um lixo. Esfarraparam tudo. Além no *Painho* a mesma coisa. Além no *Painho* havia uma máquina dessas fixas, de debulhar pão: queimaram-na. Queimaram uma enfardadeira, partiram-na. Depois começaram a aparecer estas máquinas modernas, e eles deram cabo daquilo tudo. Queijos, carne, azeite, eles comiam tudo, esfarraparam tudo, deram cabo de tudo”.

Entretanto as roupas das ceifeiras foram reinventadas e as trabalhadoras rurais passaram a desfilar com trajes que já não usavam há décadas. Recuperando a iconografia das “camponesas”⁵¹, as mulheres avisenses foram trabalhar de chapéus de palha, saias por cima das calças, presas por alfinetes, camisas coloridas. No fundo este novo “uniforme” era uma afirmação ostensiva do grupo a que orgulhosamente pertenciam e que sempre tivera uma postura discreta, quase invisível.

“Dr^a Maria Manuela Pais – Elas andavam mascaradas, eu nunca as tinha visto assim antes....”⁵².

Para este ambiente contribuiu também a excitação das primeiras colheitas. Nas terras ocupadas as ceifas desse primeiro Verão foram uma festa, sobretudo porque foram realizadas sobre sementeiras para as quais não tinham investido e com o auxílio de um número exagerado de máquinas que ainda por cima não tiveram de pagar, o que contribuiu para que os resultados líquidos dos primeiros anos tenham sido sobrevalorizados⁵³.

“Dr. Eurico Pais – Em Avis eles acabaram a lavoura mesmo encostados ao *Paul*. E eu andava com os empregados ali à extrema e estavam eles com 19 ceifeiras-debulhadoras a fazer a festa de acabamento das *Casas Altas*. Quando acabaram foram todos em fila, entraram em Avis, subiram ao Largo do Convento, foram dar a volta lá acima e voltaram para baixo com as 19 máquinas em fila. Isto foi logo no primeiro ano das ocupações”⁵⁴.

⁵¹ Eric J. Hobsbawm – “Inventing Traditions”, in Eric Hobsbawm e Terence Ranger (dir.) – *op. cit.*, p. 7

⁵² Entrevista em Lisboa, 1995.

⁵³ “Os resultados económicos aparecem obscurecidos pelo facto de a maquinaria, o efectivo pecuário e outro capital de exploração fixo terem sido apropriados sem qualquer desembolso por parte dos actuais cultivadores (...) razão pela qual o resultado líquido tende a apresentar-se sobrestimado”, Earl O. Heady – *Análise do Desenvolvimento Agrícola e da Reforma Agrária em Portugal*, Col. Textos Actuais, 1, Ministério da Agricultura e Pescas, Lisboa, 1977, p. 18.

⁵⁴ No que diz respeito à utilização exagerada de máquinas agrícolas, são de salientar as alegadas contribuições dos países do Leste Europeu em maquinaria pesada que muito pouco chegou a ser utilizada, por falta de adaptação à realidade agrícola portuguesa, ou por terem tecnologia bastante atrasada em relação à que já era usada em Portugal: “As máquinas oferecidas pela URSS a Portugal são autêntica sucata (...) Um estranho contrato com a Polónia obriga-nos a importar tractores do modelo comercializado em 1950”, *Jornal do Agricultor*, 25/1/1977, p. 3. Também no *Tempo* são referidas 80 máquinas agrícolas oferecidas às UCP portuguesas pela URSS, tractores, alfaias, moto-bombas, camiões, semeadores, que tinham “um atraso tecnológico enorme em relação às que se fabricam na Europa Ocidental e são de dimensão exagerada para a média das dimensões das herdades portuguesas...”, além de terem um consumo muito elevado de combustível, 13/1/1977, p. 12. Foi-me referido o facto de muitas máquinas terem chegado em estado deplorável de utilização, ou com peças em falta e sem possibilidade de substituição. Outras ficaram retidas na alfândega durante muito tempo, o que as degradou. No entanto, algumas destas máquinas foram usadas como propaganda política. Por exemplo, numa herdade ocupada pela *Cooperativa Montemorense*, “perto do monte, encontra-se a exposição de máquinas agrícolas, tractores e alfaias, enviadas pelos Países de Leste para apoio da Reforma Agrária do partido também de Leste – o PCP. Esta exposição, que dura há dois meses, preenchendo o seu papel de propaganda política, é local obrigatório das excursões de Pêcês que, da zona da grande Lisboa, se

Os desfiles de máquinas agrícolas sem dúvida que também impressionaram a população⁵⁵, o que contrasta fortemente com a utopia de António Sérgio, que não pode deixar de ser invocada:

“amo no cooperativismo a sua construção silenciosa, a sua ausência completa de espectacularidade e de drama, de conluios, de cortejos, de marchas marciais, de oratória, de demagogos esbaforidos que se fazem aclamar dos poleiros, de turbamultas clamorosas por sob o trapejar dos balsões. (...) E nós, a sermos cooperativistas bem do fundo d’alma, desejáramos que de futuro os nossos maiores da política se glóriassem das virtudes que são as dos bons gerentes, as dos bons directores de cooperativas, – e não das fulgências triunfais dos chefes...”.

E que se completava com a regeneração moral da sociedade, uma vez que o cooperativismo iria limpar a sociedade do

“cortejo abominável das suas vegetações parasitas: os ódios, as suspeições, as más interpretações, as calúnias, os sofismas, os mal-entendidos, as lutas pessoais, as intrigas. (...) é sempre dado o entenderem-se num trabalho prático e objectivo, para a mesma comum finalidade que a todos chama e os liga, para o emprego quotidiano do seu calmo método revolucionário, para a sua edificação do futuro. (...) para criarem um sector de fraternidade económica, para alargarem esse sector à sociedade inteira...”⁵⁶.

4.3 – Criação e funcionamento das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção

“José Luís – Até aos 12, 13 anos de existência aquilo funcionou bem e as pessoas sentiam-se todas felizes. Nunca Avis teve tanto espectáculo, tantas festas... Todos os anos se faziam. Depois fazíamos contas no fim do ano, apresentávamos as contas, cada um tinha a sua missão a cumprir. As pessoas viviam felizes. E trabalhavam, só aqui chegaram a trabalhar 320 pessoas. 320 pessoas, mais o agregado familiar, isto ocupava aqui 600 ou 700 pessoas. A gente distribuía todos os meses, a esta gente aqui, 7 ou 8.000 contos. Todos os meses”.

Logo após as primeiras ocupações as pré-cooperativas começaram a formar-se (Afonso de Barros usa a sigla NUP – Nova Unidade de Produção). Com mais de 5.430 ha

deslocam à província, para admirar e cantar louvores ao processo político do qual desconhecem a realidade”, escrito em 14/11/1976, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 201.

⁵⁵ Oliveira Baptista descreveu a imagem que se transmitia de Reforma Agrária aos trabalhadores rurais era a da *terra do socialismo*, onde havia “unidades de muito grande dimensão, onde os produtos da ciência, os equipamentos e sobretudo as grandes máquinas – o progresso – fariam as terras produzir abundantemente. Os trabalhadores teriam emprego certo, receberiam um bom salário e o Estado velaria para que tudo isso acontecesse (...) Todo este mundo veio ao de cima em 1975. Quando os ocupantes começaram a desenhar no terreno os contornos das *suas* unidades de produção toda esta herança os empurrou para as grandes dimensões.” Naturalmente que o fascínio pelas máquinas e pelo progresso levou a casos de “acentuada sobremecanização”, “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares...”, *op. cit.*, pp. 417-418. Por outro lado Ribeiro Teles denunciou o engodo deste tipo de imaginário: “O Decreto-Lei (406-A/75) não procura reformar a agricultura nem as estruturas agrárias, mas sim instaurar um Estado totalitário idêntico ao da URSS. Para isso, neutralizam-se os ingénuos com as imagens das granjas monstruosas com muitos milhares de hectares, conquistam-se os trabalhadores através de situações emocionais e manobrando a fome de justiça a que esses extractos da população há muito têm direito”, *op. cit.*, p. 73.

ainda antes do fim de Maio de 1975, a *1º de Maio* era já um latifúndio maior do que qualquer um dos que havia antes das ocupações⁵⁷. Sob a “influência ideológica e organizativa” do PCP⁵⁸, e a orientação e coordenação inicial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Portalegre, na pessoa de António Gaspar dos Ramos, o *Cuco*⁵⁹, formaram-se no concelho de Avis seis cooperativas de produção agrícola, distribuídas pelas áreas das respectivas freguesias (ver anexo 12). Os já referidos 40.665,7670 ha que detiveram inicialmente corresponderam a 17,4% dos 233.911,5000 ha abrangidos pelas 63 Novas Unidades de Produção do distrito de Portalegre.

A mais importante do concelho de Avis foi sem dúvida a *1º de Maio*, que englobava as herdades de três freguesias do concelho de Avis e ainda uma no concelho de Mora, e que chegou a ter na sua posse praticamente 10.700 ha (mesmo quando entregou algumas reservas, manteve uma grande área de propriedades compradas e arrendadas), o que correspondia a 30% da área total ocupada pelas cooperativas do concelho. Como pode ver-se no anexo 15, as outras cinco cooperativas também detiveram no seu início áreas consideráveis: a *29 de Julho* da Aldeia Velha começou por ter 9.657,3425 ha; a *21 de Fevereiro* de Benavila 6.736,3888ha; a *Unidade* do Ervedal 5.655,6607 ha; a *Valongo do Sul* de Valongo 4.377,1350 ha e a *Figueira do Alentejo* de Figueira e Barros 3.542,0250 ha, o que faz uma média de 6.092 ha por cooperativa em 1975, que baixou para 5.852 ha em 1976⁶⁰. Estes valores são consideravelmente mais altos que as médias das NUP da ZIRA e especialmente das do distrito de Portalegre onde, segundo os dados apresentados por Afonso de Barros, houve um aumento da dimensão das explorações agrícolas para mais do triplo. Enquanto em 1968 a área média das explorações do distrito de Portalegre com mais de 500 ha era de 1.118,5000 ha, a área média das NUP do mesmo distrito era de 3.712,9000 ha (contra 3.065,000 ha em Beja e 2.494,4000 ha em Évora). No geral da ZIRA a média das explorações com mais de 500 ha em 1968 era de 1.313.9000 ha e a área média das NUP era de 2.396,000 ha. Portalegre, que tinha as áreas médias mais baixas em 1968, com a Reforma Agrária ficou com as áreas médias mais altas e a maior quantidade de unidades com mais de 7.500 ha⁶¹. Assistiu-se também a uma

⁵⁶ António Sérgio – *Confissões de um cooperativista...*, pp. 18, 37.

⁵⁷ Gonçalo Ribeiro Teles chamou às UCP os “novos latifúndios”, que abrem caminho para “concentração das explorações...”, *op. cit.*, p. 59.

⁵⁸ Oliveira Baptista – *Portugal 1975...*, p. 63.

⁵⁹ José Soeiro afirmou que este indivíduo “tinha muita experiência de trabalho de organização”, entrevista citada.

⁶⁰ Estes valores foram apurados a partir do conjunto de fontes descritas no anexo 14. Ver também gráfico 2 no cap. 3 da 1ª p.

⁶¹ Afonso de Barros – *A Reforma Agrária...*, pp. 111-112. Ver também dados apresentados por António Barreto: em 1976 já havia 610 UCP, 70 em Portalegre a ocupar uma área total de 205.998 ha com uma superfície média de 2.942,8 ha por UCP;

maior concentração de trabalhadores permanentes em Portalegre: 136,5 trabalhadores por UCP, enquanto Évora tinha 101,2 e Beja 73,4 em 1976⁶², o que se explica pelas características da produção do distrito, mais virada para a pecuária (que não permite a variação sazonal verificada com a cerealicultura e a silvicultura) do que os restantes distritos da ZIRA. Acrescenta-se ainda a elevada concentração de prédios rústicos por cooperativa: no concelho de Avis havia uma média de 18 (ver anexo 12), enquanto que a média no total da ZIRA era de 6⁶³.

Em resumo, “prevaleceu a tendência para o reforço da concentração da terra, da força de trabalho e dos meios de produção”⁶⁴, o que foi explicado por Afonso de Barros do seguinte modo:

“A Unidade Colectiva de Produção representou a opção de aglutinar diferentes explorações agrícolas ocupadas, na convicção da superioridade produtiva da agricultura em larga escala, e correspondia ao modelo preconizado pelo PCP para a zona da reforma agrária”⁶⁵.

As suas denominações apresentam um valor simbólico ligado à tradição da luta dos trabalhadores rurais nos casos da *1º de Maio* e da *Unidade*, enquanto que as cooperativas de Benavila e da Aldeia Velha adoptaram no seu nome as datas mais relevantes para o processo de Reforma Agrária: 21 de Fevereiro de 1975 foi a data da ocupação da Fundação Abreu Callado, 29 de Julho foi a data do decreto-lei que fundamentou todo o processo⁶⁶.

A evolução legislativa obrigou à formalização das cooperativas⁶⁷, que foram constituídas por escritura pública nos cartórios de Avis e Vila Franca de Xira⁶⁸ entre Novembro de 1976 e Julho de 1977, adoptando a forma de “Cooperativa de Produção

Évora tinha 178 UCP com uma média de 2.468 ha e Beja tinha 192 com uma média de 1808,5 ha. Acrescenta que “os primeiros efeitos das ocupações e das expropriações vão no sentido da concentração fundiária”, *op. cit.*, pp. 232-233.

⁶² *Ibidem*, p. 235.

⁶³ *Ibidem*, p. 232. No concelho de Avis este fenómeno explica-se pela dispersão de prédios rústicos, sobretudo na freguesia do Ervedal, onde a respectiva UCP detinha 30 prédios, mas quase todos de dimensões muito reduzidas, que apenas foram ocupados por pertencerem a grupos de prédios de um mesmo proprietário ou conjunto de proprietários.

⁶⁴ Afonso de Barros – *op. cit.*, p. 116.

⁶⁵ *Idem* – “As Novas Unidades de Produção...”, pp. 386, 398-400, onde o autor apresenta todos estes e outros dados estatísticos, entre eles o número de trabalhadores: no total da ZIRA as NUP tinham 42.308, no distrito de Portalegre tinham 9.334, o que corresponde a 22,1%, Ver também Vale Estrela – *op. cit.*, p. 258, que apresenta as seguintes áreas médias das Unidades de Produção em 1976: Évora 3.000 ha, Beja 3.500 ha, Portalegre 4.200 ha. Acrescenta que havia algumas com mais de 17.000 ha.

⁶⁶ Afonso de Barros fez uma resenha dos nomes das cooperativas e apresentou a seguinte explicação para a inovação nas nomenclaturas: “constitui inegável indicador da consciência de que a formação das NUP’s representava o nascimento de realidade qualitativamente nova e, do mesmo passo, da vontade de ruptura com o passado”, *A Reforma Agrária...*, pp. 171-172. Ver também Victor Louro – “A Natureza Cooperativa das UCP’s”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Fev. 1986, pp. 517-535.

⁶⁷ Decretos-Lei nº 406-B/75, de 29/7/1975 e nº 262/76 de 8/4/1976.

⁶⁸ Explicação do Dr. Joaquim Miranda da Silva para a realização de 5 escrituras em Vila Franca de Xira: “Muito simples, foi uma questão de disponibilidade do notário”, entrevista em Portalegre em 28/8/1998.

Agrícola” ou “Unidade Colectiva de Produção Agrícola”, SCARL – Sociedade Cooperativa Anónima de Responsabilidade Limitada. Em Novembro de 1982, como resultado da legislação emitida pelo 8º Governo Constitucional, de Pinto de Balsemão, mais precisamente o Decreto-Lei nº 394/82, de 21 de Setembro, a fórmula final foi alterada para CRL – Cooperativa de Responsabilidade Limitada.

A escritura pública da Cooperativa *1º de Maio*, realizada em 9 de Novembro de 1976, descreve 25 herdades ou bens imóveis que a “sociedade mantém desde já sob a sua gestão”⁶⁹, das quais 11 na freguesia de Avis, 7 no Alcórrego, 6 no Maranhão e uma em Cabeção, concelho de Mora, além de 43 tractores, 17 ceifeira debulhadoras e 24 reboques. Entre os prédios rústicos descritos, três entraram na “sua gestão” por outros meios diferentes da ocupação e expropriação: *Carapeta e Castelo* (com 287,200 ha), pertencente à Fundação Marques Ratão, foi arrendada; *Carreiras e Fonte Ferreira*, que totalizam 400 ha, foram compradas com o dinheiro dos membros da cooperativa⁷⁰. Na sua constituição a *1º de Maio* apresenta como objectivos (semelhantes aos descritos nas escrituras de todas as outras):

“A sociedade tem por fim a cultura da terra com finalidades agrícolas, silvícolas ou pecuárias, visando a intensificação da produção, através do aumento das quantidades produzidas e da redução dos custos de produção, o incremento constante da produtividade do trabalho e a implantação dos princípios de gestão democrática, tudo como meio para elevar permanentemente o nível de vida dos associados e para implantar e desenvolver as novas relações de produção (...) A sociedade procurará organizar a comercialização das suas produções por forma que todos os trabalhadores do País a adquiram com garantia de qualidade e seguros de que não são vítimas de especulação. (...) Para a prossecução dos seus fins, deverá a sociedade:

- a) assegurar o aumento de produtividade do trabalho agrícola;
- b) tomar medidas para aumentar a fertilidade do solo;
- c) introduzir variedades de elevado rendimento e raças melhoradas de animais;
- d) ampliar progressivamente o investimento em máquinas, instalações e outros meios de produção, assegurando sempre o pleno emprego da força de trabalho e também o incremento de outros benefícios sociais”⁷¹.

Na freguesia de Benavila o caso especial da Fundação Abreu Callado colocou um problema aos seus ocupantes, que se viram confrontados com a oposição de um número

⁶⁹ Escritura pública no cartório de Avis, folha 18 do livro de notas número B-453.

⁷⁰ Segundo fontes orais, José Luís pediu a todos os membros da *1º de Maio* dinheiro para comprar esta herdade, e depois, quando a vendeu, não devolveu as respectivas cotas, nem deu qualquer compensação aos sócios que tinham contribuído inicialmente, o que o criou grande indignação.

⁷¹ Sobre o tema do investimento em máquinas, no seu estudo sobre Campo Maior António Modesto Navarro referiu o facto das oficinas locais terem ficado com menos trabalho e algumas até terem sido levadas à falência porque a cooperativa concentrou a maioria das máquinas e tinha os seus próprios mecânicos, *op. cit.*, p. 126.

significativo de outros trabalhadores da Fundação, seus colegas, que criaram uma cisão, com o apoio do antigo presidente, Eng. Antunes Tropa:

“Alzira Bonito – Entretanto os funcionários que não estavam de acordo com a ocupação da Fundação começaram-se a movimentar e a organizar. Mas tudo secretamente. E começaram a fazer um abaixo-assinado para pedir que a Fundação voltasse a ser Fundação. Andava já o Eng. Tropa metido nisto. Ele começou a ter o apoio de algumas pessoas cá dentro, havia aí muitos, era um grupo assim bom. Depois foi feita essa recolha, eu vim a ter conhecimento disso, mas nunca o disse a ninguém, principalmente lá em casa, porque o meu marido estava do outro lado. Os meus pais foram chamados a casa de um desses senhores, se estavam de acordo, se queriam assinar. Eles assinaram. A minha mãe assinou porque sabia assinar. O meu pai não sabia, mas pôs o dedo. E eu fiquei com um bocado de receio se ele ainda era mais lesado do que andava a ser. Mas eles tiveram que arriscar. A mim nunca me disseram nada...”

Estas movimentações, embora secretas, dividiram a aldeia e exaltaram os ânimos. Os *Pêcês* e os *reaccionários* do PS odiaram-se de morte. Quem “pagou” foi Mário Soares, na altura em campanha eleitoral pelo Alentejo, e que se viu agredido fisicamente:

“Alzira Bonito – Quando veio cá o Dr. Mário Soares houve violência. Ele veio em Fevereiro de 76. Veio, na altura fundaram aqui o Partido Socialista, e ele veio visitar a sede, que por sua vez era uma casa da Fundação. Arrendada. Era uma altura que eu até tinha medo de sair à rua. Eu vinha ao escritório, mas ao fim-de-semana fechava-me em casa. Tinha medo, que as pessoas provocavam, mandavam bocas. O senhor estava no largo do café a discursar e subiu para falar e houve um grupo de comunistas que começaram-se a organizar e começou a haver pedras no ar e ele ainda levou uma pedra na cabeça.

– E fugiu?

Alzira Bonito – Fugiu, levaram-no, ainda entrou ali em casa de uma pessoa ali perto. E deram-lhe um capote. Quando ele voltou à Fundação, veio visitar a Fundação como Presidente da República, houve pessoas que assistiram ao outro espectáculo, e batiam palmas e estavam eufóricas...”

A Portaria de expropriação dos prédios rústicos da Fundação Abreu Callado (nº 509/76) acabou por ser emitida no dia 12 de Agosto de 1976, “sob proposta do Conselho Regional da Reforma Agrária de Portalegre, nos termos dos artigos 1º e 8º do Decreto-Lei nº 406-A/75”, e as suas herdades ficaram a ser geridas pela já referida comissão de trabalhadores dirigida por António Raimundo Bartolomeu. Porém, uma das primeiras medidas do novo Ministro da Agricultura António Barreto foi precisamente a desocupação da Fundação e a sua entrega aos trabalhadores signatários da petição, algo que chegou ao parlamento pela voz do Deputado Carlos Brito, do PCP, que transmitiu um texto escrito pelos “trabalhadores da Herdade Colectiva 21 de Fevereiro”:

“no dia 20 de Dezembro de 1976, pelas 6 horas da manhã, o Centro Regional da Reforma Agrária de Portalegre, pela pessoa do engenheiro Fidalgo, seu subdirector, e na presença de grande força bélica da GNR, tentou forçar a entrega de algumas propriedades e instalações da ex-Fundação Abreu Calado, já devidamente expropriadas pelos despachos respectivos (...) foram os trabalhadores presentes e a Comissão directiva postos pela força fora das instalações”⁷².

A Fundação Abreu Callado foi efectivamente desocupada (o termo usado foi “desanexação”) por Despacho de 3 de Janeiro de 1977 e a administração das suas herdades foi confiada a uma nova comissão nomeada pelo Governo Civil de Portalegre, na altura Miranda Calha, do PS, adoptando a denominação de *Cooperativa Abreu Callado*⁷³. Por esse motivo os seus prédios rústicos não constam da lista apresentada na escritura de constituição da UCP *21 de Fevereiro*, que se realizou no dia 6 de Abril de 1977, e cuja área inicial de 6.736,3888ha diminuiu para 3.849,1098 ha. Entretanto, os trabalhadores que se tinham incompatibilizado com a *21 de Fevereiro* constituíram nova cooperativa em 12 de Dezembro de 1978, com o nome de UCP *Agro-Benavilense*, apropriando-se de parte das herdades que a primeira tinha sob a sua gestão. Em 20 Fevereiro de 1979 a Portaria nº 89/79 derogou a portaria de expropriação dos bens da Fundação Abreu Callado, reconhecendo esta instituição “de alto interesse cultural e social” (a partir do Despacho de 1 de Fevereiro do mesmo ano) e declarando que “tais pessoas colectivas não são passíveis de expropriação”. Nesta data a Fundação voltou à denominação anterior e regressou o antigo Conselho de Administração, com o respectivo presidente Eng. Antunes Tropa. Algo semelhante se passou com algumas das herdades que a Fundação Marques Ratão possuía no concelho de Avis, que foram ocupadas mas não chegaram a ser integradas em qualquer cooperativa do concelho, mas antes na cooperativa *Galveense* e mais tarde foram também desanexadas, voltando à posse da Junta de Freguesia das Galveias, como foi o caso das *Freiras, Contarinho e Tremelga, Laranjeiro e Torre de Sepúlveda*.

Além das cooperativas agrícolas, outras foram criadas na mesma época, como foi o caso da “Cooperativa de Consumo Boa Esperança, SCARL”, constituída em 20 de Dezembro de 1976, com sede na Figueira e Barros e da “Cooperativa de Consumo a Esperança de

⁷² *Diário da Assembleia da República*, nº 57, 21/12/1976, pp. 1810-1811.

⁷³ António Raimundo Bartolomeu e António Diamantino Rosado Vieira, “regentes agrícolas ao serviço da Fundação Abreu Calado” foram demitidos e enviaram uma exposição ao parlamento a pedir a sua reintegração, *Diário da Assembleia da República*, nº 82, 4/3/1977, p. 2761. Mas tal não chegou a acontecer e o primeiro dedicou-se à política definitivamente como actividade profissional principal.

Todos, CRL”, constituída em 27 de Dezembro de 1982, com sede em Valongo⁷⁴. Em 1978 foi também criada a “Agro-Única, SCARL”, a qual agregou todas as cooperativas do concelho com o objectivo de comercializar os produtos produzidos pelos seus associados⁷⁵. Esta cooperativa obedeceu à necessidade de articulação entre as Unidades de Produção e de estruturas de coordenação, de representação externa e de “defesa dos seus interesses face à política governamental”⁷⁶. Em 22 de Dezembro de 1982 esta cooperativa teve a sua denominação social alterada para “Agro-Única. Cooperativa Agrícola de Comercialização e Transformação, CRL” e passou a dedicar-se exclusivamente à função de comercialização, para a qual abriu um supermercado. As funções de coordenação e representação foram delegadas na “União das Cooperativas Agrícolas do Concelho de Avis, Rosa Vermelha, UCRL”, constituída em 18 de Janeiro de 84 no 2º cartório de Vila Franca de Xira com representantes de cinco cooperativas do concelho afectas ao PCP.

No mesmo espírito de cooperação e associação, e ocupando também o espaço no tecido económico do concelho anteriormente ocupado pelo maior empreiteiro local, José Lopes Godinho, o sogro do presidente da câmara, foi ainda constituída a “Andaime – Cooperativa de Produção Operária da Construção Civil Avisense, SCARL”, formalizada em 13 de Julho de 1982, mas em actividade desde 1976.

Com o entusiasmo inicial, os trabalhadores aderiram imediatamente. Alguns motivados pela ideologia subjacente, mas a maioria foi trabalhar para as cooperativas simplesmente para assegurar o seu posto de trabalho, uma vez que ficaram mesmo muito poucas terras por ocupar. Alguns tractoristas, como José Manuel Traquinas, entraram nas cooperativas junto com o tractor que conduziam. Este acabou como um dos dirigentes da *1º de Maio*, mas outros nas mesmas circunstâncias não ficaram tão satisfeitos com a situação. Foi o caso de Domingos, que logo que teve oportunidade abandonou a cooperativa e foi trabalhar para um pequeno proprietário.

⁷⁴ Vítor Matias Ferreira também salientou a formação de cooperativas de consumo e que aos trabalhadores “não lhes bastava organizar o trabalho agrícola. Era igualmente necessário controlar, a seu proveito, certo tipo de actividades complementares e, desse modo, começaram a surgir, aqui e ali, oficinas de reparação de máquinas agrícola, incorporando muitas vezes operários desempregados, ao mesmo tempo que cresce o controlo sobre lagares de azeite, adegas de vinho, e inclusivamente sobre fábricas de moagem...”, *op. cit.*, p. 32.

⁷⁵ Constituída por escritura de 8/3/1978 no Cartório de Vila Franca de Xira.

⁷⁶ Afonso de Barros – “As Novas Unidades de Produção...”, pp. 394-395. Para tal o autor refere a existência de Secretariados e Uniões Concelhias, os quais Manuel de Lucena descreve como “representativos, na zona da reforma agrária, daqueles agricultores *sui generis* que são as UCP e as cooperativas de produção. No início, estas unidades eram orientadas e coordenadas, em cada distrito, pelo respectivo sindicato de assalariados agrícolas (...) não durou”, “A herança de duas revoluções...”, *op. cit.*, p. 529. Ver também António Bica – “Problèmes de Commercialisation dans les Nouvelles Unités de Production”, in Bernard Roux (dir.) – *op. cit.*, p. 178.

“Júlia – O meu Domingos *ópois* teve de ficar com eles, que eles *apanharem* aquilo tudo!

– Então passou a trabalhar para a cooperativa?

Júlia – Pois foi. Um ano foi fazer a campanha do tomate. Então, tinha de trabalhar. Não havia mais nada! Eles *apanharem* tudo! Eu é que me saí sempre porque ia para as casas *a-dias*.

– Mas ele na cooperativa ganhava bem, ganhava mal?

Júlia – Ganhava o mesmo. Aqueles que *erem* lá da comissão é que ganhavam bem. (...) Ele para não ir aos comícios, deixou os tractores e foi para os porcos. Tinha de ficar a dar de comer aos porcos”.

Alguns trabalhadores fixos permaneceram nas mesmas herdades onde sempre tinham trabalhado, sobretudo os ganadeiros, que tinham interesse em manter os seus animais no rebanho. Os poucos que não concordaram com as ocupações saíram e encontraram trabalho nas pequenas propriedades que não tinham sido ocupadas e que correspondiam a 29% da área cultivável do concelho. Outros continuaram a trabalhar nas fábricas, onde também houve alguns dias de luta e reivindicação, mas não chegou a haver ocupações. Por exemplo na de lacticínios, Martins e Rebelo,

“Mascote – Na fábrica fizemos lá um levantamento por causa do salário estar em atraso. Porque a gente havia de receber ao fim do mês e chegou ao mês e o dinheiro não vinha. E não quisemos trabalhar. Depois eu chamei a GNR.

– E nunca pensaram ocupar a fábrica também como tinham ocupado as terras?

Mascote – Não, não pensámos ocupar a fábrica porque, também, sabe, não éramos todos do mesmo lado. Porque se fôssemos todos do mesmo lado até éramos capazes de a ocupar. Mas como não éramos... Uns eram do PPD, outros eram do PS, outros eram do Partido Comunista. Portanto havia divisão”⁷⁷.

Voltando à agricultura, os dirigentes das cooperativas caracterizavam-se por pertencerem a uma verdadeira elite entre os trabalhadores rurais. Eram os que já tinham aprendido a ler, já tinham saído do concelho para a tropa ou para trabalhar⁷⁸, tanto no estrangeiro como em Lisboa, para obras ou para trabalhos temporário, alguns já tinham as suas pequenas terras, sobretudo arrendadas, e já tinham feito trabalhos de parceria, na condição de seareiros, como foi o caso de Claudino, no Ervedal⁷⁹. Mas todos eram do

⁷⁷ Os trabalhadores desta fábrica mantiveram-se activos e organizados politicamente, agindo sempre que as ocasiões surgiam. Por exemplo, quando se colocou a possibilidade do regresso a Portugal do antigo Presidente da República, Almirante Américo Tomás, foram recebidos na Assembleia da República cartas, ofícios, abaixo-assinados, telegramas e outras formas de protesto, entre os quais se incluíram os dos “trabalhadores da empresa Martins & Rebelo, de Avis”, *Diário da Assembleia da República*, nº 81, 1/6/1978, p. 2917.

⁷⁸ Alguns regressaram na altura ou quando atingiram a idade da reforma, ocupando cargos de liderança. Este fenómeno verificou-se por todo o distrito, onde alguns presidentes da câmara, das juntas de freguesia (por exemplo no Ervedal) e de outras instituições locais são reformados de empregos em Lisboa, ver Maria Antónia Pires de Almeida – “As Elites Municipais e a Revolução...”, p. 26.

⁷⁹ E também do Deputado Manuel Moita, do PCP, trabalhador e membro da UCP *Esquerda Vencerá*, em Pias, que antes tinha sido emigrante e que usou na sua intervenção a linguagem congelada do passado, da época em que ele tinha saído de Portugal: “antes do 25 de Abril os ricos senhores da terra, aqueles que nos fizeram a vida negra e me forçaram a partir para terras estranhas de França, longe da família, em busca do pão que cá me negaram”, *Diário da Assembleia da República*,

concelho. Em Avis não se verificou a importação de ocupantes, pelo contrário, houve sim exportação...

Como já vimos, António Raimundo Bartolomeu, que ficou a dirigir a cooperativa *21 de Fevereiro*, de Benavila, tinha o curso técnico de Regente Agrícola. Não há dúvida que estes indivíduos possuíam uma bagagem cultural bastante mais significativa que a dos trabalhadores rurais analfabetos com quem lidavam. E a sua liderança e autoridade impunha-se e legitimava-se precisamente pela “autoridade administrativa”⁸⁰ que possuíam. Sem excepção eram quadros recrutados estrategicamente pelo Partido Comunista precisamente pela experiência de gestão e de liderança que já tinham demonstrado.

Quanto aos famosos alugadores de máquinas, a sua adesão às cooperativas do concelho de Avis foi puramente pragmática: na sua qualidade de empresários individuais e bastante individualistas, não tinham qualquer interesse nos conceitos de solidariedade e cooperativismo, mas tinham máquinas para pagar e precisavam de terras para trabalhar. A sua integração nas cooperativas foi uma mera questão de sobrevivência. Mesmo discordando das ocupações⁸¹, rapidamente eles adoptaram a política do *if you can't beat them, join them*⁸². O caso de Joaquim Manuel Barata Dias, de alcunha *Sarrafaça* (ver 1ª parte) é um exemplo desta situação. Ao entregar as suas máquinas à cooperativa, ficou a trabalhar com elas e a assegurar que eram bem tratadas, até que recebeu todo o dinheiro que já tinha investido, considerou-as vendidas e retirou-se.

“Sarrafaça – Ocuparam as propriedades das pessoas que me davam trabalho. E eu ainda tinha encargos da última máquina que tinha comprado, que foi mesmo nesse ano. Depois entrei para a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores.

– Mas o senhor foi às ocupações?

20/7/1977, p. 4665. Também na UCP *Estrela Vermelha*, em Santiago do Cacém, fundada em 17/2/1975, os “três que levaram a cabo as ocupações (...) eram pessoas que, ao contrário da esmagadora maioria dos trabalhadores rurais, sabiam ler e escrever e que, apesar de também terem sido dependentes economicamente, já tinham obtido lucros próprios: tinham sido empresários”, um era carvoeiro, outro alugador de máquinas, Jochen Bustorff – *op. cit.*, p. 114.

⁸⁰ Max Weber – *op. cit.*, p. 113. Michael Vester salientou que as diferentes origens sociais dos cooperantes trouxeram mecanismos hierárquicos e, em parte, de clientelismo para as cooperativas; mecanismos de clã, os quais produziram uma oligarquia baseada em quadros dirigentes que reúnem uma competência intelectual ou um poder especiais e que acentuam as tendências burocráticas e autocráticas, *op. cit.*, p. 504.

⁸¹ João de Castro Caldas afirma que a Reforma Agrária acabou com este grupo: “A posição destes seareiros como empresários capitalistas e o seu negócio de aluguer de máquinas às grandes e muito grandes explorações faziam com que os seus interesses não convergissem com os dos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, levando-os a oporem-se, por vezes com violência, às ocupações e à constituição de unidades colectivas e cooperativas de produção, pois estas unidades, além de integrarem as terras onde normalmente faziam as searas, uma vez mecanizadas dispensariam também os seus serviços como alugadores”, *Parcerias agrícolas...*, pp. 258-259. Segundo António Barreto, este grupo oscilou inicialmente “entre uma espécie de neutralidade e uma relativa disponibilidade para a reforma agrária”, *op. cit.*, p. 290.

⁸² Afinal nem apoiaram nem se opuseram à revolução, ao contrário do que tinha previsto Lenine (ver citação de José Cutileiro no capítulo 2 da 1ª parte).

Sarrafaça – Fui a uma, que foi a primeira e a última, ali nas *Freiras*, mas só ocupamos as terras que estavam abandonadas, que nunca tinham sido lavradas a tractor. Respeitamos aquilo que a pessoa tinha feito e que estava explorado. Quando depois entraram a ocupar tudo a eito eu já não fiz parte.

– E quem é que tomou a iniciativa?

Sarrafaça – Era o Zé Luís. Ele chamou as pessoas porque a gente não tínhamos serviço para os tractores. Fomos 7 ou 8 tractores lavar para as *Freiras*. Depois o Zé Luís formou a cooperativa e eu tive que entregar as máquinas à cooperativa. Fizemos uma negociação, aquilo não deu quase nada. Houve uma reunião e a gente entregou porque não tínhamos trabalho e veio ali um engenheiro. Ele é que disse: ‘você vai receber *x* pelas prestações, *x* pelas suas máquinas e entrega aqui na cooperativa’. E eu não tive outro recurso.

– E o senhor ficou a trabalhar lá com as máquinas?

Sarrafaça – Do dia 18 de Outubro (de 1975) até ao dia 16 de Agosto do ano seguinte (1976).

– E depois saiu porquê?

Sarrafaça – Entrei de férias e estou de férias até hoje.

– E as máquinas?

Sarrafaça – As máquinas ficaram lá.

– E o que é que correu mal, desentendeu-se com eles?

Sarrafaça – Não, eu dei-me sempre bem com eles, fosse comunista, fosse lá quem fosse. Até cheguei a ser chefe de grupo deles, era o meu cargo. Mas comecei a ver que havia coisas que não estavam certas. A gente andar a continuar a explorar coisas que não nos tinham entregue e que não nos pertenciam.

– E o senhor foi dizer isso ao Zé Luís?

Sarrafaça – *Ê nã* lhe disse nada, eu entrei de férias no dia 16 de Agosto e nunca mais lá fui.

– E ele não lhe perguntou porque é que não voltava?

Sarrafaça – Perguntou, e eu disse-lhe: ‘Se eu morresse vocês passavam sem mim’. Depois arranjei umas vacas e meti-me por minha conta. Ainda tinha parte do dinheiro para receber de lá. Foi um ano muito bom de seara e eles tinham dinheiro aos montes. E uma vez disse-lhe: ‘Ó Zé, então vocês andam a comprar tractores novos, mas pelo menos deviam pagar aqueles à gente, que já lá os têm’. Eu fui sempre amigo dele, concordei sempre com ele porque já éramos amigos antes disso.

– E ele pagou-lhe?

Sarrafaça – Ele disse: ‘É pá, é uma coisa que está certa, a gente vai tratar disso’. Passados dois dias fui lá, fiz contas, pronto, e separei-me.

– E enquanto o senhor lá estava recebia um ordenado?

Sarrafaça – Sim, recebia um *x* por dia.

– E era mais que os trabalhadores rurais?

Sarrafaça – Sim, pouco mais, porque a gente, a nossa especialidade também era com mais responsabilidade.

– E pertenceu ao sindicato?

Sarrafaça – Nunca. (...) A gente prenderam-nos lá mais tempo porque nós tínhamos dado para lá as máquinas e não tínhamos recebido. E andámos a trabalhar com as nossas máquinas da mesma maneira. E eu quando pensei nisso disse: ‘Até que mas paguem eu ando a trabalhar com elas, pelo menos sei como elas são tratadas’. Mas às tantas disse para a minha mulher: ‘Ou eles me paguem ou não paguem, eu já para lá não vou’”.

Este testemunho deixa perfeitamente claro o interesse das pessoas nas cooperativas e o funcionamento das mesmas. O mesmo comportamento dos alugadores de máquinas foi

adoptado pelo grupo dos seareiros, que, na falta de terras para trabalhar, aderiram às cooperativas para assegurar o seu local de trabalho. Quanto aos seareiros do tomate descritos na primeira parte, já se viu que na sua maior parte eram de fora do concelho. Simplesmente deixaram de lá se deslocar sazonalmente como tinham feito nos últimos anos, enquanto a mão-de-obra feminina que eles contratavam para a apanha passou a trabalhar para as cooperativas locais. A *1º de Maio*, por exemplo, usou a sua vasta mão-de-obra para fazer por sua conta as searas de tomate nas herdades do Maranhão, mas sem grandes vantagens económicas, o que obrigou rapidamente a voltar a contratar os antigos seareiros para realizar esse trabalho.

No que diz respeito às remunerações do trabalho agrícola, não houve os tão desejados aumentos, mas foram valorizadas as vantagens da segurança do emprego e da garantia do salário durante todo o ano⁸³. Os salários eram necessariamente diferentes consoante o trabalho efectuado. Nem os trabalhadores aceitariam de outro modo, pois tal era considerado uma injustiça. Apesar de vários autores afirmarem que se cumpria o regime de salários iguais nas UCP⁸⁴, e do Deputado Joaquim Velez do PCP o afirmar categoricamente na Assembleia Constituinte⁸⁵, definitivamente isto não se cumpriu nas do concelho de Avis. Além do já referido regimento especial para os pastores, também os tractoristas e os tiradores de cortiça, por exemplo, recebiam salários mais elevados, pois realizavam um trabalho especializado⁸⁶. Já para não falar no facto de as mulheres continuarem a ser remuneradas a um nível mais baixo que os homens e a serem, na sua maioria, trabalhadoras eventuais, como sempre tinha acontecido⁸⁷. Sem dúvida que se tornaram mais activas na contestação social, eram as

⁸³ UCP: “geridas por colectivos de trabalhadores e cuja lógica de funcionamento económico se pautava, pelo menos tendencialmente, pela maximização do emprego, procurando que todos tivessem direito a trabalhar e a viver nas suas aldeias”, Oliveira Baptista – “A agricultura e a questão da terra...”, *op. cit.*, p. 918. Ver também António Barreto – *op. cit.*, p. 242.

⁸⁴ Por exemplo: “em cada UCP os meios e as condições naturais de produção são controlado e geridos pelos trabalhadores dessa unidade; os trabalhadores das várias UCP recebem, de modo geral, uma remuneração idêntica...”, Oliveira Baptista – *Portugal 1975...*, p. 65. Mas o mesmo autor reconheceu mais tarde a impossibilidade deste sistema: “Com a igualização dos proventos de todos os trabalhadores tornou-se ainda mais difícil encontrar quem se quisesse ocupar do gado e muitos trabalhadores especializados abandonaram a Reforma Agrária. Estas e outras consequências levaram o PCP e principalmente os dirigentes sindicais a combaterem o igualitarismo...”, *idem* – “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares...”, *op. cit.*, p. 417. Também em Campo Maior se pôs o problema dos salários diferentes dentro das UCP, António Modesto Navarro – *op. cit.*, p. 126.

⁸⁵ *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 74, 31/10/1975, p. 2391.

⁸⁶ Vacas de Carvalho referiu que os tiradores de cortiça recusaram-se a trabalhar se não recebessem mais dinheiro, escrito em 10/9/1976, *op. cit.*, p. 179. E Afonso de Barros destacou os pastores, “Grupo com identidade bem definida no seio dos trabalhadores permanentes”, que olharam para as ocupações “com distância e hesitação” e na maior parte das vezes só aderiram “após estas se terem concretizado e, não raramente, apenas depois de haverem obtido garantia de que lhes seria conservado o direito ao ‘polvilhal’ e de que, em geral, os seus anteriores direitos não seria afectados”, *A Reforma Agrária...*, pp. 76-77.

⁸⁷ Sobre o problema das mulheres nas cooperativas, ver Michael Vester – *op. cit.*, pp. 504-506. O autor desenvolve a questão dos salários mais baixos e do facto de constituírem muitas vezes um “sector de oposição” dentro das cooperativas, sobretudo

primeiras nas manifestações e as que mais barulho faziam, mas no tipo de trabalho que realizavam a sua situação não mudou: continuaram agachadas a apanhar legumes e tomates, enquanto os homens conduziam tractores e ceifeiras-debulhadoras...

José Luís Correia da Silva viu-se obrigado a introduzir diferenças de salários consideráveis na cooperativa *1º de Maio*, especialmente aos tractoristas e aos ganadeiros, o que lhe causou problemas com o Sindicato⁸⁸ e com o próprio PCP. Também fica óbvio nas entrevistas que a participação dos trabalhadores na gestão das cooperativas era muito baixa ou quase nula. Mesmo os trabalhadores que ocupavam cargos de chefia de grupos ou de herdades tinham muito pouco a dizer à direcção. Ninguém se atrevia a colocar em causa uma decisão do “grande líder” e quando achavam que algo estava mal simplesmente saíam de cena⁸⁹. Sarrafaça rapidamente “entrou de férias” (de facto nunca deixou de trabalhar, como veremos na 3ª parte) e Caetano, que estava colocado numa herdade como encarregado e após a desocupação da mesma foi gerir o bar da sede, só trabalhou até ter garantida a sua reforma. Enquanto esteve na cooperativa *1º de Maio* nunca falou abertamente com o presidente sobre o que o desagradava, nem nas assembleias-gerais, preferindo comentar mais tarde em privado no café⁹⁰ ou recusando-se de todo a discutir os assuntos, afastando-se sem dar explicações.

“Caetano – Eu estava lá no prédio quando me reformei. Eu fugi de lá. Que eles queriam que eu lá ficasse mais um ano. E tive uma zanga e já lá não voltei. Nunca mais trabalhei para ninguém. Tenho uma horta, trabalho na horta, lá mais o meu sobrinho...”

“– Mas nunca chegou a ir às reuniões da cooperativa?

Lagarto – Ainda lá fui uma ou duas vezes...

– Nesses plenários eles apresentavam contas?

Lagarto – Apresentavam aquilo que *le* eles parecia; *nã* podiam apresentar senão assim não enganavam a gente.

– E nessas reuniões o senhor não protestava? Nos plenários?

Lagarto – Não, *ê* nunca *dezia* nada. *Ópois* fazia cá o resumo cá para comigo. Ao fim de um certo tempo, quando comecei a ver o engano, *ópois* também deixei de ir, já sabia que aquilo que era só pantomices. E eles eram sempre os mesmos, então acabei de ir.

nas que utilizam grande peso da mão-de-obra feminina, como eram os casos das cooperativas de Alcácer-do-Sal. Afonso de Barros acrescenta: “À absorção generalizada de todos os desempregados, homens e mulheres, que se verificou no momento inicial da formação das NUP’s, sucedeu uma política de emprego visando garantir trabalho a título permanente apenas aos ‘cabeças de casal’, sendo geralmente os jovens e as mulheres admitidos como eventuais”, *op. cit.*, p. 122.

⁸⁸ Estes problemas acabaram por se generalizar. Segundo Manuel de Lucena, a orientação dos sindicatos nas cooperativas “revelou-se inconveniente ao nível da gestão económica (que não é o forte dos sindicatos), comprometedora no plano político e ‘impossível’ na negociação colectiva, visto que estes sindicatos aí teriam de actuar simultaneamente em nome dos trabalhadores e como representantes dos patrões”, *op. cit.*, p. 529.

⁸⁹ Ao contrário da descrição sobre o funcionamento da cooperativa *Estrela Vermelha* em Santiago do Cacém: “E as relações sociais entre os camaradas... discutem muito e parecem respeitar-se pouco”, Jochen Bustorff – *op. cit.*, p. 13.

⁹⁰ Também em Portel, “Much of the town discussed the issue in cafes, in doorways, and at mealtime, but the issue was finally resolved through a series of personal negotiations involving groups of three or four. Interested parties made their preferences known in private conversations with the board...”, Nancy Bermeo – *op. cit.*, p. 118.

– E o senhor acha que foi enganado?

Lagarto – Ah! Eu acho? Vê-se mesmo que eu fui bastante enganado.

– Mas na cooperativa o senhor ganhava um ordenado?

Lagarto – Ganhava sim senhora.

– E eles então diziam que no fim do ano lhe davam dinheiro?

Lagarto – Exactamente.

– E nunca deram?

Lagarto – Nunca deram, só davam os ordenados e o dinheiro nunca *chigava*, vendiam tudo, nunca *chigava*... vendia-se borregas, não *chigavam*, vendia-se *azêtona*, vendia-se o trigo, e o dinheiro nunca chegava, nunca sobrava, eles iam juntando, juntando... O ordenadinho *forem* sempre pagando. O que é que aumentos nunca os vimos, os aumentos *erem* para eles.

– Então ficou na mesma que antes do 25 de Abril?

Lagarto – Não, fiquei pior. Na altura do engano julgava que era verdade.

– Mas mesmo assim não comprou uma casa ou algo de especial? Continuou a viver como vivia antes?

Lagarto – É a mesma coisa. Vivo na miséria, vivo na casa duma filha minha, e pronto”.

Fica assim em causa a alegada “Gestão Democrática” que, segundo a descrição de Afonso de Barros, se manifestaria no poder colectivo dos trabalhadores em eleger e demitir as direcções das NUP⁹¹, e a participação activa e igualitária na gestão, a qual, para Nancy Bermeo, teria formado os cidadãos para a participação na vida política⁹². Uma perfeita utopia, que a própria autora reconhece que não foi atingida:

“management is not fully participatory but it is still democratic (...) fully participatory egalitarian management has not yet been achieved in Portugal. The management of Portugal’s worker-controlled farms remains a mixture of democracy and benign hierarchy”⁹³.

E que foi explicada por Afonso de Barros, assim como a falta de plenários em muitas UCP, pela grande dimensão que algumas alcançaram, o que criava dificuldades

“e conduziu em muitos casos à transferência, na prática, de importantes poderes que lhes cabiam para a direcção das UCP’s” e que se traduziu no reforço dos poderes das direcções “e em nelas centralizar, ou até apenas nalguns dos seus membros, nomeadamente os Presidentes, muitas das funções que anteriormente pertenciam aos plenários”⁹⁴.

⁹¹ Afonso de Barros – *op. cit.*, p. 119 e *idem* – “As Novas Unidades de Produção...”, p. 391.

⁹² Esta era a teoria clássica do cooperativismo, como encontramos, por exemplo, em António Sérgio, que define as cooperativas como a “escola onde se prepara o operário para intervir na administração das coisas públicas e onde se faz a selecção dos mais capazes”, *op. cit.*, p. 28.

⁹³ Mas depois Nancy Bermeo salienta que: “a camaraderie and solidarity that contrasted markedly with the organization of work in the past”, *op. cit.*, pp. xvi, 120-121. Também Margarida Fernandes, no seu estudo sobre a cooperativa de Baleizão, afirma que as assembleias-gerais eram “normalmente pouco concorridas (...) Uma das dificuldades que os trabalhadores agrícolas enfrentaram foi a dificuldade de lidar com os instrumentos da democracia formal e, em particular, com os mecanismos das Assembleias-Gerais”, *op. cit.*, p. 61.

⁹⁴ Afonso de Barros – *A Reforma Agrária...*, pp. 120-121. Em Albernoa também se verificava grande absentismo nos plenários da cooperativa *Bento Gonçalves*, e algum descontentamento dos trabalhadores face à organização do trabalho, Carlos Borges Pires e Magda Maria Zanoni – *op. cit.*, pp. 120, 268. Nancy Bermeo justifica do seguinte modo esta situação: “General assemblies were often forums for a one-way flow of information rather than forums for debate (...) This was not because workers were uninterested in the future of the cooperative but because they seemed to trust the judgement of their

Isto criou a situação em que muitos presidentes das cooperativas eram vistos pelos trabalhadores como patrões:

“acabaram com uns patrões latifundiários para aparecerem outros tão patrões e tão latifundiários como os outros”⁹⁵...

O discurso do PPM era semelhante no que diz respeito ao “regime latifundiário” sobre o qual assentava a gestão das cooperativas:

“visitei um grande latifúndio do Alentejo – com alguns largos milhares de hectares onde se incluem muito boas terras de regadio – uma unidade colectiva de produção, onde se estabelecem relações de actuação semelhantes aos mais típicos regimes capitalistas de exploração da terra, ou seja, quando não há trabalho para os cooperantes cria-se uma situação de desemprego para os mesmos. Sr. Deputado, isto verifica-se na Unidade Colectiva de Produção 1º de Maio, em Avis”⁹⁶.

Para conhecermos o funcionamento da *1º de Maio* teve relevância a consulta de um trabalho universitário, realizado em 1987 por Gabriel Cunha e Raul Marques, dois estudantes de Geografia Agrária. Na falta das actas e dos documentos oficiais desta cooperativa, todos queimados pelo seu presidente quando esta foi dissolvida em 1992 (“numa fogueira aqui na rua do monte” da herdade do *Ramalho*⁹⁷), este trabalho permite-nos o acesso a alguns dados estatísticos, à descrição das assembleias-gerais e respectivos níveis de participação. Segundo os autores, 70,2% dos associados assistiam às assembleias-gerais, sendo os homens maioritários com 88,5% e as mulheres com 62,1%. Progressivamente os trabalhadores foram deixando de assistir: depois de participarem em massa no início, a partir dos anos 80 começou a haver um “afastamento movido por comodismo e/ou desligamento do próprio processo”. Quanto ao nível de intervenção nas assembleias-gerais, este era “significativamente baixo (15,5% – 32,7% nos homens e 7,8% nas mulheres)”. Nos cargos directivos os autores usam as expressões “controlo da decisão” e “especialização de tarefas” e confirmam que não havia distribuição individual de excedentes, que eram canalizados para o investimento e para o

directing boards...”, *op. cit.*, p. 116. Pezarat Correia refere, lamentando-se, que “há um certo cupulismo, um certo dirigismo e até um certo autoritarismo, uma vez que quem está mais ou menos à frente de comissões directivas ou comissões de gestão são os indivíduos que estiveram na origem da ocupação. Portanto impõe-se que rapidamente eles avancem para formas democráticas de escolha das suas comissões directivas...”, “Pezarat Correia: ‘As Cooperativas devem avançar rapidamente para a democracia na escolha das comissões directivas’”, in Manuel Beça Múrias (coord.) – *op. cit.*, p. 68.

⁹⁵ Deputado Florêncio Matias, do PS, que se intitula um “trabalhador alentejano de uma cooperativa democrática”, a Cooperativa do *Vale do Rico Homem*, em S. Manços, na discussão da Lei Barreto, *Diário da Assembleia da República*, nº 132, 19/7/1977, p. 4660. Também António Barreto cita as opiniões de trabalhadores de herdades privadas que “acusam as UCP de pagarem pior do que os proprietários, de não terem as necessárias competências técnicas e de serem dirigidos pelos ‘novos patrões’ e pelo ‘partido’”, *op. cit.*, p. 242.

⁹⁶ Deputado Portugal da Silveira, do PPM, *Diário da Assembleia da República*, nº 44, 29/1/1982, p. 1789.

⁹⁷ Entrevista a José Luís Correia da Silva, Avis, 4/4/1998.

“aumento da capacidade produtiva e melhoramentos sociais e/ou culturais, medida que, se inicialmente mereceu algumas oposições, como nos afirmara, é hoje reconhecida como indispensável, tendo os nossos inquiridos revelado consciência de que, sem ele, nunca teriam alcançado o actual nível de desenvolvimento...”⁹⁸.

Neste trabalho foi ainda analisada a composição etária dos trabalhadores da cooperativa de Avis: no período 1975-1984, 47,5% dos trabalhadores tinham entre 18 e 39 anos e 8,8% tinham mais de 62 anos⁹⁹, o que levou estes autores a comentar que a Reforma Agrária foi um “projecto partilhado por todos os escalões etários” que “serviu de factor rejuvenescedor para a agricultura alentejana, contribuindo para fixar indivíduos que, na vigência do latifúndio, estavam condenados a enfileirarem nos contingentes da emigração e/ou do êxodo agrícola”¹⁰⁰.

Nesta verdadeira apologia à *1º de Maio*, o “baluarte da Reforma Agrária e do colectivismo alentejano”, a cooperativa é apresentada como a instituição que resolveu todos os problemas da população de Avis. Por exemplo no consumo local: entre os associados em 1987, 11,9% possuíam automóveis, 44,6% motorizadas, 57,7% TV e rádio, 33% arcas frigoríficas e frigoríficos, 36% máquinas de lavar roupa, 23% esquentadores, 69% ferros eléctricos, tudo bens que teriam sido adquiridos após o 25 de Abril e com especial incidência nos aparelhos de uso doméstico feminino. Isto para provar que fora a Reforma Agrária que lhes permitira

“alcançar alguns bens de consumo que anos antes lhes estariam indubitavelmente vedados, se bem que, no entanto, o elevado peso de electrodomésticos se deva à modalidade de venda a crédito que, entretanto, os comerciantes das localidades instituíram, mostrando assim como, para além de um desenvolvimento agrícola, a 1º de Maio teve, igualmente, reflexos importantes a jusante, dinamizando os comércio locais, como os próprios nos afirmaram”¹⁰¹.

Nada a contestar, mas recorde que antes de 1974 grande parte da população de Avis já tinha começado a adquirir alguns destes bens. Assim como tudo o que diz respeito à função social da cooperativa, nomeadamente o asilo e a creche. O asilo era gerido pela Misericórdia local, cuja direcção passou para pessoas afectas ao PCP, mas sem qualquer relação com a actividade agrícola ou com a cooperativa, se bem que a cooperativa fornecesse alguns bens

⁹⁸ Gabriel Cunha e Raul Marques – *op. cit.*, pp. 28-29, 46-47.

⁹⁹ Os deste grupo “estão quase todos reformados, continuando, todavia, a apoiar sempre que necessário qualquer empreendimento da cooperativa, encontrando-se, alguns deles, pelos conhecimentos que adquiriram, destinados a acompanhar os visitantes”, *ibidem*, p. 37. Isto é uma interpretação possível; a outra, mais provável e condicente com as minhas fontes orais, é que estes reformados trabalhariam na cooperativa por questões económicas, para completar as reformas baixas que recebiam, como continuam a fazer no presente...

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 36.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 42.

alimentares durante o seu período inicial. Quanto à creche, depois de uma primeira tentativa entre 1962 e 1966, foi inaugurada com pompa e circunstância no dia 25 de Agosto de 1975, em pleno Verão quente das ocupações, com o nome de *Creche Mestre de Avis*, e passou a ser apresentada como uma iniciativa “do povo, do povo trabalhador de Avis”¹⁰², e mais uma conquista dos trabalhadores e da Reforma Agrária, devido ao facto da cooperativa *1º de Maio* fornecer parte da alimentação às crianças (além de outros doadores particulares de bens e dinheiro e das cotizações dos sócios). Nesta época nota-se alguma evolução nos hábitos mentais das trabalhadoras rurais, que começaram a ver as vantagens de entregar os seus filhos ao cuidado de pessoal especializado, se bem que a frequência da creche continuasse a variar com a sazonalidade dos trabalhos agrícolas, aumentando no Verão pela altura das ceifas e em Novembro com a azeitona.

Por todos estes motivos a *1º de Maio* foi apresentada na imprensa e na bibliografia da época como um “mostruário” dos benefícios da Reforma Agrária e um exemplo de uma “opção política que urge preservar!”.

“Intensiva em capitais e factores de produção, apostando em tecnologia moderna sem perder de vista a mão-de-obra, perfilhando a intensividade e diversificação de culturas contrariamente ao tempo de latifúndio, procurando inovações culturais com vista ao aumento do rendimento, desenvolvendo a irrigação, criando empregos não só nos sectores produtivos mas também nos de apoio, efectuando diversas benfeitorias agrícolas e sociais, dinamizando sectores a jusante, contribuindo para a renovação do meio rural onde se insere, estimulando o sector bancário com o seu esforço de investimento, acabando com a fome dos velhos e conferindo às crianças os cuidados que merecem (...) a 1º de Maio é a prova concreta da capacidade de gestão dos trabalhadores, o exemplo vivo de que gerir implica também trabalho, conhecimento, inovação e empreendimento (bem patente no presidente da sua Direcção Sr. José Luís Correia da Silva, homem pleno de dedicação e indiscutível pilar do projecto) merecendo o apoio das instituições políticas...”¹⁰³.

Quanto aos graus de escolaridade e instrução dos associados: analfabetos – 17,5%; ensino primário – 66,5%; ensino preparatório – 11,5%; secundário – 2,3%; e apenas um tinha a habilitação de Engenheiro Técnico Agrário¹⁰⁴. Estes dados podem conjugar-se com as taxas de analfabetismo apresentadas no anexo 5 e os resultados não são muito diferentes: em 1981 Avis apresentava uma taxa de 40,6% no geral (35,9% para os homens e 45,1% para as mulheres), mas na faixa etária dos 20 aos 39 anos (que representa metade dos trabalhadores da cooperativa) a taxa era de 9% no geral e de apenas 3% no grupo dos homens.

¹⁰² Entrevista a Luísa Leão, a já citada “Mascote”, vice-presidente da comissão administrativa da creche, *O Amigo. Mensageiro Regional Avisense*, 1/11/1975, p. 1.

Na linha da bibliografia do período, que apresentava o aumento da produção agrícola e especialmente cerealífera, como uma das principais conquistas da Reforma Agrária¹⁰⁵, também este trabalho descreve a actividade agrícola da *1º de Maio* como um exemplo a seguir, ocupando a produção de trigo 53,7% da produção total da UCP, seguida do arroz com 24,6% e da aveia com 13,9%.

“o trigo continua a ser um dos pilares do sector agrícola da 1º de Maio, nele se efectuando fortes investimentos, quer ao nível do apoio técnico por parte da Quimigal relativamente à análise de solos e determinação dos adubos mais indicados, quer, ainda, pelo recurso a terras mais aptas para a sua cultura intensiva e ao tratamento químico através da aeronáutica...”.

A pecuária era também um sector forte desta cooperativa: os seus efectivos em 1985 eram de 7.197 ovinos, 317 caprinos, 365 suínos (dos quais 30 porcas marrãs), 385 vacas leiteiras (numa “imponente vacaria orçada em 17,4 mil contos”) e 368 bovinos de ventre e engorda, num total de 8.634 efectivos pecuários. Os autores concluem então de forma poética que

“a 1º de Maio cria riqueza, contribuindo, indubitavelmente, para a economia nacional, contrariamente ao que pretendem fazer crer muitos dos ataques movidos a estas estruturas saídas do âmago das gentes alentejanas...”¹⁰⁶.

Por mais comovente que isto pareça, os dados frios e crus das estatísticas oficiais trazem-nos de volta à realidade. E se de facto 1975 foi um ano de aumento de produção, isto deve-se a condições meteorológicas favoráveis. O ano agrícola de 1975-76 foi “favorável às culturas de sequeiro de semente outonal”, mas em Avis este fenómeno deveu-se sobretudo ao aumento da área cultivada, o que rapidamente se mostrou inviável por questões ecológicas e de mercado, reflectindo-se logo em 1979 numa redução substancial da área cultivada¹⁰⁷. Por outro lado, o aumento da área semeada de trigo não significou o aumento da área total

¹⁰³ Gabriel Cunha e Raul Marques – *op. cit.*, p. 81.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 44.

¹⁰⁵ Cujas fontes se encontravam nos dados apresentados nas *Conferências da Reforma Agrária*, por exemplo a 8ª Conferência da Reforma Agrária, Évora, 14 e 15/7/1984, ou a *Proposta para o Desenvolvimento da Agricultura do Sul do Ribatejo e do Alentejo*, 12ª Conferência da Reforma Agrária, Évora, 30/9 a 1/10/1989.

¹⁰⁶ Gabriel Cunha e Raul Marques – *op. cit.*, pp. 48-73. Sobre a vacaria, a Deputada Zita Seabra, do PCP, referiu “A Cooperativa 1º de Maio, em Avis, que passou a ser um dos maiores complexos produtores de leite, pediu em 1976 subsídios para a instalação de um estábulo e de um centro de ordenha mecânica. O subsídio do estábulo foi-lhe negado (...) o subsídio para a ordenha mecânica foi-lhe concedido...”, *Diário da Assembleia da República*, nº 7, 7/11/1978, p. 187.

¹⁰⁷ Ver anexo 19. A área total nacional cultivada com trigo em 1976 foi superior à área de 1975 em 15%. E ultrapassou a área normal em 11%. A sua produção nacional em 1976 foi de +14% do que em 1975 e de +20% do que a normal. No entanto, a maior campanha de trigo a nível nacional continuou a ser a de 1934, “ano em que se obtiveram 711 mil toneladas...”, *Estatísticas Agrícolas*, INE, 1976, pp. 27-29. O ano agrícola de 1976 mereceu o seguinte comentário de José Hipólito Raposo: “ano meteorologicamente excepcional para a produção de cereais (...) O ano referido seria realmente o ‘ano do século’ se o Alentejo estivesse todo na mão dos lavradores”, *op. cit.*, p. 405. Sobre a produção de trigo na ZIRA ver Maria João Costa Macedo – *op. cit.*, pp. 250-256.

semeada de cereais e legumes, que em 1960 era de 15.725 ha, em 1974 diminuíra para 11.061ha (ao mesmo tempo que aumentava a rentabilidade por ha) e em 1975 era de 14.196 ha. Podemos ver no anexo 19 que a produção de trigo aumentou em 1976, mas isso não implicou o aumento do rendimento por hectare, que em Avis em 1971 era de 1,845 toneladas por hectare (t/ha), mas que a partir de então só desceu para 1,602 (t/ha) em 1972, 1,558 em 1973, 1,445 em 1974, 1,303 em 1975 e voltando a subir um pouco em 1976 para 1,514¹⁰⁸.

No que diz respeito às restantes produções do concelho de Avis, verificou-se, tal como no distrito e a nível nacional, uma diminuição significativa dos níveis dos resultados:

- Em 1975 houve uma quebra da produção nacional de vinho de 37% em relação a 1974. O distrito de Portalegre representa apenas 0,1% da produção nacional, sendo o concelho de Portalegre o primeiro produtor e Avis o segundo (com 10% da produção do distrito). Depois de mais de uma década de flutuação e com uma produção média de 1.650 hl entre 1960 e 1974, em 1975 em Avis parte das vindimas não se realizaram e a produção baixou para 700 hl. Em 1976 a produção de vinho foi de zero, assistindo-se a alguma recuperação apenas em 1983 (ver anexo 21).
- No azeite, a produção nacional de 1975 foi igual à de 1974, em ambos os casos com uma redução de 13% em relação à produção média do anterior decénio¹⁰⁹, o que certamente esteve relacionado com a instabilidade observada no período. O distrito de Portalegre representava em 1960 11,8% da produção nacional e Avis representava 7,6% da produção do distrito e 0,9% da produção nacional. Em 1974 estes valores tinham subido: Portalegre representava 13,6% da produção nacional e Avis representava 12,5% da produção do distrito e 1,7% da produção nacional, o que indicia algum investimento neste sector. Entre 1974 e 1975 houve um aumento significativo da produção de azeite do distrito (+20%) e do concelho (+22%). Mas logo em 1976 a produção em Avis apresentou uma quebra de 45% em relação ao ano anterior e em 1983 houve o descalabro, tanto no concelho como no distrito, chegando a produção quase a zero.
- Os efectivos pecuários do concelho de Avis diminuíram 7,5% entre 1972 e 1979, com particular incidência nos gados ovino e suíno que sofreram uma quebra de 10,3% e 33,1% respectivamente, enquanto os gados bovino e caprino aumentaram 17% e 89% (ver anexo 20). Assistiu-se igualmente a um aumento da concentração de efectivos pecuários por criador, pelos mesmos motivos atrás apresentados para

¹⁰⁸ *Estatísticas Agrícolas*, Distrito de Portalegre, INE, 1960-1974, pp. 43-59; 1975, 1976, 1979. Para uma análise da produção cerealífera nestes anos, ver António Barreto – *op. cit.*, pp. 235-243. Por este motivo o Deputado Florêncio Matias chamou mentirosos aos *comunistas*, que exageraram nos valores que apresentaram para a produção e a produtividade das cooperativas: “já se chegou a dizer que unidades colectivas tiveram, no ano passado, fundas de 60 a 70 sementes, o que não é possível nas terras alentejanas, o que não corresponde à realidade (...) Onde está o aumento produzido nas quantidades que o PCP apregoava?”, *Diário da Assembleia da República*, nº 132, 19/7/1977, p. 4660. Vacas de Carvalho também apresenta vários casos de perdas de produção de cereais, entre eles 80.000 kg de arroz que não foram colhidos na herdade de *Camões* e 1.300 fardos de milho que apodreceram na herdade do *Rabaço*, ambas na posse da *1º de Maio*, *op. cit.*, p. 260. e Balabonian refere que “O exercício de 1976-77 é, em conjunto, catastrófico. A produção de trigo, em particular, baixou 68% em relação aos dez últimos anos...”, *op. cit.*, p. 272.

¹⁰⁹ *Estatísticas Agrícolas*, INE, 1975, p. 29.

o aumento do número de hectares e de trabalhadores por exploração. Para a diminuição dos efectivos pecuários terão contribuído as vendas de gado realizadas pelas cooperativas com o objectivo de realizar capital, o que terá beneficiado também os negociantes de gado nesses anos¹¹⁰.

“Cravidão – Eles, quando precisavam de dinheiro, vendiam gado...”

“Dr. José de Carvalho – Eles faziam as negociatas. Por exemplo a *1º de Maio* vendia 2.000 borregos por ano. Depois aparecia um a oferecer 5 contos, o borrego valia 10. De maneira que eram 5 contos para a cooperativa, os outros 5 para a direcção. Isto é contado pelos intervenientes. Baixavam o preço oficial do produto e davam por fora aos dirigente a diferença para a realidade.

– Então os intermediários também foram...

Dr. José de Carvalho – Altamente culpados”.

A questão das vendas de gado foi levada às últimas consequências quando os dirigentes da cooperativa *Valongo do Sul* (ainda não legalmente constituída) e os ocupantes da Fundação Abreu Callado deram instruções aos trabalhadores da herdade do *Monte Branco* e da própria fundação para irem à feira de Estremoz vender as éguas que eram o orgulho das antigas casas agrícolas de Artur Teles Barradas de Carvalho e José Godinho de Abreu, respectivamente. A Eguada do *Monte Branco* tinha então mais de 70 anos e era constituída por exemplares da raça lusitana. O seu tratador, o eguariço Domingos Galiza¹¹¹, fora imediatamente substituído por trabalhadores a cumprirem horários fixos e em sistema de rotatividade, o que teve um efeito negativo na psicologia de tão sensíveis animais: cinco éguas abortaram. Perante o prejuízo, e já que as éguas não eram “produtivas para o povo”, por serem também elas *fascistas*, foi considerado mais razoável realizar capital com a sua venda. Quanto à coudelaria da Fundação Abreu Callado, os seus cavalos tinham reputação internacional e alguns tinham ganho prémios em concursos de saltos, como um certo *Kalifa* em 1931, cuja fotografia se encontra exposta na casa da fundação. Um mês e meio após a ocupação do *Monte Branco*, no dia 25 de Julho de 1975, ao chegarem à feira de Santiago em Estremoz para venderem as éguas, os trabalhadores depararam-se uma multidão que os

¹¹⁰ “Outras ocasiões favoráveis surgiram com as entregas de reservas aos antigos donos, sobretudo no fim dos anos 70. As UCP’s desejavam devolver o menos capital de exploração possível e por isso venderam o gado ao desbarato a intermediários, em contravenção da lei. (...) Os negócios com as UCP’s são muitas vezes favoráveis para os negociantes, porque com frequência os ‘chefes’, que tratam do negócio, querem receber uma comissão às escondidas (...) foi um período dourado para os intermediários”, Balabanian e Bouet – *op. cit.*, p. 169.

¹¹¹ Segundo fontes orais, este eguariço era um analfabeto com uma memória fantástica e tratara das éguas por mais de 20 anos. Um dia o seu patrão, já de idade, não encontrava os registos da eguada e ele forneceu as informações todas sobre quais as éguas que tinham parido e quando, os nomes dos potros e datas de nascimento, o número de potros por cada égua, quais os que tinham morrido, etc. Quando o patrão encontrou os registos verificou que estavam condicentes com as informações que o homem lhes tinha transmitido de memória.

perseguiu, acusando-os de “ladrões de éguas”, e quase os linchou. Alguém espalhara que as éguas eram roubadas...

“Lagarto – Não me mataram numa *fêra*, em que *ê* tive de fugir... senão era lá morto.

– Quem é que queria matá-lo?

Lagarto – Os ciganos, os negociantes de gado e essa coisa toda, porque *ê* ia lá vender umas éguas que a gente tinha ocupado além num monte que se chama o *Monte Branco*. Foi assim: eu nessa altura *nã* era cá de comissões, pronto, andava iludido como os outros, e então a fundação, pronto, mas também foi ocupada... Havia lá um *nã-sê-quem*, um senhor tropa *nã-sê-quem* que *ê nã* conheci o homem. E então pensaram, houve uma feira ali em Estremoz, e então a fundação pensou em vender umas éguas. Agora o *Monte Branco* tinha também lá éguas, ‘vamos primeiro vender uma data de éguas *pa* comprar umas vacas e coisa, que sempre dão outra produção, do *cás* éguas’. A gente *ajunta* as éguas do *Monte Branco* *cás* da Fundação e vamos a caminho da *fêra*.

– Quantas eram de cada uma?

Inácio Ramalho – *Praí* umas 50 ou mais.

Lagarto – Ou 100, eu não sei exactamente. E eu, eu sozinho, criado do *Monte Branco*, e fui mais 2 criados da fundação. *Ajuntamos* as éguas, e fora, a caminho da *fêra*. E ainda *nã* tínhamos entrado bem dentro de Estremoz, o pessoal era grave: tanta gente, tanto tendeiro, tanto cigano... Porque os donos daquelas éguas do *Monte Branco* *aparecerem* lá. A fundação *nã* apareceu porque *nã* tinha dono. Era de *nã* sei quem, que mandavam lá naquilo. Mas *nã* tinha dono bem como tinha o *Monte Branco*, pronto, que tinha o dono verdadeiro. Pronto, o dono foi à frente, lá convidou aqueles ciganos, aqueles tendeiros, aquela gente toda que vinham aí umas éguas dele, do *Monte Branco*, que tinham sido roubadas. Lá pagou não sei o quê aos tendeiros. Pronto, lá os ciganos e os tendeiros caiu-se tudo com a gente! A quererem matar a gente e a não deixar vender as éguas. Pronto, e *ê* fugi, os outros fugiram... *Ê* nem sei contar. *Ê sê* lá quem eram, a gente só via machados pelo ar e: ‘*matamos-le*’ e ‘*tiramos-lhe a pele*’. De maneiras que o eguariço fugiu, o outro companheiro dele fugiu, eu fugi... mas eu *nã* conhecia nada em Estremoz e eles conheciam; e então *fugirem* para o quartel da tropa. *Ê nã* conhecia, fiquei ali, lá passa um gajo com um carro, abre a porta do carro e diz: ‘fuja para aqui, se não matam-no’. Abre-me a porta do carro e eu bumba (bateu as palmas).

– Quem era esse?

Lagarto – Até hoje *inda nã* sei quem foi o homem. Pronto. Levou-me lá à praça onde havia *carros de alugue*, lá passei ao pé de um *carro de alugue* e ‘agora vá-se daqui embora’”.

Perante os acontecimentos, as éguas foram levadas para o quartel do Regimento de Cavalaria de Estremoz. O proprietário do *Monte Branco* foi lá chamado e informado pelo comandante de que a sua eguada seria enviada para a Coudelaria de Alter, pois assim se impediria a sua divisão e venda e se evitava um verdadeiro “atentado ao património equino português”¹¹². Foi lá que as éguas ficaram durante todo o período das ocupações, sendo devolvidas quando o *Monte Branco* foi desocupado em Novembro de 1978. As éguas da fundação voltaram imediatamente à sua origem. Mas os líderes das cooperativas de Avis continuaram a vender o gado ocupado que não lhes interessava, com o objectivo de realizar

capital, e a apoiar acções semelhantes nos concelhos vizinhos¹¹³, como aconteceu no tão divulgado caso das vacas de *Cujanças*. Desta herdade de Pequito Rebelo, no Gavião, os ocupantes retiraram uma vacada no dia 13 de Setembro de 1975 que levaram para vender na feira do Crato; tal como na feira de Estremoz, também aí os ocupantes foram acusados de terem roubados as vacas, o que gerou um “clima de efervescência, que levou os populares presentes a meterem o gado em causa numa camioneta” para o devolver ao proprietário. Este “levantamento popular” não se ficou por aqui: os referidos “populares” ainda foram a *Cujanças* buscar o resto do gado da herdade, o que provocou uma reacção dos trabalhadores da cooperativa ocupante e das cooperativas dos concelhos vizinhos, entre elas as de Avis, que se dirigiram em massa ao Gavião para ir buscar as vacas.

“A população de Gavião decide que tal não está certo, optando por fazer frente aos que aí se deslocavam, barricando-se à volta da vila...” Dispararam-se tiros e “não há dúvida que foi a presença das forças armadas que evitou o confronto gravíssimo que se daria de populares contra populares, trabalhadores contra trabalhadores”¹¹⁴.

Para evitar que as vacas voltassem para a herdade ocupada o proprietário ofereceu os animais à Misericórdia local...

Estes são apenas alguns exemplos da actuação das cooperativas no que diz respeito ao gado, e da reacção das populações locais a norte do distrito de Portalegre, as quais os dirigentes de Avis tentaram influenciar, aparentemente sem grande sucesso. Isto porque, segundo a intervenção de Miranda Calha, deputado pelo PS na Assembleia Constituinte, “O meu distrito, o povo de Portalegre, é socialista por excelência”¹¹⁵. O que não deixa de ser verdade, face aos resultados eleitorais (ver anexo 8), e acentua a distinção do concelho de Avis face ao distrito no qual está inserido.

Quanto à sua produção mais valiosa, a cortiça, o problema foi ainda mais grave. A cortiça constitui tradicionalmente uma das maiores riquezas nacionais e foi um dos sectores que mais polémica gerou na região no período da Reforma Agrária. Desde o início do século XX que

¹¹² Palavras do comandante do regimento de cavalaria de Estremoz, citadas por fontes orais.

¹¹³ “Cooperativa vende poldros para contrabando”: 19 poldros da herdade da *Torrejana* em Alter do Chão foram vendidos, o que foi descrito por Vacas de Carvalho como “a delapidação da riqueza pecuária do País”, artigo de 21/3/1976, *op. cit.*, pp. 105-106.

¹¹⁴ Deputado Miranda Calha, *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 47, 16/9/1975, pp. 1338-1339. Ver também Teresa Almada – *op. cit.*, pp. 222, 227.

¹¹⁵ “a situação é gravíssima (...) a confrontação é iminente”... Miranda Calha fez este discurso com a intenção de demonstrar o desacordo da população do seu distrito em relação às ocupações, *ibidem*.

“Portugal é o país do mundo inteiro que mais cortiça produz. (...) É a cortiça uma das maiores fortunas do Portugal agrícola, industrial e comercial...”¹¹⁶.

Em 1945 os montados de sobre e azinho ocupavam 23,4% da área do distrito de Portalegre¹¹⁷, e foi nesta década que a produção nacional de cortiça atingiu os valores mais altos¹¹⁸, depois da criação da Junta Nacional de Cortiça em 1936¹¹⁹. Em 1974 o distrito de Portalegre produziu 18,3% da cortiça nacional, da qual 45,6% provinha do concelho da Ponte de Sor. Em segundo lugar no distrito encontrava-se Avis, que neste ano produziu 5.521t de cortiça, o que correspondeu a 20,2% da produção do distrito e a 3,7% da produção nacional. Com a Reforma Agrária estes valores desceram para menos de metade: no concelho de Avis foram declaradas apenas 2.574t em 1975 e 1.437t em 1976, o que significa 46,6% e 26% respectivamente da produção de 1974¹²⁰. A questão que se coloca é a seguinte: houve mesmo uma diminuição da produção motivada pelo facto de muita da cortiça não ter sido apanhada nesses anos, ou a cortiça foi desviada e não chegou a ser declarada? Aparentemente ambas as respostas parecem ter sido verdadeiras.

Algumas teorias radicais da época defendiam o cultivo intensivo de cereais para a auto-suficiência de alimentos e o arranque dos montados de sobre e azinho, pois estes eram considerados como “evidentes factores de latifundismo”¹²¹. Na imprensa encontramos exemplos desta verdadeira campanha contra os sobreiros, como o discurso do Eng. Agrónomo Prates Canelas a incentivar o seu arranque imediato:

“Não se pode admitir que continuem a existir milhares de hectares de solos destas classes ainda povoadas de sobreiros e azinheiras que, além de reduzirem as produções unitárias, aumentam significativamente os encargos de produção, por dificultarem o rendimento de trabalho das máquinas. Temos de produzir mais alimentos e ao mais baixo preço de custo possível, para se aumentar a riqueza nacional, evitar as compras ao estrangeiro e combater a inflação (...) é necessário que a mecanização se realize nas melhores condições técnico-económicas...”¹²².

¹¹⁶ José de Campos Pereira – *op. cit.*, p. 275. Ver também Gonçalo Baptista, Ofélia Anjos, M. José Ramalho – “Importância do Sector Corticeiro na Economia Portuguesa” *1º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, 16 a 18 de Setembro 2001, publicação em CD.

¹¹⁷ Em Évora este valor era de 23,7% e em Beja era de 23,4%, *Repovoamento Florestal, Cadernos do Ressurgimento Nacional*, SNI, Lisboa, 1945.

¹¹⁸ Ver anexo 21 e José Adelino Maltez – *op. cit.*, p. 23.

¹¹⁹ Decreto-Lei nº 27.164, de 7/11/1936.

¹²⁰ No distrito de Portalegre a produção de 1975 foi 66,2% da do ano anterior e na Ponte de Sor foi declarada 61,6%, *Estatísticas Agrícolas*, Distrito de Portalegre, INE, 1960-1974, 1975, 1976, 1979.

¹²¹ Olivier Balabanian – *op. cit.*, p. 47.

¹²² *Lavoura. Ao Serviço da Lavoura* (Antigo Boletim Informativo da CUF), Julho/Agosto 1975, p. 15. Por causa deste tipo de discurso realizaram-se arranques de azinheiras nos concelhos de Avis e Ponte de Sor, por exemplo em Galveias e na herdade da Rocha, integrada na *1º de Maio*, ver Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 260.

Felizmente o ministro Oliveira Baptista foi mais lúcido que este seu colega e entendeu a necessidade de preservação do património florestal, sobretudo em zonas com muito baixa capacidade agrícola¹²³. A sua legislação sobre este assunto reflectiu um cuidado particular com a silvicultura e sobretudo com o peso que o rendimento do montado de sobro tinha na economia nacional. Logo no início de Julho de 1975 emitiu o Decreto-Lei nº 357/75 que proibiu as acções de destruição do revestimento florestal, o que teve o efeito directo de impedir o arranque de sobreiros. E, incluído na sua lei de Reforma Agrária, como já foi referido, o Decreto-lei nº 407-B/75 declarou indisponível e sujeita a controlo estadual a cortiça da campanha de 1975. Se a sua intenção era impedir os proprietários de venderem a cortiça das suas terras ocupadas e assim realizarem dinheiro (que tinha de ser entregue nos CRRA, segundo o despacho de 17 de Outubro de 1975), esta medida teve também o efeito de desviar directamente para o Estado os capitais realizados com a cortiça apanhada pelas recém-formadas cooperativas ou UCP, o que lhes retirou um rendimento com o qual elas certamente contavam e provocou conflitos entre as UCP e os CRRA¹²⁴. Além de não poderem usufruir do dinheiro da venda da cortiça, as cooperativas ainda tinham de pagar os elevados salários dos trabalhadores especializados na tiragem, ou então usavam os seus trabalhadores regulares, que não possuíam habilitações para tal, nem interesse em tão difícil trabalho. Por esse motivo, segundo Vacas de Carvalho, em 1976

“Cerca de 35% da cortiça deste ano fica na árvore devido a factores diversos (...) o País sofre um prejuízo de mais de um milhão de contos na cortiça deste ano”. Causas: a “regra existente nas Cooperativas Agrícolas e UCP’s do Alentejo, segundo a qual os salários, de valor 190\$00 ou 200\$00, devem ser iguais para todos os associados, não se tendo em conta o tipo de trabalho realizado. Nessas condições, os tiradores não se interessam pelo trabalho mais especializado e mais dura da tiragem da cortiça”¹²⁵.

¹²³ “O sobreiro adapta-se aos solos pobres”, por isso é a “árvore ideal para valorizar os solos mais ingratos”, Olivier Balabanian – *op. cit.*, p. 48.

¹²⁴ Segundo o *Jornal Novo*, 4/11/1976, p. 16, 30% da cortiça amadia deste ano ficou nas árvores por causa dos conflitos entre as UCP e o CRRA sobre os pagamentos da apanha, o que terá sido responsável pela importação de 500t de cortiça que em 3/11/1976 foram descarregadas no porto de Setúbal, vindas do estrangeiro. Portugal era até então o 1º exportador e produtor no mercado mundial, com 55% da produção mundial de cortiça.

¹²⁵ Escrito em 10/9/1976, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 179. E continua a dizer que a produtividade do trabalho também foi muito reduzida neste ano. No ano seguinte repete o mesmo problema: “os trabalhadores rurais das Cooperativas Agrícolas do Alentejo afirmam que, nas condições actuais de ordenados fixos e iguais para todos os associados, não estão interessados no trabalho mais especializado e rigorosos da tiragem da cortiça”, escrito em 26/2/1977, *ibidem*, p. 261. João Garin também refere este problema, *op. cit.*, p. 497. E no *Jornal do Agricultor* também se alerta para a situação: “Como se sabe, este salário não atrai os tiradores experimentados, que recusam o trabalho. E são aprendizes os que começaram a tirar a cortiça nessas Unidades, com grande baixa de produtividade e com graves prejuízos para as árvores (...) dificuldades de mão-de-obra e o consequente custo elevadíssimo de tiragem”, o que provoca uma situação de “delapidação do património de sobro explorado pelas UCP”, 15/6/1977, p. 5.

No entanto, a solução que parece ter sido a mais adoptada pelas cooperativas, e que certamente o foi em Avis em larga escala, foi o arranque da cortiça e a sua venda directa aos industriais corticeiros (que assim a compravam a preços mais baixos) sem a respectiva declaração ao CRRA. Por isso mais de metade da produção de cortiça não aparece nas estatísticas oficiais. Praticamente toda a bibliografia de direita, além dos entrevistados de todos os campos ideológicos, denunciaram estas situações de “roubo e latrocínio”, que constituíram um “maná para negociantes sem escrúpulos...”¹²⁶ e para os dirigentes das cooperativas, que ficavam com o dinheiro... Sem excepção, o nome de uma família da indústria corticeira é referido, assim como o seu rápido e ilegal enriquecimento nesse período¹²⁷.

“Cravidão – A cortiça era o seguinte: eles tinham de entregar uma parte da cortiça ao Estado. Tiravam a cortiça de dia, de noite desaparecia. Iam lá os fiscais, os guardas florestais, não encontravam nada. Tinha desaparecido de noite. Ainda presentemente um indivíduo tem de pagar um imposto de 40%, é uma coisa muito grande. E entretanto, os próprios compradores de cortiça, os fabricantes... Pois, os (xxx)... A cortiça valia 100, eles compravam por 50, davam-lhes lá o dinheiro e a cortiça desaparecia”.

“Prof. Rosado Fernandes – Com certeza que houve roubos de cortiça. Foi aí que o (xxx) fez a fortuna. Ia com um emblema do Partido Comunista, segundo consta, comprava os chefes dos *kolkhoses* e ficava com a cortiça por meia dúzia de tostões”.

“Dr. José de Carvalho – A cortiça foi roubada. O Sr. (xxx) roubou a cortiça toda do Padrão na véspera da desocupação. E houve uma acção posta em tribunal pelos serviços florestais por ele ter roubado a cortiça em Avis...

– Mas alguém o ajudou aqui em Avis?

Dr. José de Carvalho – Com certeza, era o Partido Comunista. A comissão de trabalhadores recebia uma gorjeta cada um de 50 ou 100 contos e carregavam a cortiça. Os Serviços Florestais puseram-lhe uma acção e ele foi julgado em Avis. Foi absolvido, porque veio dizer que não era ele, eram os seus trabalhadores da sua empresa...”

Quando inquirido sobre esta situação, o Euro-Deputado do PCP Dr. Joaquim Miranda da Silva não a negou e justificou as vendas ilegais de cortiça pela necessidade de recorrer a formas “arreesadas” para fazer algum dinheiro, face aos estrangulamentos a que as cooperativas estavam sujeitas quando lhes começaram a retirar as melhores terras e o direito de vender a cortiça:

“Dr. Joaquim Miranda da Silva – Às vezes, que remédio, tinham de o fazer para realizar algum dinheiro. São histórias que se hão-de contar”.

¹²⁶ José Hipólito Raposo – *op. cit.*, p. 407.

¹²⁷ O nome é sempre o mesmo, aqui referido por (xxx).

A mesma justificação foi dada pelo dirigente sindical de Beja, José Soeiro:

“José Soeiro – Era um riqueza importante que o Estado procurou retirar às cooperativas, impedindo-as de comercializar a cortiça. A ofensiva contra a reforma agrária começou logo aí. Os trabalhadores defenderam-se e resistiram da forma que tinham à sua disposição”.

Perante tal situação, uma das primeiras medidas legislativas de António Barreto como Ministro da Agricultura foi a regulamentação e a punição do arranque, corte e poda dos montados de azinho (Decreto-Lei nº 14/77, de 6 de Janeiro), que foi seguida da “Lei da Cortiça”, que regulou as operações de extracção, transporte e comercialização da cortiça dos montados de sobro dos prédios nacionalizados e expropriados (Decreto-Lei nº 260/77, de 21 de Junho)¹²⁸. Em complemento, as Portarias nº 371/77, 372/77 e 373/77 (da mesma data) obrigaram os gestores das UCP a realizarem os trabalhos da tiragem da cortiça (para que esta não ficasse abandonada na árvore e para não haver “estrangulamentos na indústria corticeira”), estabeleceram normas da venda da cortiça por concurso público e fixaram o preço anual mínimo da cortiça, distinguindo 4 zonas de preços (Avis e Ponte de Sor pertencem à zona dos preços mais altos, portanto da cortiça de maior qualidade)¹²⁹.

Estes são alguns exemplos de que o funcionamento das cooperativas do concelho de Avis não era o mar de rosas que os órgãos do Partido Comunista apregoavam. Assim como o facto da *1º de Maio* não ter feito os pagamentos completos à segurança social respeitantes aos seus trabalhadores¹³⁰, o que fez com que alguns deles tivessem ficado com problemas com as respectivas reformas. Ou o próprio balanço oficial desta cooperativa que foi publicado no *Jornal do Agricultor* de 22 de Junho de 1976 e que apresenta um saldo negativo de 8.744.626\$90 relacionado com a utilização do crédito agrícola de emergência para o pagamento de salários (a partir do já descrito Decreto-Lei nº 541-B/75, de 27 de Setembro).

¹²⁸ Michel Drain e Bernard Domenech enquadram este decreto-lei e depois a Lei Barreto nas “primeiras medidas hostis” da 4ª fase da Reforma Agrária, à qual chamaram a fase do estabelecimento das bases jurídicas da contra-Reforma Agrária, *op. cit.*

¹²⁹ O que foi violentamente contestado, por exemplo no Assembleia da República, onde ainda em 1983 o deputado Custódio Gingão, do PCP, denuncia o “roubo de cortiça” por parte do governo que “estipula uma percentagem para as cooperativas de 8% sobre os rendimentos líquidos da cortiça. Ou seja, o total atribuído às UCP não dá sequer para pagar metade dos custos das operações de condução e limpeza do montado e de extracção da cortiça”, *Diário da Assembleia da República*, 26/10/1983, p. 1722.

¹³⁰ Isto foi salientado por diversas fontes orais. Aliás, um dos pontos que o Deputado Carlos Brito, do PCP, aponta como algo reprovável na acção do recém-nomeado Ministro da Agricultura António Barreto é a sua exigência do “pagamento dos 17% da Previdência”, como se tal não fosse uma obrigação social das UCP e cooperativas..., *Diário da Assembleia da República*, nº 57, 21/12/1976, p. 1811. Mais tarde este tema foi debatido no Parlamento: o deputado Rui Biscaia, do CDS, refere que as UCP do distrito de Portalegre deviam 301.770.000\$00 à Previdência no dia 31/3/1981, *ibidem*, nº 71, 27/5/1981, p. 2757. E ainda em 1988 esta questão voltou a ser discutida no Parlamento, quando o Deputado Lino de Carvalho mencionou as dívidas da *1º de Maio* à Segurança Social, as quais, segundo um relatório do Ministro da Agricultura Álvaro Barreto, ascendiam a 255.597 contos em 31/12/1986, mas que ele afirmava serem apenas de 107.537.326\$60, dos quais a cooperativa já tinha pago 25% e assinado um acordo de liquidação para o restante, *ibidem*, nº 68, de 5/4/1988, pp. 2460-2461.

Outra modalidade interessante neste período era a utilização que as cooperativas davam aos dias de trabalho dos seus empregados, o que certamente também fazia baixar a produtividade das terras¹³¹:

“– E foram a manifestações fora do concelho?

Lagarto – Fomos, sim senhora. Cada um mentia lá conforme sabia.

– Mas quando o senhor ia a essas manifestações: era nos dias de trabalho?

Lagarto – Eram nos dias de trabalho.

– E pagavam-lhe o dia?

Lagarto – Só ganhavam os dias os que iam; os que não iam *nã ganhavam* nada.

– E quem é que os mandava ir?

Lagarto – Eram os chefes da cooperativa. Quantos se reuniam para a manifestação, já *erem* uns mais os outros, depois lá iam os gafanhotos todos atrás, pareciam uma rebanhada de pintos atrás das galinhas.

– As mulheres também?

Lagarto – Mulheres e homens e tudo. Aquilo tudo queria ser rico! Eles *deziem* que aquilo que era tudo nosso! E quanto mais a gente produz, mais a gente ensaca!”

“Alzira Bonito – Às vezes chegavam a dizer que amanhã havia manifestação em Portalegre, quem não fosse descontavam o dia. Eu não ia. (...) Eles iam daqui. A Fundação tinha um carro Mercedes grande, tinha carrinhas, tinha uma *Peugeot* na altura... Eles davam transporte”.

Já vimos no segundo capítulo como estas passeatas eram bem recebidas no seu início, apesar de algumas terem tido resultados muito negativos, como a de Marvão. O pior era para quem não lhes achava mesmo graça nenhuma. A pressão social exercida sobre os trabalhadores que não queriam ser enquadrados no movimento foi muito forte¹³² e chegou a tornar-se violenta em algumas ocasiões, originando tensões mesmo no interior das famílias. Em povoações onde todos se conheciam, os confrontos personalizaram-se quando os intervenientes se encontravam em campos políticos opostos.

“os ódios implantaram-se entre vizinhos, irmãos, pais, filhos, amigos de longa data”¹³³.

“Alzira Bonito – Nessa altura afastaram-se, houve famílias mesmo divididas, mas hoje já não, as pessoas agora já se falam, já são mais amigas, já não ligam a isso”.

“Dr. Eurico Pais – O ódio entre os comunistas e os não comunistas foi tão evidente que ainda hoje há um resto. Houve famílias que se separaram, houve um rapaz que foi posto na rua de casa por ser socialista, muito de direita...”.

¹³¹ “Enquanto no Alentejo os trabalhadores alentejanos eram levados pelo sindicato para manifestações e comícios que lhes diziam serem de apoio à Reforma Agrária, as terras iam ficando por semear. Essas manifestações e comícios, que mais não eram do que para apoiar a política do Partido Comunista, provocavam a perda de horas e horas de trabalho”, Deputado Florêncio Matias, *Diário da Assembleia da República*, nº 132, 19/7/1977, p. 4660.

¹³² “um trabalhador apanhou 5 dias sem vencimento porque chamou patrão ao um dirigente. Quem se recuse a ir nos reboques dos tractores às manifestações do PC apanha 3 dias sem vencimento. As pessoas até têm medo de falar”, escrito em 8/5/1977, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 297.

¹³³ Citado por Jorge Morais – *op. cit.*, p. 109.

Quem trabalhava para os agricultores privados era alvo de insultos e de discriminação:

“F. V. Couceiro – Tínhamos cá trabalhadores. Eles tinham um bocado de medo, chamavam-lhes nomes nos cafés. Quando os encontravam a sair ou a chegar chamavam-lhes *lacaïos* e *reaccionários*. Tiveram uma certa dificuldade. Mas também, como não passaram logo para o outro lado, depois também já não podiam ir”.

Situações destas também foram denunciadas pelo já referido Deputado Miranda Calha, ao referir que o sindicato do seu distrito “nega emprego a certos trabalhadores só porque não pertencem a certo partido ou são muito simplesmente socialistas” e que se vive um clima de “intimidação (há dias até se chegou ao extremo de dizer numa sessão do PCP, em Benavila, que era necessário partir os dentes a quem dissesse mal do Partido...)”; ou que “já se negou trabalho a rurais só porque eram socialistas”; “um dirigente sindical em Montargil é afastado desse cargo pelo simples facto de não aderir à ideia das ocupações...”; acrescentou ainda que se obrigam trabalhadores a aderir a greves, mesmo contra a sua vontade, o que dá origem à perda de produção e à fome...; e que “se vêem as pessoas atemorizadas”:

No Ervedal, “um camarada meu, com a família, foi obrigado a abandonar a terra por meia dúzia de militantes do PC acompanhados também por um tal Sr. Capitão Andrade e Silva, bem conhecido no meio. Em Avis, outro camarada teve de abandonar a terra e ir viver em péssimas condições, e desempregado em Lisboa, porque não lhe era permitido entrar na vila e teve de fugir de casa”, ao que alguém respondeu na bancada: “Era fascista!”¹³⁴.

Algumas mulheres que continuaram a trabalhar como empregadas domésticas foram também incomodadas em repetidas ocasiões:

“Júlia – Uma vez eu andava a pintar a janela, aquela grande, que dá para a rua. Ai Jesus, o que elas me *disserem!* Que eu que me andava a passar para os outros, que eu que andava assim, que andava assado. Gritaram, e eu fui trabalhando.

– Mas não chegaram a fazer-lhe mal?

Júlia – Também era melhor! E eu deixava? Com certeza que era preciso ser um tractor carregado para me bater! Depois tudo se passou e hoje tudo me fala muito bem”.

¹³⁴ *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 29, 8/8/1975, pp. 736-737; nº 57, 2/10/1975, pp. 1712-1713. Dois anos depois este tipo de acusações continuaram a ser feitas no parlamento. António Barreto, na sua qualidade de Ministro da Agricultura e Pescas, referiu a “expulsão de trabalhadores rurais” da UCP *21 de Fevereiro* em Benavila, além de outras situações semelhantes noutras UCP, “essencialmente por razões partidárias”, *Diário da Assembleia da República*, nº 132, 19/7/1977, p. 4656. E ainda em 1981 o deputado Rui Biscaia, do CDS, diz que se habituou, “nestes últimos anos, a ver chegar os tractores, as camionetas de carga transportando trabalhadores como se fossem animais, a repetir slogans que lhes são infligidos sob pena de, se não os repetirem, não receberem os salários e não terem direito ao emprego (...) os agricultores privados têm dificuldade em arranjar mão-de-obra, os senhores os ameaçam e os impedem fisicamente...”, *Diário da Assembleia da República*, nº 71, 27/5/1981, p. 2757.

Maria Joana não teve a mesma possibilidade de ignorar estas pressões. Como era *da reacção* e tinha as suas filhas a “trabalhar para os fascistas”¹³⁵, não foi aceite na cooperativa *1º de Maio* como trabalhadora rural. Por esse motivo passou esses anos a trabalhar onde e como calhava. Fez trabalhos *a-dias* e também apanhou azeitona para alguns pequenos proprietários. Nunca se inscreveu no sindicato. Mas quando houve uma das muitas greves gerais desse período ela foi impedida de trabalhar. Enquanto todas as suas colegas receberam o salário correspondente ao dia de trabalho, os 180\$00 pagos pelo sindicato, Maria Joana não recebeu nada.

“Maria Joana – Depois do 25 de Abril ninguém me dava trabalho e eu fui trabalhar para uma pensão. Estive lá 6 meses. Depois fui fazer a azeitona à da minha irmã e depois voltei a trabalhar *a-dias*. Tive de ficar *a-dias* porque ninguém me queria no trabalho porque era *da reacção*. Graças a Deus tive sempre de comer. Trabalhei honradamente.

– Mas diziam que era *da reacção* porquê?

Maria Joana – Porque eu não era comunista, eu não sou comunista. (...) No dia da greve eu ia trabalhar para a azeitona. Depois foi um, o *Frade*, que já morreu também, com um pau, e fez-me voltar para trás. E depois pagaram, às pessoas da cooperativa pagaram os dias todos, que eram 180\$00, naquela altura que a gente ganhava. E então o meu marido pediu ao *Cuco* para me fazerem entrar, se havia condições para pagarem a um, pagarem a todos. O meu marido vai, duas vezes procurou ao *Cuco*. À terceira vez mete-se ali no posto, vieram buscar o meu marido. Começou às 8 da noite, até às 5 da manhã. ‘Corta-se o fascista às postas! É o lacaio’, é isto, é aquilo. Eu, como fui criada e nascida na terra, julgava que se fosse ali pedir que me atendiam. E então, isto era uma quantidade de gente que aqui estava. Gente com paus, a gente nem passava ali, diziam que o matavam... E então abalámos, fomos para a Ponte de Sor”.

“Dr. Eurico Pais – Alguns trabalhadores meus foram obrigados a fazer greve geral porque foram lá indivíduos do sindicato com armas, com uma caçadeira a apontar para as pessoas. Um dos que lá foi foi o irmão do Charuto: apontou a arma à cunhada. E ela disse: ‘Mas quem é que me paga o dia de trabalho?’ E eles disseram: ‘Vai ao sindicato, que o sindicato paga’”.

Uma vez que tinha sido forçada a fazer greve, Maria Joana achou-se no direito de pedir o dinheiro desse dia ao dirigente sindical, António Gaspar dos Ramos, o *Cuco*. Quando o seu pedido não foi correspondido, o marido, Manuel Charuto, dirigiu-se ao referido *Cuco* a pedir justiça para a mulher. À terceira vez, já enfurecidos os dois e prestes a iniciarem uma cena de pancadaria, reuniu-se a população da vila de Avis, que defendeu o seu líder, achando que a sua vida corria perigo. Com os gritos das mulheres – “Ai, que matam o *Cuco*, o que vai ser de nós sem ele!” – e a concentração popular crescente, os elementos da GNR local

¹³⁵ Uma era ajudante na farmácia do Dr. Chitas, antigo presidente da câmara, e outra trabalhava no colégio do Dr. Belo, também ex-presidente. Segundo Manuel Charuto, pai delas, “Quem trabalhava por conta de outro era logo fascista. Era só o que se ouvia, não se ouvia mais nada”. Este trabalhador fez questão de mostrar a sua independência em relação aos *comunistas*: “Não me ligavam, e eu também não me fazia diferença que eles não me ligassem. Nesse particular, não. Vivi sempre sozinho. Nunca dei para essas *cowboyadas*”.

acharam por bem levar Manuel Charuto para o posto, onde o retiveram durante toda a noite, até que a multidão dispersou. Na manhã seguinte levaram-no para a Ponte de Sor, de onde o aconselharam a sair da região, pois não podiam responsabilizar-se pela sua integridade física¹³⁶. A mulher e as filhas juntaram todo o dinheiro que tinham em casa e foram ter com ele, instalando-se em Lisboa em casa de conhecidos durante alguns dias.

Este foi mais um caso de expulsão da vila por uma multidão enfurecida, tal como os descritos no capítulo anterior¹³⁷. Contudo, se estes foram os casos mais visíveis e espectaculares, a maior parte do sofrimento associado à Reforma Agrária no concelho de Avis ficou escondido e longe dos olhares da população. As vítimas das ocupações de terras tiveram os seus percursos de vida definitivamente alterados e as suas relações com a propriedade agrícola e com o meio social em que estavam inseridos nunca mais voltaram a ser as mesmas¹³⁸.

4.4 – Atitudes dos proprietários e rendeiros ocupados

“– Tentaram resistir?

LMGC – Não, porque havia uma lei que dizia tacitamente: quem resistir ao MFA nunca mais vê as suas herdades¹³⁹ (...) A geração do meu pai era uma geração de legalistas, pensaram que a GNR desocupava. Demoraram 4 anos”.

“– Na altura não resistiu à ocupação?

CSLS – Não, porque todos nós temos instintivamente respeito pela autoridade. O exército tinha as armas, o exército tinha a força. Ora essa força, esse prestígio militar foi usado para

¹³⁶ Este caso veio na primeira página do jornal *O Dia* de 28/5/1976, com o seguinte título “Terra sem lei. Aviz vive em pânico ameaçada neste fim-de-semana por novas acções terroristas. Um trabalhador rural expulso da terra onde nasceu e sempre viveu”. No texto do artigo encontram-se as palavras: “Terra assim, sem lei, terra do ‘far-west’ (...) em Aviz também há caça, mas ao homem. (...) Não há ali autoridade. Só há justiça popular e saneamentos, mesmo os de trabalhadores rurais se não estão inscritos no PCP (...) A vítima agora, porém, é um ordeiro trabalhador rural que vendo o regime de terror implantado naquela vila, se negou a inscrever-se no PC. (...) Assalariado rural, não se enfeudou a qualquer partido político (...) E o ‘Charuto’ não voltou à sua terra, à sua família, à sua casa, à sua jorna, só porque não é comunista e quis que sua mulher, impedida de trabalhar, recebesse o que lhe era devido! (...) instalou-se em Aviz a lei da selva e o regime de terror? (...) a população vive em pânico. A caça às bruxas, aos judeus e aos pides não se compara com o regime de terror implantado em Aviz, por oportunistas que antes do 25 de Abril faziam a sua vida modesta (mas desafogada) de trabalhadores por conta própria e agora compram prédios de muitíssimas e muitíssimas centenas de contos...”, p. 20.

¹³⁷ Em Montargil também se verificaram situações semelhantes de trabalhadores rurais que foram insultados (*lacaio*, etc.) e agredidos por trabalharem para os *fascistas*, ver João Garin – *op. cit.*, pp. 527, 550. Em Aviz houve ainda outros casos de violência física na época das desocupações, ver terceira parte. Este tipo de violência, como fenómeno multidimensional e socialmente produzido, dependente de elementos instigadores, reguladores e motivacionais, foi desenvolvido por Jorge Vala – *La Production Sociale de la Violence: Representations et Comportements*, dissertação para Doutoramento apresentada na Université Catholique de Louvain, Faculté de Psychologie et des Sciences de l’Education, Lovaina, 1984, pp. 38-40.

¹³⁸ O mesmo se passou com as famílias de empresários de Lisboa estudadas por Antónia Pedroso de Lima, para as quais a ruptura causada pela revolução de 1974 constituiu um momento traumático e teve um papel marcante nas suas vidas e no desenvolvimento das suas empresas, com “consequências negativas e dramáticas que os relatos das vivências pessoais não conseguem esconder”, *op. cit.*, p. 175.

¹³⁹ Referindo-se ao Decreto-Lei n.º 207-B/75 com o qual os proprietários foram ameaçados na altura.

dar cobertura à desorganização laboral do operariado agrícola e urbano. Apareceram aí soldados uniformizados, em *jeeps* oficiais, portanto as pessoas, não se pode fazer nada. Nós temos um respeito muito grande pela legalidade e pela identidade das pessoas. É uma expressão muito alentejana: “Isto está mal, mas se é de lei...” E era para todos”.

“– Era possível tentarem resistir à ocupação?

Dr. Eurico Pais – Não havia hipótese, quando se sabia pelos jornais e pela televisão que estavam os militares... E contra isso o que é que se podia fazer? Se eles não tivessem as costas quentes com o Pezarat Correia, eles não iam lá. Ele mandava lá as tropas. No mesmo dia havia ocupações em vários sítios.

– Então as possibilidades de resistência eram nulas?

Dr. Eurico Pais – Sim, porque os que resistiram, uma família qualquer em Évora deu para lá uns tiros, um rapaz ficou ferido e depois foram presos pelas tropas do Pezarat Correia...”.

“– Não se ganhava nada em resistir?

Manuel Varela – Não ganhavam nada com isso. Eles depois apareciam, 10 ou 12, armados com espingardas e coisa e tal, que é que havia a fazer? Eu ou os outros, não podíamos fazer nada. Eles chegavam, tomavam conta de tudo, levavam tractores, levavam ovelhas, levavam vacas, levavam tudo, pronto”.

“Dr. Luís Pina – No dia da ocupação telefonaram-nos para Lisboa a comunicar que tinham ocupado, mais nada. Entraram-nos por aí dentro no dia 13 de Outubro. Já se esperava que eles viessem, não é? Eu não vivia aqui, eu vivia em Lisboa.

– Mas vinham cá frequentemente?

Dr. Luís Pina – Sim, vínhamos. O meu pai é que costumava vir cá nessa altura. O meu pai tinha morrido em Maio e isto foi ocupado em Outubro. Durante esses meses de Maio a Outubro é que eu, com 20 e poucos anos, vinha cá fazer os pagamentos e tal...

– Durante a ocupação, nunca vieram cá ver como é que estava a propriedade, nem vieram tentar tomar posse da terra?

Dr. Luís Pina – Não. Então quando isto foi ocupado, o que é que a gente vinha cá fazer? Estava alguns 500 gajos aí. Eram muitos. E tinham o exército. Houve casos pontuais em que isso aconteceu. Mas eu era sozinho, não tinha mais ninguém na família que me ajudasse. O meu pai já tinha morrido, tinha a minha mãe e as minhas irmãs. E eu sozinho, o que é que vinha fazer? Armar-me em estúpido para levar um tiro?”

Face à legislação emitida, a atitude dos proprietários de Avis foi de total passividade¹⁴⁰. Não eram pessoas que desafiassem a autoridade instituída. Nunca o tinham feito, não seria agora a primeira vez. Sobretudo na presença forças militares e de técnicos do Ministério da Agricultura na posse de documentos oficiais, os quais conferiam legitimidade às ocupações e lhes davam a certeza da sua inevitabilidade¹⁴¹. Outros factores também pesaram

¹⁴⁰ Sobretudo porque “formalmente, a legalidade nunca faltou. Estava presente seja através das leis particulares, seja por intermédio da ‘legalidade sem lei, isto é, os actos das agências de Estado, dos organismos públicos, dos funcionários e dos militares no exercício das suas funções. As leis permitiam-lhes agir. Descentralizadoras, conferiam vastos poderes. (...) No decurso de uma ocupação, ou numa disputa acerca de um problema de propriedade, a palavra do funcionário fazia a lei”, António Barreto – *Anatomia de uma Revolução...*, p. 256.

¹⁴¹ António Barreto apresenta as seguintes razões para a não resistência dos proprietários: insuficiente coesão de classe, má consciência colectiva e intimidação perante a lei e a força, “O Estado e a Reforma Agrária...”, p. 575.

nesta falta de reacção: um deles a incredulidade perante tão inusitados acontecimentos. Não era muito fácil para este grupo admitir que tal processo fosse possível, quanto mais definitivo.

“F. V. Couceiro – No início, quando foi a primeira ocupação, as pessoas não se capacitaram que era mesmo a sério! E sempre se pensou que com um telefonema de um oficial que aquilo se resolvia. Primeiro pensámos ir lá e obrigá-los a sair à força. Mas depois o dono não quis porque conhecia lá gente, ‘isto não pode ser, isto não há-de ser assim’... A situação arrastou-se, e acabou mesmo por se verificar. Se naquela altura se tem chegado lá e se tem posto aquela gente dali para fora, saíam todos depressa. E aquilo parava. Mas como aconteceu a primeira e se consolidou, passou ali uma semana ou duas, começaram as ocupações aí todas”.

Certamente “as coisas iam voltar ao normal”, e como grande parte dos proprietários de Avis tinha de facto muito dinheiro investido ou simplesmente depositado nos bancos, tanto nacionais como estrangeiros, que lhes daria para uma vida desafogada durante algum tempo, então a atitude mais comum foi a cautela. Permanecendo invisíveis, sem chamarem as atenções sobre as suas pessoas, os ocupados esperaram para ver...

“F. V. Couceiro – Os de Avis não se meteram em nada, essa gente não. Mas isso era gente que tinha outras posses, e que pensou que ‘pronto, eu aguento-me com isto, a viver com aquilo que tenho durante uns anos, e isto há-de voltar para trás, isto não pode ser’. E realmente foi assim, mas demorou tempo demais. E havia outros que não tinham essa possibilidade”.

A mesma postura foi assumida pelos pequenos proprietários (que detinham 29% da área cultivável do concelho), os quais não participaram nem ostensivamente se opuseram, tentando continuar as suas vidas como se nada do que se estava a passar lhes dissesse respeito, mas ao mesmo tempo apavorados que as suas terras também fossem ocupadas. Alguns foram convidados a integrar as cooperativas locais, mas recusaram terminantemente, pois este grupo integrava-se ideologicamente (e sempre se integrara no tipo de comportamento económico e social) no grupo da elite fundiária e possuía um forte sentimento de propriedade privada incompatível com o movimento da Reforma Agrária¹⁴². Isto foi, aliás, alvo dos maiores lamentos na imprensa da época de tendência de esquerda, onde este grupo

¹⁴² “Defendiam a propriedade privada e a exploração familiar (...) Foi a terra que constituiu o mais sério elemento de divisão entre pequenos agricultores e assalariados. Os seareiros e os rendeiros não obtiveram as superfícies desejadas. Os pequenos proprietários não puderam alargar as suas courelas. Alguns camponeses, ainda por cima, foram ocupados; outros perderam os seus contratos e não conseguiram arrendar noutra sítio. Foram estes os problemas e os factos que afastaram os camponeses do Sul e fizeram recluir os do Norte e do Centro”, *idem – Anatomia de uma Revolução...*, pp. 290, 312. Segundo Afonso de Barros, “casos houve, raros é certo, em que os pequenos agricultores participaram ao lado dos trabalhadores rurais nas ocupações ou procederam, eles próprios, a ocupações de terras...”. *op. cit.*, p. 77. Em Avis não houve casos destes.

era responsabilizado directamente pelo fracasso do processo de Reforma Agrária, sobretudo a norte do País¹⁴³.

Outro factor bastante referido para a falta de reacção perante as ocupações foi a idade avançada de alguns proprietários, cujos filhos ou outros herdeiros ainda não tinham tomado conta das respectivas explorações agrícolas, encontrando-se a estudar, geralmente em Lisboa, ou a desempenhar as suas profissões desligados da actividade agrícola familiar. Foi o caso das primeiras herdades ocupadas, propriedades de senhoras de idade, que mais não fizeram que escrever cartas de protesto ao governador civil de Portalegre. Mas para alguns agricultores mais jovens, em início de actividade e com menos capacidade para “viverem dos rendimentos” por dependerem por completo da actividade agrícola, as ocupações encontraram-nos numa disposição completamente diferente. Já se viu que o Dr. José de Carvalho recebeu os ocupantes na rua do monte com uma carabina apontada. Perante o aparato militar e os documentos oficiais apresentados pelos técnicos do CRRA de Elvas, ele não teve outro remédio senão ir-se embora. O seu pai, já de idade, tinha ficado na casa da vila. Por outro lado, ao já referido Dr. João David Ferreira a ocupação surpreendeu-o na sua herdade num dia normal de trabalho, quando ele se preparava para pagar os salários aos seus trabalhadores. Nem isso o deixaram fazer, quanto mais resistir a quem quer que fosse. O estado de tensão em que o deixaram foi tal que pouco tempo depois teve uma trombose e veio a falecer.

Quanto a Joaquim Paula Varela Pais, casado com Lídia Abreu dos Santos Pais, do Ervedal, proprietário de uma herdade com apenas 106 ha (o que na região é considerado uma courela) e mais 15 prédios rústicos com uma média de 10 ha cada (o que totaliza 258 ha), tinha recentemente (1973) tomado posse das suas terras depois de um complicado processo de herança de um tio, o qual lhe provocou algum endividamento que ainda não estava resolvido. Antes tinha trabalhado como topógrafo em Lisboa. No Verão de 1975, com 40 anos, vivia no Ervedal e exercia a profissão de agricultor a tempo inteiro, com todas as dificuldades de quem se encontra em início de actividade. Tinha boas relações com as pessoas da vila e falava com todos, “incluindo os comunistas”. As suas terras, junto com as do seu irmão, o Dr. Francisco Paula Cardoso Pais (licenciado em Germânicas e professor de liceu), foram ocupadas no dia 11 de Outubro de 1975. Este proprietário fez questão de salientar que a ocupação das suas

¹⁴³ A opinião geral era que os pequenos proprietários não tinham aderido à Reforma Agrária por causa da propaganda negativa que foi feita pela imprensa da direita, ver, por exemplo, Manuel Beça Múrias (coord.) – *op. cit.*, p. 2.

terras foi feita num dia em que ele tinha ido para Lisboa de urgência com a mulher para o hospital, devido a complicações com uma gravidez, e que se ele estivesse em casa nunca teria sido ocupado¹⁴⁴. Segundo a portaria de expropriação (nº 478/76, de 3 de Agosto), a pontuação das suas terras somava 57.321, o que de facto ultrapassava a pontuação mínima de 50.000, mas esta avaliação foi feita com base no conjunto das terras todas da família, e não na divisão que tinha sido feita em resultado da referida herança, e cujos registos de propriedade ainda não estavam finalizados nos respectivos cartórios. Esta divergência originou uma discussão na Assembleia Constituinte logo duas semanas depois da ocupação, com o Deputado Miranda Calha a apresentar o caso como um exemplo de “propriedades que não atingem 500 ha e que foram ocupadas, estando até bem tratadas e utilizadas”, ao que o Deputado Joaquim Velez respondeu que o conjunto ultrapassava os 700 ha e que os herdeiros “não trabalham directamente a terra, vivem em Lisboa ou são professores do colégio de Avis”¹⁴⁵. Mais tarde veio a confirmar-se a “inexpropriabilidade” das suas terras porque “a respectiva pontuação está dentro dos limites estabelecidos para o direito de reserva”, mas isto ocorreu apenas três anos depois¹⁴⁶.

Em nenhum destes casos o monte era o local de primeira residência dos proprietários ou mesmo dos seus rendeiros. Como já vinha sucedendo desde os finais do século XIX, as elites fundiárias tinham transferido as suas residência principais para a sede do concelho ou para as vilas mais próximas, mantendo, no entanto, as casas dos montes como local de pousada para caçadas, férias ou estadias mais ou menos prolongadas¹⁴⁷. Por esse motivo também as ocupações foram mais fáceis, pois os trabalhadores não estavam propriamente a expulsar as pessoas do seu local de residência. Foi precisamente este um dos factores que se tornou determinante para “salvar” a família Vaz Couceiro da ocupação eminente das suas terras e à qual uma viúva com oito filhos (6 rapazes e 2 raparigas, entre os 25 e os 5 anos em 1975) resistiu sem tréguas. Este foi o caso mais ostensivo no concelho de Avis no qual uma propriedade expropriável, com 1.100 ha predominantemente de floresta, incluindo montado de sobro, não chegou a ser ocupada nem expropriada.

¹⁴⁴ Entrevista citada.

¹⁴⁵ *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 70, de 24/10/1975, p. 2211; nº 73, de 30/10/1975, p. 2340 e nº 74, de 31/10/1975, p. 2391.

¹⁴⁶ Ficou expresso na Portaria 624/78, de 19/10/1978, que derogou as expropriações desta família. O Ministro Lopes Cardoso tinha feito um Despacho em 26/2/1976 a mandá-lo tomar posse das terras. Veio publicado no jornal *A Luta* de 14/7/1976, mas foi rapidamente foi revogado. Em 8/11/1977 houve outro Despacho do Ministério da Agricultura, já no tempo de António Barreto, “por não atingir os 50.000 pontos está autorizado a entrar de posse da sua exploração ao abrigo do Decreto-lei 77/77”. A entrega oficial das suas terras foi apenas em 14/11/1978.

¹⁴⁷ Este processo foi descrito por Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder...*, pp. 102-105.

“Cravidão – Esses Couceiros eram rapazes novos, quase todos, tinha falecido o pai. E então foram para o Governo Civil e disseram: ‘A gente não consente, porque nós não temos profissão, a nossa vida é ali... E então nós não podemos consentir que a propriedade seja ocupada. E vamos instalar-nos lá de espingarda em punho. O 1º que lá for será liquidado!’ O que é certo é que a propriedade nunca foi ocupada. São rapazes que estudaram pouco, ficaram pela agricultura. A mãe é uma senhora do Porto, ficou ali a residir... De dia e de noite, eles estiveram lá instalados, mais uns amigos, com espingardas, e a propriedade nunca foi ocupada”.

Alegando precisamente que a propriedade agrícola era o seu local de residência e único meio de sobrevivência, esta família, com uma mãe corajosa à cabeça, fez vários pedidos ao governador civil de Portalegre para não ser expropriada e ter automaticamente o direito de reserva. Mas isso não impediu que os trabalhadores de Benavila e de Valongo fizessem várias ameaças e tentativas de ocupação, acompanhadas de acções de intimidação, às quais um grupo armado, constituído pelos irmãos mais velhos, os parente e os amigos, respondia prontamente com outras acções ainda mais ameaçadoras e intimidatórias. Mas a resistência desta família ao processo de Reforma Agrária já tinha começado antes, com as colocações obrigatórias de pessoal:

“F. V. Couceiro – Cá também ainda tentaram colocar, mas *a gente não deixámos*. Fechamos ali dentro numa casa daquelas e não os deixámos sair. Ficaram ali dois dias...

– Mas tiveram que lhes pagar os dias?

F. V. Couceiro – Não, não pagámos (...) Talvez uma das principais razões porque *a gente não foi ocupados* foi porque o nosso pai tinha morrido há muito pouco tempo, em 1970, e o meu irmão mais novo tinha 10 dias quando o meu pai morreu. Quem ficou a tomar conta da lavoura foi o meu irmão mais velho com 20 anos. Isto quando foi das ocupações a gente não tinha mais nenhum meio de sobrevivência. *Dispusemos-se* a enfrentar esta gente e eles aperceberam-se disso porque nós tomámos algumas posições de força. A gente antes disso vivíamos aqui e estudávamos em Avis. Jogávamos à bola com esta gente toda, portanto a gente conhecia-os. Das várias vezes que tivemos ameaças que nos iam ocupar, a gente armava-se e punha-se aí às entradas para não os deixar entrar e eles acabaram por nunca vir. A gente chegámos a ir lá a Valongo armados...

– A história que se conta é que foram à missa e que deixaram as armas à porta da igreja...

F. V. Couceiro – (risos). Era um bocado assim. A gente chegou a ir lá a Valongo, lá a esses que diziam que vinham. Eles estavam lá dentro da Casa do Povo. Entramos, apertámos lá o tal e dissemos-lhe: ‘Se quiserem lá ir vais tu à frente!’ E foi por causa disso que eles não vieram. Aqui nunca chegaram. Tivemos várias ameaças, ao meu irmão, uma vez cercaram-no aqui com uns tractores. E ele a única maneira que teve de sair de lá foi sacar da pistola e desatar aos tiros àquela gente para eles se desviarem...

– Isso foi no Verão de 75 e prolongou-se até Novembro? E depois disso ainda teve ameaças?

F. V. Couceiro – Não, depois de Novembro aquilo mais ou menos começou a parar”.

Mas os irmãos mais velhos desta família continuaram a actividade agrícola, mesmo perante as dificuldades e os baixos rendimentos.

“F. V. Couceiro – Se a gente abalasse daqui ocupavam isto tudo. Fomos quase obrigados a ficar. Isto estava mal. Eu ainda cheguei a trabalhar fora, numa empresa de barragens e auto-estradas, de construção civil. A minha mulher também estava a acabar o curso, de maneira que... Isto estava mal, não dava para sustentar os 3. Só mais tarde, quando isto começou a melhorar...”

Em Avis não se realizaram mais ocupações depois do dia 1 de Novembro de 1975. As últimas propriedades ocupadas foram as *Casas Altas* e a *Rochinha*, um conjunto de 379,2000 ha pertencentes a Camilo Dias e explorados em parceria com o já referido empresário agrícola Manuel Joaquim Saias, rendeiro e seareiro de tomate. No mesmo dia 20 de Outubro de 1975 foi ainda ocupada a *Cunha*, do Dr. Marcelino das Neves e com apenas 56 ha. Esta pequena propriedade estava arrendada desde que o proprietário, activo agricultor e participante na vida económica e política de Avis, resolvera reformar-se e ir viver para Coimbra, para perto dos filhos. Por fim, no último dia, a *Quinta de Santana*, de Laurinda Amélia Dordio Adegas Coelho, com 185,4500 ha e também arrendada. Isto leva-nos ao tema dos percursos de vida dos rendeiros cujas terras, locais de trabalho e meios de subsistência também lhes foram retirados. Como escreveu José Cutileiro, “os rendeiros de terras ocupadas foram prejudicados tanto ou mais que os donos delas”¹⁴⁸.

“Maria José Camões Quina – Os meus pais tinham aquilo arrendado; tinham sido 2 irmãos que tinham lá estado de solteiros, com poucas posses, trabalharam bastante; um deles já estava casado e vivia lá com os filhos. Foram desalojados da casa e o meu pai, que estava lá por acaso nesse dia, só dizia: ‘se a terra é para quem a trabalha, que seja para estes que cá estão!’”¹⁴⁹.

Esta senhora refere-se à herdade de *Vale Bom*, com 652 ha, que estava arrendada desde que o seu pai, José Rosado Marques Camões, de alcunha *Rei Negro*, se reformara “por questões de saúde”. Depois de estar ocupada quase quatro anos pelas cooperativas de Benavila (a *21 de Fevereiro* e mais tarde a *Agro-Benavilense*), a herdade foi entregue directamente ao proprietário (em três blocos distintos, desocupados em 14/3/1979, 18/7/1986 e 14/1/1991 respectivamente) e os seus filhos tomaram conta da exploração. Os rendeiros não tiveram direito à terra nem à respectiva reserva, enfim, não tiveram direito a nada.

Em Avis os casos mais emblemáticos de rendeiros definitivamente prejudicados com todo o processo foram os de Inácio da Silva Ramalho e de Joaquim António Botas. O

¹⁴⁸ José Cutileiro – *op. cit.*, p. 419. O mesmo é salientado por António Barreto em toda a sua obra, especialmente na já citada *Memória da Reforma Agrária...* E ainda: “estão a ser descaradamente roubados rendeiros e empresários directos de herdades (que não são latifúndios, nem explorações deficientes) por meio de ocupações indevidas que apenas têm em mira colher o que os outros semearam”, Gonçalo Ribeiro Teles – *op. cit.*, p. 56.

primeiro arrendava há vários anos a herdade da *Pereira*, com 246.7750 ha, de Maria Rosa Moura Neves Xavier Pinheiro, a única senhora verdadeiramente absentista duma família de Abrantes descrita na primeira parte. Com muito trabalho ao longo de uma vida, este rendeiro conseguiu pôr dois filhos a estudar, um dos quais tirou o curso da Escola de Regentes Agrícolas de Évora (mais tarde a sua habilitação conferiu-lhe o título de Engenheiro Técnico Agrário) e trabalha como técnico do Ministério da Agricultura. Ao ser avisado da ocupação iminente, Joaquim Ramalho, o referido filho, falou com José Luís Correia da Silva, que lhe garantiu que a herdade não seria ocupada. No dia seguinte, 13 de Outubro de 1975, a *Pereira* foi de facto ocupada pelos trabalhadores de Benavila. Com apenas 42.309 pontos (o mínimo previsto no Decreto-Lei nº 406-A/75 era de 50.000 pontos) a herdade não chegou a ser expropriada e acabou por pertencer ao grupo das primeiras propriedades a serem devolvidas para corrigir situações de ilegalidade. Neste caso a desocupação foi feita directamente ao rendeiro e realizou-se no dia 8 de Fevereiro de 1977 (após despacho de 3 de Novembro de 1976), mas com activa resistência dos ocupantes, que fizeram questão de exigir que Inácio Ramalho não estivesse presente. Foi então nomeado um representante para receber as terras, um antigo trabalhador fixo da herdade. As máquinas, no entanto, só foram devolvidas dois anos depois, assim como os gados, tudo em estado “deplorável”. E o agricultor ainda foi “agredido selvaticamente” por “quatro meliantes” que o atacaram quando voltava do seu trabalho para casa. Em terras pequenas, onde todos se conhecem, Inácio Ramalho identificou perfeitamente os antigos ocupantes da *sua* herdade e denunciou a situação, fazendo-se fotografar coberto de sangue antes de receber os cuidados médicos que necessitava. Esta notícia fez a primeira página do jornal *O Dia* de 21 de Setembro de 1979¹⁵⁰.

A Joaquim António Botas ninguém bateu, mas perante as ocupações ele reagiu como se lhe tivessem feito muito pior. Na sua qualidade de um dos maiores rendeiros do concelho, com mais de 787 ha por ele explorados em 1975, este agricultor assumira durante toda a vida comportamentos sociais e políticos semelhantes aos da elite fundiária. Foi vereador desde 1952 a 1974 e vice-presidente da câmara em 1962; exercia cargos na direcção do Grémio da Lavoura e apareceu diversas vezes nos quadros de honra dos maiores produtores de trigo do

¹⁴⁹ Entrevista em Lisboa, 25/6/1998.

¹⁵⁰ “Este é um documento dramático que revela, só por si, toda a verdade de quanto se tem afirmado sobre a violência e a ilegalidade em terras alentejanas. Num País em que os governantes se dizem campeões dos direitos humanos continuam a perpetrar-se crimes contra a liberdade e a dignidade dos cidadãos. (...) Um dos agressores é sindicalista e advogado!... Até quando o Alentejo continuará a ser uma zona em que as pessoas honestas não podem viver tranquilas e ao abrigo da lei que dizem ter força e vigor para ser aplicada em todo o território nacional?...”, *O Dia*, 21/9/1979, p. 1.

concelho publicados no *Boletim da Federação Nacional dos Produtores de Trigo*. Como já foi descrito na primeira parte, estas práticas eram comuns entre os grandes rendeiros de Avis, que tradicionalmente frequentavam os mesmos locais de sociabilidade e muitas vezes até pertenciam às mesmas famílias dos proprietários. Se bem que por este último grupo não fossem tratados exactamente como iguais, pelo menos entre os trabalhadores eles eram vistos como quaisquer outros patrões latifundiários. E como tal foram tratados no período da Reforma Agrária.

Neste caso, o referido rendeiro não só teve uma das “suas” herdades ocupada no dia 13 de Outubro de 1975 (*Rui Vaz*, propriedade de Eduardo Cordeiro Duarte Ferreira, com 374.9250 ha e 96.162 pontos), e expropriada no dia 12 de Agosto de 1976 pela Portaria nº 509/76, como também as outras duas herdades que explorava foram arrendadas a cooperativas sem qualquer consideração pelo trabalho lá desenvolvido por ele até então. No caso da já referida herdade da *Carapeta e Castelo*, da Fundação Marques Ratão, a *1º de Maio* apropriou-se do arrendamento; quanto ao *Monte dos Frades*, com apenas 125 ha, foi a UCP *29 de Julho* da Aldeia Velha que, sob mediação do CRRA que alegava a prioridade das cooperativas nos arrendamentos agrícolas, fez novo contrato de arrendamento (no valor de 50.000\$00 anuais) com a proprietária, Branca Mendonça Braga, uma senhora já com 83 anos que insistia que não queria receber renda de mais ninguém senão do seu rendeiro de toda a vida... Em ambos os casos foi usado o argumento disposto no Decreto-Lei nº 201/75 de 15 de Abril, que previa o “arrendamento compulsivo das terras abandonadas”. Ora estas terras não estavam abandonadas. O seu rendeiro trabalhara nelas arduamente durante 56 dos seus 64 anos, como se pode ler num panfleto comovente que ele se deu ao trabalho de imprimir e mandar publicar, além de enviar como carta aberta ao director do *Diário* do dia 10 de Fevereiro de 1976 e da *Luta* do dia 13 do mesmo mês. Nele Joaquim António Botas descreve o percurso da sua família com origem em seareiros da freguesia do Maranhão. Seu pai era um “agricultor-rendeiro” que aos 24 anos começara a trabalhar na herdade da *Covada*, onde nasceram os seus 7 filhos. Todos trabalharam nesta exploração agrícola que duas gerações da família Botas arrendaram durante 69 anos e que acumularam com o arrendamento de mais 6 herdades.

A sua indignação prende-se com a privação do trabalho e a inactividade a que o obrigaram, depois de uma vida de sacrifício dedicada “à lavoura”:

“Não terei eu, que cultivei com minha família, ou só, mais de 2500 hectares de terras do nosso Alentejo, direito a ser respeitado como agricultor-rendeiro do meu País? Não terá a

minha família, privada de meios de transporte e de ensino, a que a obrigou uma permanência constante nas Herdades arrendadas, longe de tudo e de todos, e que para acudir às exigências da lavoura, se teve de privar, também, da cultura, hoje tão acessível a todos, não indo nenhum de nós além duma quarta classe de instrução primária, com muitas léguas de carroça, direito àquele mínimo de respeito, que é devido a quem leva uma vida de trabalho constante e honesto?” E passa a enumerar os confortos que nunca teve: automóvel “só ao fim de 40 anos de trabalho duro. Férias? Regalias sociais? Viagens? Divertimentos? Nunca soube o que isso era”. Luxos, viagens, idas à capital, nunca as fez, só fazia o percurso de casa para as herdades e destas para casa, sem horário de trabalho, nem fortuna pessoal, “sempre vivemos modestamente”. Queixa-se ainda: “eu não pretendo, nem sei discutir a Reforma Agrária. Sei tratar dos campos. Vivi neles toda a minha vida. A eles dediquei toda a minha vida. Por eles estou sofrendo ainda. (...) Só não compreendo, como é que num País onde os técnicos não abundam, se possam ‘arrumar’ pura e simplesmente homens de trabalho, como eu, remetendo-os para uma inactividade aviltante, e pernicioso para o País, e ainda por cima se caluniam e insultam esses mesmos homens, acusando-os agora de deixarem ao léu propriedades e gados, a que se na altura nos tivéssemos agarrado, com unhas e dentes, seriam imprevisíveis as consequências.”

Ainda em 1976 este rendeiro pediu uma reserva sobre a herdade de Rui Vaz, no valor de metade da mesma (dentro dos valores legalmente estabelecidos de 50.000 pontos), mas esta não lhe foi imediatamente concedida. E logo em 15 de Janeiro de 1980 o despacho de desocupação da herdade estabeleceu como reservatários os herdeiros do proprietário, que receberam parte da herdade em Julho do mesmo ano e a desocupação final apenas em 1989. Entretanto Joaquim Botas deixou de sair de casa, e só em raras ocasiões voltou a ser visto em público.

Este comportamento foi também adoptado por grande parte dos proprietários ocupados, que alteraram definitivamente os seus comportamentos sociais e até a aparência física, traduzida no vestuário e nos meios de locomoção. Foi uma época em que praticamente todos os sinais exteriores que separavam as elites do resto da população, e que tinham sido um factor de distinção social importantíssimo no passado, foram eliminados, com excepção das residências, onde naturalmente continuaram a viver¹⁵¹. Já vimos que um dos primeiros actos “revolucionários” foi a ocupação do *Clube dos Ricos* e a sua transformação simbólica em sede local do Partido Comunista Português. Mas a extinção do local de sociabilidade privilegiado por este grupo foi apenas uma parte ínfima do processo que levou à abolição total e definitiva das sociabilidades locais. Num grupo cuja coesão se mantinha em relação estreita com o poder político e económico que os seus membros detinham, a perda destes dois factores levou ao afastamento físico dos seus intervenientes. Os mais idosos mantiveram-se

nas suas residências, saindo apenas para o estritamente necessário; muitos saíram definitivamente do concelho, como já vimos os casos dos antigos presidentes da câmara e também de alguns filhos de agricultores que tinham as suas vidas profissionais na capital. Os que ficaram, esses sofreram em silêncio, tiveram de continuar a sua vida, mas sem qualquer contacto com os locais onde circulavam os seus inimigos. A vila de Avis ficou dividida geográfica e ideologicamente. Nos locais onde passavam uns definitivamente não passavam os outros. E isto aplicava-se mesmo entre os trabalhadores rurais, de um lado os *comunistas*, do outro os *lacaïos*, os *reaccionários*, os que trabalhavam para os *fascistas*.

“Dr. Eurico Pais – Em Avis as pessoas ficaram sem vida, deixaram de conviver, foi uma desgraça para toda a gente. Deixou de haver associativismo, os clubes fecharam todos, deixou de haver *Sociedade Artística* e os outros. Fechou isso tudo. Os cafés, as pessoas não iam ao café com medo de encontrar outras. Houve pessoas que deixaram de sair de casa. Mudou completamente a vida das pessoas”.

“Eng. Barrocas Dordio – Diz-me o Zé Luís assim, deu-me esta imagem que eu nunca mais hei-de esquecer: ‘Avis funcionou como um galinheiro. Metemos lá três raposas dentro e as galinhas desapareceram todas’. E, pode ver, em Avis as pessoas desapareceram todas. Pessoas que tinham ali os grandes interesses, a posição deles era defendê-los até poder. Um foi para Lisboa, outro foi para fora, desapareceu tudo. Enquanto que aqui no Ervedal as pessoas não saíram. Mantiveram-se. Eu nunca deixei de vir ao Ervedal e os outros ficaram cá. Isso criou logo uma situação completamente diferente. Uma situação de conflito complicada. Naquela aldeia havia dois cafés, tascas, onde nós íamos beber o café, mas aos outros não íamos. Mas também tínhamos a certeza que os outros não vinham àqueles cafés. Então vinham de Avis, o Sr. Zé Lopes vinha cá. Nós aqui saíamos sempre, nunca deixamos de sair, e assumíamos que tínhamos aqui um polo de resistência. E conseguimos. A cooperativa foi o polo aglutinador”.

De facto alguns agricultores de Avis passaram a ir tomar o seu café ao Ervedal, já que não queriam entrar nos cafés da sua vila de residência para não terem encontros desagradáveis, nem tinham o seu clube onde tradicionalmente se encontravam. Estes pequenos passeios de 7 km para cada lado tornaram-se, aliás, uma das únicas saídas que estas pessoas fizeram nestes anos, depois de uma vida inteira a passar os dias “no campo”. Fazer a ronda das herdades, ver como estava o gado e as culturas, falar com os empregados, pagar os ordenados, encontrar-se com os amigos, este era o ritual diário dos agricultores activos de Avis. Quando isto lhes foi retirado e eles foram obrigados a passar os seus dias fechados em casa com as respectivas famílias... podemos imaginar as depressões nervosas e o clima de

¹⁵¹ Se bem que, como já foi referido, algumas que não estavam a ser utilizadas tenham sido vendidas um pouco apressadamente.

sofrimento que se instalou durante aqueles fatídicos anos. Além dos já referidos casos de trombozes, houve também um suicídio.

“Cravidão – Sabe, aquilo estragou a saúde às pessoas. Veja pessoas ricas, pessoas donas das terras, de um momento para o outro vêm-se expoliados...”

E mesmo as viagens à capital ficaram limitadas ao estritamente necessário, apenas o que estivesse relacionado com os filhos ou a saúde. As férias na praia ou no estrangeiro foram abolidas¹⁵². Tudo somado à eliminação dos prazeres antigos, como por exemplo os automóveis de luxo que sempre ostentaram. Não houve quem não notasse o desaparecimento dos antigos *Volvos* e *Mercedes*, fechados em garagens ou vendidos, e a sua substituição por *Renaults 4* ou *5*, *Citroens* e *Dois Cavalos*... O motivo era muito simples: circular pelo Alentejo entre 1975 e 1980 num automóvel de luxo podia ser verdadeiramente perigoso. Houve casos de apedrejamento de viaturas na passagem pelo Couço, e não havia viagem entre Lisboa e Avis que não implicasse algumas paragens compulsivas e a revista aos carros por parte das “forças populares” à entrada das vilas mais *quentes*.

“Idalina Varela Pina – Eu fui realmente aborrecida com as viagens, quando vinha cá, com as pessoas que mandavam parar. Ali no Couço. Pessoas que não me conheciam, não é? Miúdos com paus na mão e velhos. Mandavam-nos descer do carro e revistavam o carro. Sem autoridade nenhuma, era a autoridade do povo. Ele estava na rua, não era?

– Que é que eles andavam à procura?

Idalina Varela Pina – Não sei. Nem eles sabiam, era só para achincalhar, não tinham consciência do que estavam a fazer”.

Os mais cuidadosos faziam os desvios possíveis para não entrarem com os automóveis pelas povoações, pois sabiam que “podiam partir-lhos todos”. As samarras e capotes com pele de raposa na gola, símbolos do lavrador alentejano, ficaram fechados nas arcas, e os casacos de peles das senhoras, esses, então, nunca mais viram a luz do dia. As próprias cores das roupas escureceram ou empalideceram, reservando-se o encarnado (“diga vermelho, minha senhora, diga vermelho, que agora já se pode...”¹⁵³) e as cores vivas para os *trabalhadores*, com o adereço obrigatório do cravo vermelho e do emblema do Partido Comunista.

Contudo, se alguns puderam passar esses anos fechados em casa, por que tinham “posses”, outros, mais jovens e sem recursos financeiros, tiveram de encontrar percursos

¹⁵² Uma exceção foi o caso de Asdrúbal Braga, que viajou até à Suíça: “LMGC – O meu tio Asdrúbal era excepcional. Tinha muitos sobrinhos e afilhados que o quiseram lá em casa. Esteve uns tempos no consulado em Zurique, porque ele tinha lá um afilhado. Como ele era casado e sem filhos tinha recebido em casa um refugiado da 2ª Guerra Mundial, e então esse afilhado, que era o Gerard e foi cônsul austríaco em Zurique, assim que soube disto veio cá buscá-lo. Agora já morreu. O meu tio que nunca viajava, começou a viajar com o 25 de Abril, deu uns passeios...”, entrevista citada.

profissionais alternativos, consoante as suas habilitações. O já referido Joaquim Paula Varela Pais voltou para o emprego que tinha em Lisboa, como topógrafo, onde esteve um ano, até que foi trabalhar para uma empresa de materiais de construção civil. Passou dificuldades por causa das dívidas que tinha contraído para o início da actividade agrícola. Luís Manuel Godinho de Carvalho foi também para Lisboa, onde trabalhou numa empresa de construção civil e mais tarde montou um aviário.

“LMGC – O meu pai chegou a ser professor de liceu na Ponte de Sor. O meu pai era Agrónomo. Foi ocupado, tinha tudo investido na terra, é um facto, investia-se no que se fazia, teve de ir dar aulas. Eu também saí daqui e fui para Lisboa para trabalhar”.

“Dr. José de Carvalho – Ocuparam-me isto tudo, eu fui para Coimbra, onde tinha o meu sogro, e mês e meio depois fui a Escola Agrícola como professor, porque me convidaram, e depois fui para presidente do conselho directivo. Nós não tínhamos mais nada. As lavouras do Alentejo têm um gravíssimo defeito: tudo aquilo que se ganha é novamente retornado em programação para lucros futuros. De maneira que nós fomos apanhados de surpresa. O trigo estava metido na Federação dos Trigos dessa altura, na EPAC. Veio a ordem nessa altura de não pagar aos agrários que podiam ter dívidas à Previdência. Tínhamos pago, não devíamos um tostão a ninguém. Tínhamos as contas todas pagas, tínhamos o adubo para a campanha seguinte; tínhamos 18.000l de gasóleo no depósito... Estávamos preparados... Ficou cá tudo! Tínhamos tractores acabados de comprar, novos, e de pagar. De maneira que havia que sobreviver. Se alguma coisa sobrasse era para o meu pai e para a minha mãe e para a minha avó, porque não estavam em idade de trabalhar”.

De facto, para as pessoas mais idosas as alternativas eram inexistentes. Por esse motivo Lopes Cardoso publicou o Decreto-Lei nº 489/76, de 22 de Junho, que atribuiu um subsídio de manutenção aos titulares de direitos sobre prédios rústicos expropriados ou nacionalizados, que se encontrassem insuficientemente providos de meios de subsistência. O valor traduziu-se em oito mil e quinhentos escudos mensais para cada proprietário que “retirasse predominantemente da exploração agrícola desses prédios os seus meios de subsistência”, mas o decreto também previa que o total atribuído fosse mais tarde deduzido das indemnizações compensatórias que lhes viessem a ser atribuídas. Recorda-se que este valor se aproximava do salário mínimo nacional da época, portanto podia considerar-se baixo, apesar de nalgumas casas em que ambos os cônjuges eram proprietários o valor fosse recebido em dobro. O que não impediu que este grupo baixasse consideravelmente o seu nível de vida. Alguns passaram mesmo dificuldades.

“Maria José Camões Quina – Os meus pais ficaram sem rendimentos, tinham 8 contos por mês. Sobreviveram vendendo o que tinham de ouro. E com o amparo às escondidas do

¹⁵³ José Saramago – *op. cit.*, p. 357.

peçoal antigo. Mas eu nunca ouvi o meu pai ou a minha mãe revoltados contra qualquer coisa, quer dizer, resignaram-se, passaram muitas dificuldades, os meus pais toda a vida tinham tido criados e o meu pai fez coisas que eu nunca na minha vida fiz ou o vi fazer; a minha mãe foi obrigada a partir lenha, tinha 60 e tal anos naquela altura. O meu pai fazia outras coisas e, às escondidas, o peçoal ia levar-lhes lenha, azeite, e havia uma criada que mandava todos os meses 100\$00 para a minha mãe ir tomar um café”.

“Idalina Varela Pina – Enquanto o meu marido foi vivo tínhamos o apoio do consultório e da vida dele de médico. Depois é que foi mais difícil. Ele morreu e eu fiquei sozinha, com os 3 filhos ainda a estudar, com mais 3 pessoas em casa, éramos 7 pessoas...”.

“Cravidão – Vou contar-lhe o caso de uma senhora que mora na Av. de Roma. É de Montargil, tinha muita cortiça, rendimento só de cortiça. E essa senhora sobreviveu em Lisboa a fazer bolos. A vender aqueles bolos nas pastelarias, a casas particulares. Tinha muito jeito. Eram 2, 3 da manhã, e ela a bater ovos...”

“Dr. Pedro de Carvalho – Houve muitos que passaram dificuldades, mas eu tive a sorte de a minha mulher não ser ocupada. Da herdade da minha mulher conseguimos viver, tinha um grande pomar, a fruta valia dinheiro.

– Então a família não baixou o nível de vida na altura?

Dr. Pedro de Carvalho – Baixei um bocadinho. Mas nada de significativo. Já o Luís Manuel e a Mafalda, tiveram de ser professores de liceu. O irmão da Rosa Maria entrou para a coudelaria de Alter”¹⁵⁴.

No caso aqui referido podemos ver um exemplo de uma família dinâmica e que usou todos os recursos que tinha à disposição para, apesar de ter as terras ocupadas, continuar a viver no concelho e a contribuir com os seus conhecimentos para a manutenção da vida social e económica local. Rosa Maria de Carvalho era herdeira do já descrito *Monte Branco*, em conjunto com o seu irmão que estava em Lisboa a estudar Veterinária. Recém-casada com o Dr. Carlos Vacas de Carvalho, encontrava-se grávida e sem quaisquer outros recursos para além da agricultura quando foi ocupada. Este casal foi praticamente o único que manteve a sua actividade profissional em Avis, depois da autêntica “debandada” das elites tradicionais. Utilizando as suas habilitações académicas, foram ambos contratados como professores do colégio de Avis, ela como professora de Francês (tem o curso do ISLA), ele de Ciências. Quando o presidente da câmara e antigo proprietário do colégio abandonou a vila, este casal arrendou-o e prestou um serviço público que o Estado não estava equipado para fornecer¹⁵⁵. O ensino secundário oficial para os jovens do concelho continuou a funcionar nesses anos,

¹⁵⁴ Entrevista ao Dr. Pedro Paulo Michaelson Garcia de Carvalho, de alcunha *Alemão*, Lisboa, 17/11/1998.

¹⁵⁵ A Escola Preparatória do Mestre de Avis já existia desde 17/10/1972 nas instalações do Externato e sob a administração do já referido Dr. Belo, enquanto as obras da nova escola não estivessem prontas. Em 18/6/1974 foi criada a Escola Secundária de Avis, mas que continuou a funcionar nas mesmas instalações, pois o problema da falta do edifício escolar persistia. Ver *O Avisense (mensageiro regional)*, Junho 1974.

sustentado pelo Ministério da Educação, mas dirigido por proprietários ocupados que “engoliram muitos sapos vivos”, pois alguns dos seus alunos eram filhos dos ocupantes das suas herdades. Os filhos deste casal ainda nasceram em Avis e passaram a infância em meio rural. Mas constituem uma excepção, pois a maioria dos descendentes das antigas elites já nasceram em Lisboa e aí fizeram os seus estudos. Com as ocupações das suas terras, muitos jovens perderam o vínculo que os ligava à terra dos seus pais e avós e pouca vontade lhes ficou para voltar. As novas profissões para as quais estudaram, alternativas e já não complementares à agricultura, aliadas aos atractivos da vida urbana, com a respectiva rede de sociabilidade, em comparação com a vida numa região que lhes foi tão hostil e onde já não encontram praticamente ninguém com quem conviver, foram o suficiente para que a geração mais nova estabelecesse a residência permanente em meio urbano. As casas “da vila” e “do monte” foram-se degradando, algumas foram vendidas quando os avós e os pais morreram. A tendência descrita afectou sem qualquer dúvida as relações de poder locais e foi decisiva para a mudança radical que se verificou no grupo que constitui a actual elite política da região.

São de referir ainda os casos de jovens com menor grau de resistência às mudanças no seu estilo de vida e que ficaram completamente desorientados. Alguns filhos de proprietários ocupados interromperam os estudos nesses anos e passaram por fases de alcoolismo. As asferidas demoraram a sarar. Muitas ainda são reavivadas quando esta época é lembrada e a emoção ficou patente nas entrevistas, assim como receio de que a situação se repita. É “como se tivesse sido ontem...”¹⁵⁶.

Quanto aos proprietários dos outros 29% das terras do concelho, os tais que não foram ocupados, a sua posição perante a Reforma Agrária não é muito diferente. Sentem-se também prejudicados com o processo e com o estrangulamento económico a que foram obrigados nesse período, motivado por uma legislação adversa à pequena exploração, além do medo que sentiram e da consciência da injustiça de que foram alvo face às condições especiais que gozaram as cooperativas durante esses anos e aos insustentáveis encargos sociais com os trabalhadores que lhes eram impostos.

“Dr. Eurico Pais – Mas quem é que ganhou mais? Foram os que foram ocupados, ou os que não foram? Posso dizer que o resultado final foi muito mais lucrativo para os que foram ocupados do que para os que não foram (mas isso ninguém podia prever na altura da

¹⁵⁶ O que torna actuais as palavras que Vacas de Carvalho escreveu em 13/6/1976: “É evidente que lhes ficou um ódio, profundo como a sua dor, por verem as suas vidas tão inutilmente desfeitas (...) a sua situação só é comparável à dos refugiados do Ultramar, com a diferença de que não têm estatuto de refugiados. O seu descrédito na legalidade é total”, *op. cit.*, p. 121.

ocupação, pois ninguém sabia se o processo seria reversível ou não). Os que não foram ocupados e que tiveram que suportar os prejuízos inerentes aos boicotes que eles fizeram (fizeram prejuízos a todas as lavouras) ficaram muito mais lesados do que aqueles a quem foram restituídas depois as terras e que foram indemnizados.

– Mas as indemnizações ainda nem sequer foram pagas na maioria dos casos.

Dr. Eurico Pais – Mas basta não terem tido prejuízo. Porque eu, por exemplo, cheguei a ter 8.000 contos de prejuízo por ano numa lavoura tão pequena. Admito que eles poderiam ter tido prejuízos enormíssimos, a ter de suportar aquele pessoal todo que lá lhes punham. E não os tiveram. E depois entregaram-lhes tudo outra vez”...